

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

Secretaria-Executiva

Relatório de Gestão do Exercício de 2010

O presente relatório de gestão, do exercício de 2010, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, foi elaborado em observância à Instrução Normativa - TCU nº 63/2010, Decisões Normativas - TCU nº 107/2010 e nº 110/2010, Portaria TCU nº 277/2010 e Portaria CGU nº 2.546/2010, descreve as atividades da Secretaria-Executiva (SE-MT), órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, consolidando não só as informações sobre a gestão da Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAAD) e da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO), unidades de sua estrutura, como, também consolida as informações sobre a gestão da Secretaria de Fomento para Ações de Transportes (SFAT) e da Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes (SEGES) e agrega as informações sobre a gestão do Gabinete do Ministro (GM).

Brasília, 31 de março de 2011.

Sumário

1. Identificação	3
1.1. Introdução	5
2. Informações sobre o Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira	6
2.1. Responsabilidades Institucionais	6
2.2. Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais	11
2.3. Programa de Governo	60
2.4. Desempenho Orçamentário / Financeiro	65
3. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	92
4. Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	93
5. Informações sobre a Composição de Recursos Humanos	95
6. Transferências mediante Convênio, Contrato de Repasse, Termo de Parceria, Termo de Cooperação ou Outros Acordos	108
7. Declaração Atestando Informações sobre Contratos e Convênios SIASG / SICONV	109
8. Informações sobre a Entrega e ao Tratamento das Declarações de Bens e Rendas	110
9. Informações sobre o Funcionamento do Sistema de Controle Interno	111
10. Informações quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental	113
11. Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário	116
12. Informações sobre a Gestão de Tecnologia da Informação	118
13. Informações sobre a Utilização de Cartões de Pagamento	120
14. Renúncia Tributária	121
15. Informações sobre Deliberações do TCU e OCI.....	122
16. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno	172
17. Outras Informações Relevantes	173
18. Declaração do Contador	174
19. Encerramento das Contas do Grupo Executivo do Extinto DNER	175
20. Anexos	196

1) Identificação de Relatório de Gestão Consolidado e Agregado

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação ou Supervisão: Ministério dos Transportes		Código SIORG: 002846	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora e Agregadora			
Denominação completa: Secretaria-Executiva			
Denominação abreviada: SE			
Código SIORG: 002846	Código na LOA: 39000	Código SIAFI: 390032	
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 84.11-6-00	
Telefones/Fax de contato:	(061) 2029-7090	(061) 2029-7080	(061) 2029-7845
Endereço eletrônico: secretaria.executiva@transportes.gov.br			
Página da Internet: http://www.transportes.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco "R", Edifício Sede, 5º andar, Brasília – DF, CEP: 70044-900			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas			
Nome	Situação	Código SIORG	
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL/SAAD	Ativa	14309	
Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH/SAAD	Ativa	13034	
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO	Ativa	14165	
Secretaria de Fomento para Ações de Transportes – SFAT	Ativa	74710	
Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes - SEGES	Ativa	74709	
Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas			
Número de Ordem: 1			
Denominação completa: Gabinete do Ministro			
Denominação abreviada: GM			
Código SIORG: 002846	Código na LOA: 39000	Código SIAFI: 390035	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 84.11-6-00	
Telefones/Fax de contato:	(061) 2029-7001	(061) 2029-7002	(061) 2029-7876
Endereço eletrônico: gabinete@transportes.gov.br			
Página da Internet: http://www.transportes.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco "R", Edifício Sede, 6º andar, Brasília – DF, CEP: 70044-900			

Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas	
Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, publicada no DOU de 29/05/2003.	
Decreto nº 4.721, de 5 de junho de 2003, publicado no DOU de 06/06/2003.	
Portaria nº 399, de 14 de julho de 2004, publicada no DOU de 15/07/2004.	
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas	
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas	
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
390002/00001	Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Setorial
390004/00001	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos
390007/00001	Coordenação-Geral de Recursos Humanos
390020/00001	Pace
390041/00001	Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes
390042/00001	Secretaria de Fomento para Ações de Transportes
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão

1.1) Introdução

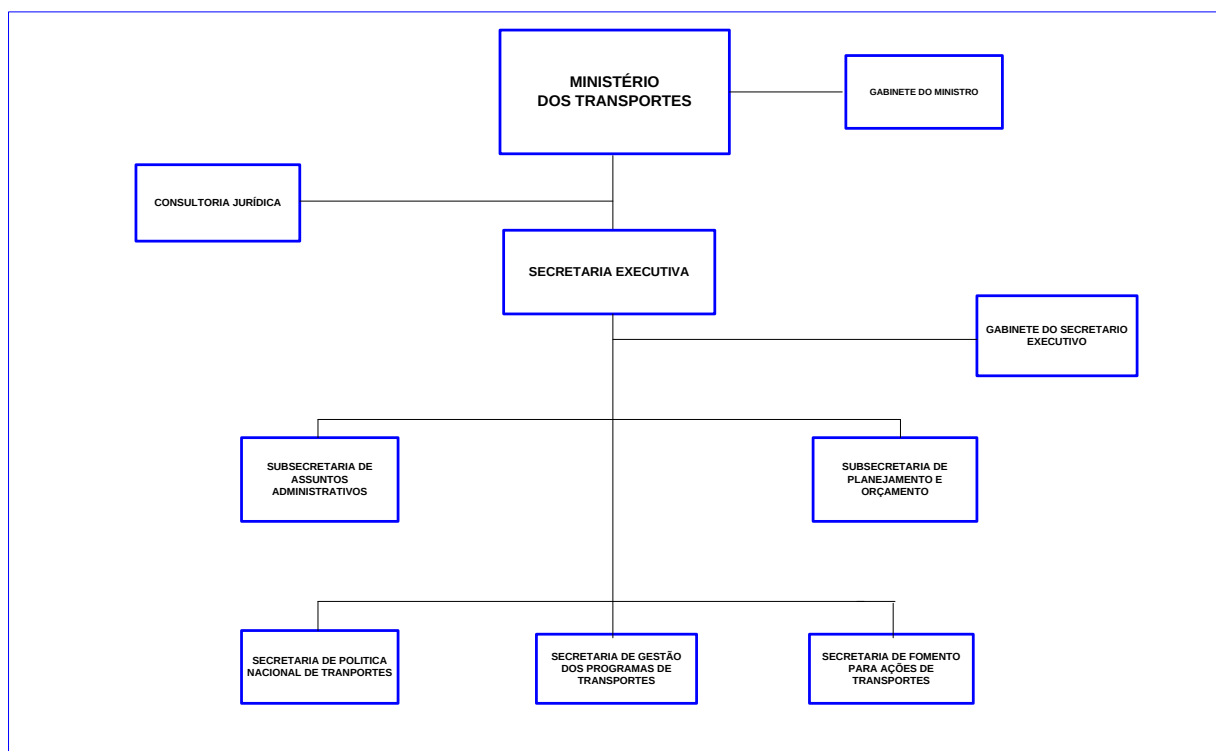
O presente Relatório de Gestão é composto de 20 itens. Abaixo é apresentado em quadro que demonstra os itens que foram respondidos, bem como os itens que não se aplicam à natureza da Unidade, devidamente justificados.

Item do Relatório	Situação de Atendimento	Justificativa
Identificação	SIM	
Informações sobre o Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira	SIM	
Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	NÃO	Não ocorreu no período.
Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	SIM	
Informações sobre a Composição de Recursos Humanos	SIM	
Transferências mediante Convênio, Contrato de Repasse, Termo de Parceria, Termo de Cooperação ou Outros Acordos	NÃO	Não ocorreu no período.
Declaração Atestando Informações sobre Contratos e Convênios SIASG / SICONV	SIM	Anexo I
Informações sobre a Entrega e ao Tratamento das Declarações de Bens e Rendas	SIM	Anexo II
Informações sobre o Funcionamento do Sistema de Controle Interno	SIM	
Informações quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental	SIM	
Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário	SIM	
Informações sobre a Gestão de Tecnologia da Informação	SIM	
Informações sobre a Utilização de Cartões de Pagamento	SIM	
Renúncia Tributária	NÃO	Não ocorreu no período.
Informações sobre Deliberações do TCU e OCI	SIM	
Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno	NÃO	Não se aplica, tendo em vista que o Ministério dos Transportes não tem em sua estrutura regimental uma Unidade de Controle Interno.
Outras Informações Relevantes	NÃO	Todas as informações relevantes estão contidas no teor do Relatório de Gestão.
Declaração do Contador	SIM	Anexo III
Encerramento das Contas do Grupo Executivo do Extinto DNER	SIM	
Anexos	SIM	

2. Informações sobre o Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira da Unidade

2.1. Responsabilidades Institucionais

À Secretaria-Executiva, conforme disposições contidas no art. 4º do Decreto nº 4.721, de 5 de junho de 2003, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério dos Transportes, e dá outras providências, compete assistir ao Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério e das entidades a ele vinculadas; supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de organização e modernização administrativa, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos e de serviços gerais, no âmbito do Ministério e das entidades a ele vinculadas; promover a articulação entre os diferentes órgãos supervisionados pela Secretaria Executiva; auxiliar o Ministro de Estado na definição de diretrizes e na implementação das ações da área de competência do Ministério; e supervisionar os órgãos vinculados ao Ministério, tendo a seguinte estrutura:



As competências da Subsecretaria de Assuntos Administrativos estão disciplinadas no art. 5º do Decreto nº 4.721, de 2003, quais sejam: planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os Sistemas Federais de Organização e Modernização Administrativa, de Administração dos Recursos de Informação e Informática, de Recursos Humanos e de Serviços Gerais, no âmbito do Ministério; promover a articulação com os órgãos centrais dos sistemas federais referidos no inciso I e informar e orientar os órgãos do Ministério quanto ao cumprimento das normas administrativas estabelecidas; promover e coordenar a elaboração e a consolidação dos planos, programas e atividades da sua área de competência, submetendo-os à decisão superior; acompanhar e promover a avaliação de projetos e atividades; e realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao Erário.

No tocante à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, suas competências constam do art. 6.º do referido Decreto, a seguir elencadas: planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os Sistemas Federais de Planejamento e Orçamento, de Administração Financeira e de Contabilidade, no âmbito do Ministério; promover a articulação com os Órgãos Centrais dos Sistemas Federais referidos no inciso I e informar e orientar os órgãos do Ministério quanto ao cumprimento das normas administrativas estabelecidas; desenvolver, no âmbito do Ministério, as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil; acompanhar, por meio de relatórios gerenciais, a execução orçamentária, financeira e contábil, encaminhando relatórios mensais ao seu superior imediato; acompanhar e promover a avaliação de demandas de recursos orçamentários, submetendo-as a aprovação de seu superior imediato; planejar e controlar as atividades relacionadas com o programa de dispêndios globais, subsidiando os processos de alocação e de gestão de recursos públicos e realimentando as atividades de planejamento e orçamento federais; supervisionar e acompanhar a análise e a avaliação do comportamento das despesas programadas, propondo medidas necessárias para as eventuais correções das distorções identificadas; e promover estudos propondo medidas para aperfeiçoar o acompanhamento e a avaliação da execução orçamentária.

Dentre os órgãos específicos singulares temos a Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes cuja competência, conforme determina o art. 12 do citado Decreto, abrange: coordenar e orientar a implementação de planos, programas e ações destinadas ao desenvolvimento do Sistema Nacional de Viação, necessários à consecução da Política Nacional dos Transportes; acompanhar, avaliar e assegurar a qualidade dos programas, projetos, operações especiais e empreendimentos, consolidando o modelo de gerenciamento por resultados e de otimização dos recursos; estabelecer indicadores econômico-financeiros e de qualidade, objetivando a avaliação dos programas nacionais de transportes; coordenar sistema de informações gerenciais que permita o acompanhamento do desempenho físico-financeiro e qualitativo dos programas, projetos e ações de transportes; supervisionar atividades institucionais, tecnológicas e de implementação de diretrizes ambientais no setor de transportes; e interagir com órgãos multisetoriais da Administração Federal, garantindo a uniformização e a integração de procedimentos para a efetiva implementação dos programas, projetos e ações do setor de transportes.

Também como órgão específico singular temos a Secretaria de Fomento para as Ações de Transportes, à qual compete, conforme art. 16 do Decreto acima mencionado: elaborar e supervisionar a implantação das políticas e diretrizes para a captação de recursos; coordenar, supervisionar e viabilizar a execução das atividades relacionadas com o Sistema Federal de Financiamentos Internacionais no âmbito do Ministério; promover a articulação com o órgão Central do Sistema Federal de Financiamentos Externos; planejar e coordenar a efetivação da arrecadação e aplicação do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM, e das demais receitas do Fundo da Marinha Mercante - FMM; articular-se com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, com vistas a estabelecer intercâmbio permanente das informações requeridas ao funcionamento do Sistema de Controle da Arrecadação do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante; assistir, técnica e administrativamente, à Comissão Diretora do Fundo da Marinha Mercante - CDFMM; planejar, coordenar e supervisionar as aplicações dos recursos do FMM e do Fundo Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - FNIT; e articular com os órgãos federais, estaduais e municipais quanto a utilização do FNIT.

Importante ressaltar que algumas disposições do Decreto nº 4.721, de 2003, foram ultrapassadas pela realidade trazida por alterações normativas posteriores e por decisões estratégicas superiores, tornando infactíveis algumas das competências outorgadas a determinadas Secretarias finalísticas e seus departamentos. Diante de tal realidade, o Ministro de Estado dos Transportes, por meio do Aviso nº 204/MT, datado de 23 de dezembro de 2008, encaminhou ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, projeto de Decreto visando a aprovação de nova estrutura regimental e de novo quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério dos Transportes, documento este que mereceu várias discussões no decorrer do exercício de 2009, porém, sem êxito no que diz respeito à aprovação por parte do MPOG.

Com o avanço das discussões acima mencionadas, o Ministério dos Transportes elaborou novo estudo interno e em 22 de dezembro de 2010, por intermédio do Aviso nº 145/MT, o Ministro de Estado dos Transportes encaminhou novo projeto de Decreto com a proposta de nova estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério dos Transportes.

Ressalta-se que a proposta enviada por meio do Aviso nº 145/MT está sendo novamente revista por técnicos deste Ministério, visando adaptá-la às novas orientações do novo Governo ditadas pelo Decreto nº 7.429, de 17 de janeiro de 2011, modificado pelo Decreto nº 7.449, de 11 de março de 2011, bem como orientações recebidas em reuniões ministeriais.

As distorções existentes entre a realidade fática e o disposto no Decreto nº 4.721, de 2003, deverão ser corrigidas quando da aprovação deste novo Decreto. As atuais proposições atendem a necessidade de ampliação da estrutura que se tornou extremamente importante em decorrência, fundamentalmente: (i) do incremento das tarefas do Ministério em razão da execução das obras e serviços do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC; (ii) da operacionalização, atualização permanente e controle do Plano Nacional de Logística e Transportes - PNLT, instituído e operacionalizado pelo Ministério; (iii) do desenvolvimento de uma política economicamente ativa na Marinha Mercante; (iv) do fortalecimento das atividades de outorga, face à política governamental de incrementar a concessão de obras e serviços públicos, em todos os modais; (v) da indispensabilidade de instalar, no Ministério dos

Transportes, um eficiente e eficaz sistema de gestão estratégico, fortemente apoiado no uso intensivo da tecnologia da informação; e (vi) da necessidade de institucionalizar a matéria relativa a meio-ambiente, cada dia mais relevante na execução das obras da Pasta.

Os esforços desenvolvidos pelo Ministério dos Transportes desde o ano de 2006 para a retomada do planejamento, mediante a elaboração do PNLT, que evidenciou as graves distorções existentes no processo de planejamento geradas pelas modificações institucionais implementadas em períodos anteriores, com destaque para a fragilização e posterior extinção da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT, que detinha, até então, os quadros técnicos de planejamento de transportes e, principalmente, coletava, produzia e gerenciava os dados e informações necessárias ao planejamento.

Neste momento, em que se busca a revitalização do planejamento setorial, teme-se pela perda dos esforços desenvolvidos a partir de 2006, em virtude da ausência de uma estrutura capacitada para organizar e manter permanentemente atualizados os dados e informações obtidas pelo PNLT, bem como implementar seus produtos.

A reestruturação proposta nada mais é do que o aprimoramento dos processos internos de informação, de decisão e de execução adaptados às necessidades administrativas, técnicas e operacionais das áreas que exigem maior esforço de mudança para que estejam aptas a se tornarem eficientes. É exemplo disso as alterações que se pretende promover na Secretaria de Política Nacional de Transportes, cujas atribuições serão aumentadas para melhor atender a área estratégica de planejamento e desenvolvimento das políticas de transportes a serem desenvolvidas pelo Ministério e executadas por seus órgãos vinculados.

Ademais, o Ministério dos Transportes, desde 2003, não sofreu qualquer alteração em sua estrutura, estando, de fato, muito aquém de um modelo organizacional moderno e eficiente, capaz de dar resultados positivos no que pertine à política de transportes.

Sem prejuízo de suas atribuições institucionais, a Secretaria-Executiva, como órgão de coordenação máxima das atividades de gestão do Ministério dos Transportes, no ano de 2010 participou, direta e sistematicamente, no encaminhamento, desenvolvimento e articulação setorial e multisetorial de ações relacionadas com as relevantes questões de transportes, como a busca de oportunidades de investimento pelo setor privado, considerando que cada vez mais a iniciativa privada está sendo chamada a suprir ou colaborar com a Administração Pública, desenvolvendo importantes atividades para o desenvolvimento do país; e cooperação inter e intra-governo, identificação de gargalos e proposição de soluções para a melhoria da infraestrutura de transportes, estudos para aperfeiçoamento e ajustes legislativos, cujo extrato significativo segue abaixo.

2.1.1 – Dimensão da Responsabilidade do Setor

a) Rodovias

- Malha Rodoviária: 76.195 mil km de malha, sendo 62.351 mil km pavimentados.
- Malha Concessionada: 4.763,80 km

b) Ferrovias

- 32.756 mil km de ferrovias operados pelo setor privado, incluindo 4.100 km da Ferrovia Norte-Sul, concedidos à estatal Valec para construção e operação.

c) Portos

- Companhia Docas do Maranhão – CODOMAR.
- Terminais Hidroviários na região Amazônica (concluídos e ainda sob administração do DNIT) – Tabatinga, São Raimundo, Coari, Manacapuru, Itacoatiara, São Sebastião do Uatumã, Nhamundá, Urucurituba, Humaitá e Manaquiri.

d) Hidrovias

- 41.635 mil km de vias interiores potencialmente navegáveis.
- Efetivamente utilizadas para transporte de cargas: 11 mil km.

2.1.2 - Visão de Governo

- Compreensão do papel estratégico da infra-estrutura e logística de transportes como base para o desenvolvimento econômico.
- Nova visão gerou crescimento nos investimentos em infra-estrutura voltados à superação de gargalos e à garantia de condições de competitividade e de escoamento da produção nacional.

2.1.3 – Desafios Gerais

Infra-Estrutura de Transportes capaz de:

- Atender com eficiência à demanda decorrente do crescimento interno e do comércio exterior.
- Reduzir os níveis de ineficiência:
 - Acidentes
 - Tempos de viagem
 - Custos de transportes
- Estruturar os corredores estratégicos de transportes.
- Estimular a participação dos modais hidroviário e ferroviário, com maior utilização da intermodalidade.
- Escoar adequadamente a produção de grãos sólidos, líquidos e cargas containerizadas.
- Apoiar o desenvolvimento da indústria do turismo.
- Permitir a ligação do Brasil com os países limítrofes, fortalecendo a integração na América do Sul.

2.1.4 - Desafios Específicos

a) Manutenção dos Níveis de Investimento

- Há necessidade de manutenção e até mesmo de ampliação dos níveis de investimento para garantir a continuidade do processo de expansão e habilitação da logística de transportes.

b) Reforço na Estrutura de Gestão

- A elevação no patamar de investimentos não foi acompanhada do aparelhamento dos órgãos de gestão, sobretudo do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes/DNIT, resultando em desempenho operacional carente de ajustes visando a dar capacidade executiva às ações.
- Faz-se mister concluir o processo de qualificação da gestão (bens e pessoas), com o aparelhamento dos órgãos e a realização de contratação por concurso público.

2.2. Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

O compromisso de fazer o setor transporte crescer de forma sustentada e acelerada tem se concretizado, nos últimos anos, em razão dos elevados níveis de investimentos realizados. Nesse sentido, inúmeras iniciativas foram empreendidas em 2010. No modal rodoviário foram realizados investimentos na manutenção, pavimentação e adequação dos eixos estratégicos consolidados. No modal hidroviário foram concluídas eclusas, realizadas obras de derrocamento e manutenção de hidrovias. No modal ferroviário foram construídos novos trechos, feita adequação da malha e construídos contornos e travessias em áreas urbanas.

Os investimentos realizados foram norteados pelo Plano Nacional de Logística e Transportes - PNLT, estruturado em vetores logísticos, que, entre outros fatores, leva em conta as diferenças regionais. O PNLT é um plano multimodal, de caráter nacional e engloba as principais necessidades e aspirações de todas as unidades federativas, busca a racionalização do sistema nacional de transportes e incentiva o uso dos modais de menor custo, sobretudo, quando podem apresentar maior rendimento energético, como o hidroviário e o ferroviário. Esse instrumento retomou o planejamento de médio e longo prazo, organizando um portfólio de projetos necessários para o bom funcionamento dos planos de ação do governo, como o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

As ações estão sendo realizadas cuidadosamente para minorar prejuízos ao meio ambiente. A gestão ambiental é um grande instrumento de engenharia e tem garantido proteção ao rico ecossistema brasileiro. O diálogo entre os executores de obras e os órgãos ambientais tem sido constante e contribuído para a qualidade das discussões e das decisões.

A indústria naval foi fomentada com a expansão da economia, com o crescimento do transporte fluvial e marítimo e devido à exploração dos reservatórios da camada pré-sal, significando a criação de milhares de empregos e a geração de oportunidades para a cadeia de fornecedores da construção naval.

Na área de normatização e fiscalização as agências reguladoras buscaram aumentar a fiscalização dos serviços prestados pelas concessionárias e operadoras de transporte terrestre e aquaviário.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2010

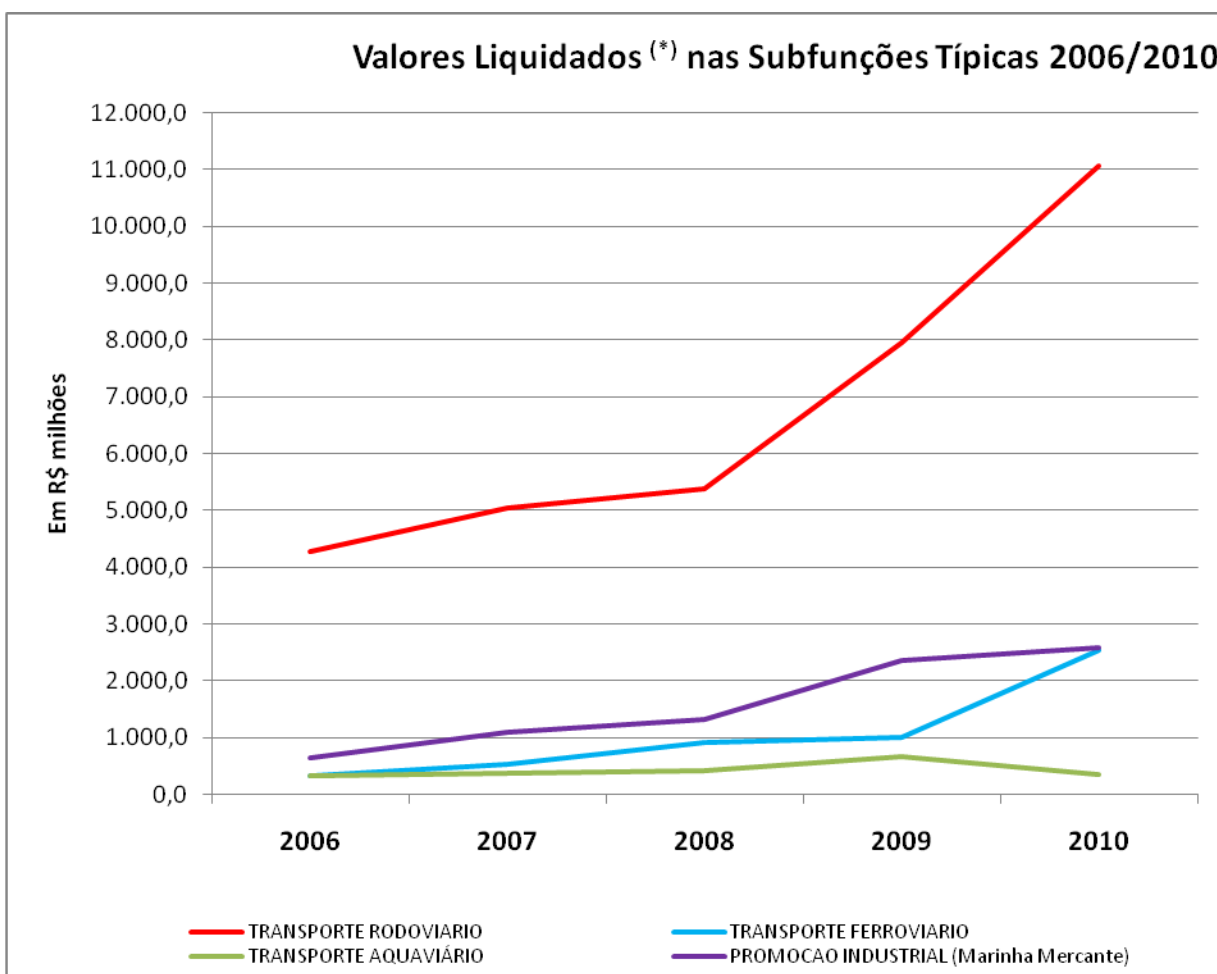
(em R\$ milhões)

SUBFUNÇÕES	VALORES LIQUIDADOS (*) NAS SUBFUNÇÕES 2006/2010					
	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Transporte Rodoviário	4.272,2	5.044,8	5.381,1	7.941,2	11.069,1	33.708,4
Transporte Ferroviário	333,9	519,2	918,6	998,4	2.544,6	5.314,6
Transporte Aquaviário	333,4	364,9	416,6	665,4	347,4	2.127,7
Promoção Industrial (Marinha Mercante)	636,1	1.099,3	1.320,4	2.344,8	2.579,9	7.980,5
Outras Subfunções Típicas (**)	715,9	997,3	1.073,5	1.336,2	1.643,0	5.321,2
TOTAL	6.291,4	8.025,5	9.110,3	13.286,0	18.184,0	54.897,1

(*) Valores liquidados referentes ao orçamento do próprio exercício e aos restos a pagar não processados liquidados no decorrer de cada ano.

(**) Valores referentes às subfunções: Planejamento e Orçamento, Administração Geral, Normatização e Fiscalização, Tecnologia da Informação, Formação de Recursos Humanos, Administração de Concessões, Comunicação Social, Atenção Básica, Alimentação e Nutrição, Proteção e Benefícios ao Trabalhador, Educação Infantil, Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico, Controle Ambiental, Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia, Promoção Industrial, Serviços Financeiros, e outros encargos especiais.

(***)Valores referentes a todos os grupos de despesa.



Comparando-se a execução orçamentária de 2010 em relação à 2009, percebe-se que a função transportes teve um acréscimo de investimentos de 36,9%, destacando-se as subfunções ferroviária e rodoviária, com incremento de 154% e 39,4%, respectivamente. Vale ressaltar que a subfunção hidroviária apresentou um decréscimo de investimento, tendo em vista que a maior parte dos recursos referentes à construção das Eclusas de Tucuruí foi consumida no exercício de 2009.

No transporte rodoviário o Ministério priorizou os investimentos destinados à duplicação dos eixos consolidados, à construção e pavimentação de eixos estratégicos e à manutenção tradicional de rodovias. Destacam-se ainda, os esforços desenvolvidos para o aperfeiçoamento da cobertura do programa de manutenção de rodovias na modalidade CREMA - Contrato de Restauração e Manutenção, o estabelecimento de programa de segurança, a redução de conflitos rodoviários em ambientes urbanos e a reformulação do modelo de concessões de exploração.

Em 2010 foram executadas obras de conservação tradicional em 19.800 km de rodovias, recuperação em 3.245 km, pelo Programa Integrado de Revitalização - PIR-IV, restauração e conservação em 320 km por meio do CREMA, 25.230 km nos contratos de dois anos no Programa CREMA 1ª etapa, que prevêem obras de recuperação no primeiro ano e manutenção da rodovia no segundo ano e restauração tradicional de pavimento em 4.900 km, tendo sido aplicados, nestas modalidades, mais de R\$ 5,3 bilhões. Destaca-se ainda a contratação de 32.000 km de manutenção de rodovias na modalidade CREMA 2ª Etapa, com contratos de cinco

anos, prevendo a recuperação funcional e da estrutura dos pavimentos com soluções de projetos com vida útil de 10 anos e serviço de manutenção de pistas, acostamentos e faixa de domínio.

Na área de segurança rodoviária foram executados serviços de sinalização horizontal, vertical e dispositivos de segurança em 26.000 km de rodovias existentes. Por meio do Programa de Sinalização de Rodovias Federais – ProSinal foram assinados 11 de um total de 12 contratos de controle de velocidade para implantação de 2.696 equipamentos de controle de velocidade assim distribuídos: 1.130 barreiras eletrônicas (lombadas eletrônicas), 1.100 radares fixos em áreas rurais do tipo discreto e 466 equipamentos para controle do avanço de sinal vermelho e parada sobre faixa de pedestre, com previsão de aplicação de recursos da ordem de R\$ 780 milhões. Com o intuito de coibir o sobrepeso em veículos, evitando a deterioração prematura do pavimento, foram instalados 70 postos de pesagem em diversas regiões.

Os empreendimentos rodoviários visaram promover a adequação e construção de rodovias em áreas produtivas consolidadas, onde já existiam sinais de saturação. A expansão da malha rodoviária em zonas de desenvolvimento do agronegócio e de exploração mineral e em áreas de fronteira teve o objetivo de eliminar gargalos operacionais. A realização de investimentos com o propósito de reduzir desigualdades regionais tem na construção e na adequação de rodovias o elemento indutor do desenvolvimento, vez que a rodovia atrai investimentos e muda a fisionomia das regiões. Pode-se destacar a duplicação/restauração da BR-101 nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a conclusão do trecho entre Ventania e Alto do Amparo, na BR-153/PR, a conclusão do trecho sul do Rodoanel Metropolitano de São Paulo, a conclusão do anel rodoviário de Uberlândia (BR-365/050/MG), a duplicação do trecho entre Santa Cruz e Mangaratiba, incluindo o acesso ao Porto de Itaguaí, na BR-101/RJ, a duplicação do trecho entre Aparecida de Goiânia e a Divisa GO/MG, na BR-153/GO, a conclusão da travessia de Dourados, na BR-163/MS, a conclusão do contorno de Corumbá, na BR-262/MS, a construção do trecho entre o entroncamento da BR-163 e a Divisa MS/GO, na BR-359/MS, a conclusão do trecho entre Mundo Novo e Sapezal, na BR-364/MT, a construção do trecho entre Ribeirão Cascalheira e a Divisa MT/PA, na BR-359/MT, a duplicação/restauração da BR-101, nos estados no Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, a duplicação do acesso ao Porto de Itaquí, na BR-135/MA, a conclusão da Ponte sobre o Rio São Francisco, entre Malhado e Carinhanha, na BR-030/BA, a conclusão do trecho entre Jerumenha e Bertolinea, na BR-135/PI, a construção da Ponte Internacional sobre o rio Oiapoque, na fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa, na BR-156/AP e a construção do trecho entre Boca do Acre e a Divisa AM/AC, na BR-317/AM.

A 3ª Etapa de concessões dos serviços e da exploração da infraestrutura rodoviária, iniciada em 2009 e que na sua Fase I abrangeu a BR 040/DF/GO/MG, BR 381/MG e BR 116/MG, foi analisada pelo Tribunal de Contas da União – TCU, que recomendou alterações. As modificações realizadas foram submetidas àquele Tribunal, para reexame, o que condiciona a abertura da licitação. Já a Fase II da 3ª etapa, que prevê a concessão na BR 101/ES/BA, foi objeto de audiências públicas em 2010 para colher contribuições relativas às minutas de edital e contrato.

A atuação do governo no modal ferroviário em 2010 buscou a ampliação do sistema ferroviário em bitola larga e de alta capacidade, a eliminação de pontos críticos e a recuperação de trechos defasados, complementando a malha de bitola estreita.

O setor ferroviário tem recebido atenção especial do Governo Federal. Os números atuais comprovam a expansão da malha, permitindo a articulação da malha ferroviária de alta capacidade do norte do País com a do Sul-Sudeste brasileiro, possibilitando várias alternativas de escoamento da produção. Dentre as principais ações destacam-se, na Ferrovia Norte-Sul, a conclusão do trecho entre Aguiarnópolis/TO e Palmas/TO, a execução do trecho entre Palmas/TO e Anápolis/GO e a contratação dos trechos entre Ouro Verde/GO e Estrela d'Oeste/SP e Santa Vitória/MG e Iturama/MG. Foram contratadas as obras para construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste entre Ilhéus/BA e Barreiras/BA. Foi providenciada a desapropriação da faixa de domínio da Ferrovia Nova Transnordestina, nos estados de Pernambuco (96,4%), Piauí (69,0%) e Ceará (36,6%).

Além da expansão na malha de bitola larga foram feitos investimentos direcionados à rede de bitola estreita. Estão em andamento as obras do contorno de Joinville/SC (30,0%), contorno de São Francisco do Sul/SC (40,0%), contorno e pátio ferroviário de Tutóia em Araraquara/SP, tendo sido executados 80,0% do contorno e 40,0% do pátio e o rebaixamento da linha férrea em Maringá/PR (96,0%). Foram contratados o contorno de Divinópolis/MG, o contorno de Três Lagoas/MG, a ligação ferroviária entre o Pólo Petroquímico de Camaçari/BA (EF-431) e o Porto de Aratu/BA e a adequação da linha férrea e construção do pátio Anísio Braz, em Barra Mansa/RJ.

O Programa Nacional de Segurança Ferroviária em Áreas Urbanas – PROSEFER objetiva diagnosticar os principais pontos críticos da malha ferroviária e estabelecer uma programação de inserção das obras no Plano Plurianual – PPA. Até 2010 foram avaliados 13.501 km de um total de 14.948 km de ferrovias selecionadas.

Destaca-se ainda, o estabelecimento das condições técnicas e jurídicas necessárias que ensejaram a publicação, em 14/07/2010, do edital de licitação que viabilizará a implantação do Trem de Alta Velocidade – TAV para o transporte de passageiros, conectando as cidades de Campinas, São Paulo e Rio de Janeiro.

Dentro da política de interiorização dos transportes, traçada pelo Governo Federal, é prioridade a exploração da potencialidade do transporte hidroviário, dada a disponibilidade de vasta extensão de vias navegáveis no Brasil. Além de suas características de transporte para grandes volumes e distâncias, o subsetor hidroviário apresenta custos inferiores aos demais modais e contribui para a preservação ambiental.

No ano de 2010 foram concluídas as obras de construção de 13 terminais fluviais no Estado do Amazonas, nas seguintes localidades: Coari, Itacoatiara, Manacapuru, São Raimundo, Tabatinga, Humaitá, Manaquiri, Nova Olinda do Norte, Urucará, Urucurituba, Nhamundá, São Sebastião do Uatumã e Terminal Pesqueiro, em Manaus.

A conclusão das obras das Eclusas de Tucuruí possibilitou a navegação comercial de Belém a Marabá, garantindo à região sudeste do Pará um meio eficiente de escoamento de sua produção.

Foram executadas obras de manutenção da profundidade em canais de navegação, sinalização hidroviária nos trechos, destocamentos e retiradas de obstáculos em vias navegáveis nos principais rios federais.

Em relação à atividade de planejamento do setor, foi publicado o documento “Diretrizes da Política Nacional do Transporte Hidroviário”, que estabelece as diretrizes gerais para o fomento à navegação interior no Brasil, em consonância com os preceitos de garantia dos usos múltiplos das águas e planejamento integrado dos recursos hídricos. A meta é elevar a participação do modal hidroviário na matriz de transportes brasileira, possibilitando ao Brasil contar com os benefícios econômicos, ambientais e sociais desta modalidade de transporte.

No exercício de 2010 as agências reguladoras buscaram o fortalecimento da sua capacidade regulatória e de fiscalização da infraestrutura e dos serviços de transporte afetos a sua competência legal.

Foram realizados esforços para ampliar a participação ferroviária no transporte de cargas, promoveu-se a reestruturação das concessionárias, fixaram-se novas metas de desempenho e incentivou-se a reconstrução da malha. Essas medidas fortaleceram o setor e aumentaram a confiança dos usuários, permitindo maior captação de investimentos.

O Projeto da Rede Nacional de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros - PROPASS BRASIL foi criado para propor uma reestruturação do transporte rodoviário interestadual de passageiros de longa distância. Em 2009 foi concluída a primeira fase do projeto, identificando-se a necessidade de levantamento de dados sobre a prestação desses serviços. Em 2010, realizou-se o citado levantamento, segunda fase do projeto, que serviu de insumo para a elaboração do Plano de Outorga e Projetos Básicos dos serviços de longa distância. Ainda na segunda fase, ocorreu uma ampliação do escopo do Projeto, que passou a abranger os serviços de transporte rodoviário interestadual semi-urbano e internacional de passageiros.

Relativamente à regulamentação ou normatização, na área da navegação interior foram editadas resoluções disciplinando a outorga de autorização para construção, exploração e ampliação de Instalação Portuária Pública de Pequeno Porte - IP4 e o afretamento de embarcações para operação na navegação interior. Na área da navegação marítima e de apoio foram editadas normas disciplinando as atividades executadas nos portos e terminais aquaviários por empresas brasileiras autorizadas a operar na navegação de apoio portuário, bem como definidos os critérios para comprovação da operação comercial de embarcações por empresa brasileira de navegação. Com respeito à exploração da infraestrutura portuária, foram submetidas à consulta pública normas para a regulamentação da prestação de serviços de retirada de resíduos sólidos de embarcações, procedimentos para trânsito seguro de produtos perigosos por instalações portuárias nos portos organizados e editada norma de outorga de autorização para a construção, a exploração e a ampliação de terminal portuário de uso privativo.

Foram realizadas ações de fiscalização em veículos do Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros – TRIIP, em terminais rodoviários de embarque e desembarque de passageiros, nas rodovias federais e nas garagens das empresas de prestação de serviços.

Com relação à navegação interior, foram realizadas ações de fiscalização buscando regularizar a situação das empresas que fazem transporte de passageiro e misto, na região Amazônica.

Com vistas a assegurar o cumprimento dos termos de outorga, a defesa dos interesses dos usuários e a busca da maior eficiência na prestação dos serviços de transporte aquaviário e de exploração da infraestrutura portuária foram realizadas, ao longo de 2010, ações de fiscalização que resultaram, entre outros procedimentos, na celebração de Termos de Ajustes de Conduta - TAC com operadores portuários.

As ações de promoção industrial desenvolvidas no âmbito do Ministério dos Transportes são de financiamento à construção e reforma de embarcações e estaleiros.

A ação de Financiamento de Embarcações para a Marinha Mercante tem como objetivo aumentar a participação da bandeira brasileira nas navegações de longo curso e de apoio marítimo, aumentar a participação da navegação de cabotagem e interior no transporte de carga geral e agrogranéis na matriz brasileira de transportes, substituir as embarcações de casco singelo por embarcações de casco duplo e as de casco de madeira por casco de aço na navegação interior fluvial. A ação visa ainda reduzir a idade média da frota de rebocadores portuários e das embarcações utilizadas no transporte de passageiros na navegação interior de travessia.

Já a ação de Financiamento Complementar de Incentivo à Produção Naval e da Marinha Mercante tem como objetivo viabilizar a construção de embarcações especiais, aumentar a capacidade e a qualidade de produção dos estaleiros, reduzindo o custo final do produto, com vistas a atingir o mercado externo, gerando emprego e renda e fomentando o desenvolvimento tecnológico da indústria naval.

Em 2010, foram apresentados para análise projetos para construção de embarcações com valor potencial de financiamento da ordem de R\$ 8,9 bilhões.

Também em 2010, o Ministério dos Transportes deu atenção a implementação da “Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes”, que se destina a permitir a avaliação de desempenho dos programas de transportes constantes dos Planos Plurianuais – PPA.

Os indicadores tornarão possível a mensuração da efetividade dos resultados alcançados ou dos efeitos que ocorrem com a execução dos empreendimentos, servindo como instrumento de auxílio à gestão da política do setor.

Com foco nos resultados esperados: mobilidade, eficácia e eficiência do transporte, 24 indicadores foram selecionados para utilização numa primeira fase.

A coleta direta e indireta dos dados, o armazenamento provisório e o tratamento primário das informações estão sendo realizados por empresa especializada em pesquisas estatísticas, encontrando-se na etapa de validação dos indicadores.

A estruturação do banco de dados e da ferramenta de análise e visualização dos indicadores está na etapa de teste piloto para subsidiar a realização de licitação para o desenvolvimento da melhor solução de tecnologia da informação.

A seguir são evidenciados sete programas estruturantes, indicando sua importância e desempenho, bem como os principais resultados alcançados em cada um.

➤ **Programa Vetor Logístico Amazônico – 1456:**

Objetiva promover a eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do Acre, Amazonas, Roraima e Rondônia e oeste dos estados do Pará e Mato Grosso.

As ações executadas buscam reduzir a desigualdade regional em áreas deprimidas e, considerando ainda as características ambientais da região, incrementar o desenvolvimento socioeconômico e as perspectivas de integração interregional e de fronteiras.

No modal hidroviário destacam-se:

- conclusão de 13 terminais fluviais no estado do Amazonas nas seguintes localidades: Coari, Itacoatiara, Manacapuru, São Raimundo, Tabatinga, Humaitá, Manaquiri, Nova Olinda do Norte, Urucará, Urucurituba, Nhamundá, São Sebastião do Uatumã e Terminal Pesqueiro em Manaus;
- construção de seis terminais fluviais no estado do Amazonas nas seguintes localidades: Benjamin Constant (80%), Fonte Boa (70%), Novo Aripuanã (64%), Santa Isabel do Rio Negro (87%), São Paulo de Olivença (74%) e Tonantins (72%);
- construção do terminal fluvial Cai N'água (65%), no município de Porto Velho em Rondônia;
- início do processo de licitação para a obra de derrocamento do Pedral do Lourenço, no rio Tocantins, que garantirá a navegação contínua em uma extensão de 500 km de sua foz até a cidade de Marabá – PA;
- execução das seguintes atividades pela Administração das Hidrovias da Amazônia Ocidental – AHIMOC: serviços de escavação e dragagem para aprofundamento e alargamento do furo do Pucu, que interliga os rios Paraná do Ramos e Andirá, no município de Barreirinha/AM; reparos nas embarcações do parque de dragagem na cidade de Humaitá/AM; gerenciamento dos portos nas cidades de Nova Olinda do Norte, Urucará, Urucurituba, Manaquiri e Humaitá, no Amazonas e levantamento do fluxo de carga que transitou na hidrovía do Madeira.

Grande parte dos municípios da região amazônica tem sua infraestrutura de transportes sedimentada em hidrovias que necessariamente são complementadas por uma rede portuária constituída por uma multiplicidade de precários cais flutuantes de madeira, escadas e rampas de aterro espalhados por toda a orla, sem dispor de uma centralização e gerenciamento. Portanto, a ênfase deste programa está na manutenção da rede hidroviária e na implantação de infraestrutura portuária e fluvial mínima para impulsionar o desenvolvimento do mercado regional e, consequentemente, a melhoria da qualidade de vida da população.

Além das ações de cunho social que foram a principal preocupação na região amazônica, também foram intensificadas as ações na área de infraestrutura rodoviária do Vetor Logístico Amazônico, tanto na construção de novas rodovias quanto na manutenção das existentes, garantindo condições adequadas de trafegabilidade em trechos rodoviários federais, promovendo a redução dos custos de transporte, proporcionando maior segurança e conforto aos usuários.

Merecem destaque ainda, no modal rodoviário, as seguintes ações:

- pavimentação de 33,3 km entre Boca do Acre e a Divisa AM/AC, na BR-317/AM;
- pavimentação de 64,5 km entre Sena Madureira e Cruzeiro do Sul, na BR-364/AC;
- pavimentação de 101,7 km entre Divisa MT/PA e Santarém, na BR-163/PA e de 16,8 km entre o Km 656 e Porto Velho, na BR-319/AM/RO;
- conclusão da travessia urbana de Novo Progresso/PA, na BR-163/PA;
- conclusão da duplicação de 15,0 km próximo ao município de Alvorada do Oeste, na BR-429/RO;
- conclusão da nova ponte sobre o rio Candeias, no município de Candeias do Jamarí, na BR-364/RO;
- conclusão da ponte sobre o rio Papagaio (Km 1.030,4) no trecho entre Mundo Novo e Sapezal, na BR-364/MT;
- manutenção de 7.400 km de rodovias.

➤ **Programa Vetor Logístico Centro-Norte – 1457**

Objetiva promover a eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do Amapá, Maranhão, Tocantins e leste dos estados do Pará e Mato Grosso.

As ações implementadas buscam reduzir as desigualdades sociais e incrementar o desenvolvimento socioeconômico da região, expandindo o acesso a áreas de fronteiras e a integração regional.

Na modalidade da infraestrutura aquaviária destacam-se:

- conclusão das Eclusas de Tucuruí que possibilitou, além da navegação numa extensão de 780 km, um meio eficiente de escoamento da produção do Pará.
- execução das seguintes atividades pela Administração da Hidrovia da Amazônia Oriental – AHIMOR: manutenção do Porto de São Francisco em Barcarena/PA e das hidrovias Guamá-Capim e Tocantins, além da análise do projeto executivo da ponte ferroviária sobre o rio Itacaunas.
- execução das seguintes atividades pela Administração das Hidrovias do Tocantins e Araguaia – AHITAR: manutenção da sinalização de margem e flutuante, monitoramento ambiental e operacional e manutenção de embarcações e equipamentos portuários dos rios sob sua jurisdição.

Entre as ações implementadas no modal ferroviário, merecem destaque as seguintes obras na Ferrovia Norte-Sul:

- conclusão do tramo Norte no trecho entre Aguiarnópolis/TO e Palmas/TO, com execução de 148,0 km;
- execução do tramo Central no trecho entre Palmas/TO e Uruaçu/GO, com execução de 117,0 km.

Merecem destaque no modal rodoviário as seguintes ações:

- construção de 73,7 km entre Ribeirão Cascalheira e a Divisa MT/PA, na BR-158/MT;

- construção de 37,0 km entre o Entroncamento da BR-158 (Ribeirão Cascalheira) e Sorriso, na BR-242/MT;
- conclusão do trecho entre Querência e o entroncamento com a BR-158/MT, na BR-242/MT;
- conclusão da duplicação do acesso ao Porto de Itaquí, na BR-135/MA;
- manutenção de 11.989 km de rodovias.

➤ **Programa Vetor Logístico Nordeste Setentrional - 1459**

Objetiva promover a eficiência e a efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

As ações executadas visam disponibilizar transporte seguro a preços competitivos, facilitando a distribuição de cargas e a movimentação de pessoas, favorecendo o desenvolvimento econômico e incrementando o turismo na região.

No modal aquaviário, destacam-se as seguintes ações:

- desobstrução de 1.101 km do leito e conservação das margens dos rios Pindaré, Mearim e Grajaú;
- desobstrução de 441 km do leito e conservação das margens da bacia do rio Parnaíba (rios e igarapés da região do delta do Parnaíba), baixo Parnaíba, alto Parnaíba e rio Balsas;
- implantação/manutenção de 630 m de espigões/guias nos rios Mearim e Pindaré;
- implantação de 541,80 m² de atracadouros hidroviários flutuantes nos portos dos municípios de Araisos, Vitória do Mearim e Ilha Grande, nos estados do Maranhão e Piauí;
- recuperação de 3.146,80 m² de atracadouros hidroviários flutuantes e fixos nos municípios de Barreirinhas, Pinheiro, Água Doce, Araisos, Tutóia, Cururupu, Porto Rico, Guimarães, Penalva, Turiaçu, Palmeirandia, Bequimão, Urucuí e Ilha Grande nos estados do Maranhão e Piauí.

Quanto ao modal ferroviário, destaca-se a desapropriação da faixa de domínio ao longo da ferrovia Nova Transnordestina, conforme discriminado a seguir:

- 621 km, equivalente a 96,43% da extensão da ferrovia no Estado de Pernambuco;
- 268,12 km, equivalente a 69% da extensão da ferrovia no Estado do Piauí;
- 192,63 km, equivalente a 36,58% da extensão da ferrovia no Estado do Ceará.

Com o intuito de incentivar o turismo da região abrangida por esse vetor, foram executadas ações que favoreceram o seu desenvolvimento econômico e diminuíram as desigualdades regionais. Nesse sentido o modal rodoviário desenvolveu as seguintes ações:

- duplicação de 47,7 km do trecho entre Natal e a Divisa RN/PB, na BR-101/RN;
- duplicação de 114,6 km do trecho entre a Divisa RN/PB e a Divisa PB/PE, na BR-101/PB;
- duplicação de 10,0 km do trecho entre a Divisa PB/PE e a Divisa PE/AL, na BR-101/PE;
- manutenção de 9.938 km de rodovias.

➤ **Vetor Logístico Centro Sudeste – 1461**

Objetiva promover a eficiência e a efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul e sudoeste do Estado de Goiás.

As obras executadas nesse programa demonstram a consolidação de projetos voltados a incrementar a eficiência no abastecimento de insumos e no escoamento da produção e o aumento da capacidade produtiva da região.

No modal hidroviário destacam-se as ações:

- execução das seguintes atividades pela Administração da Hidrovia do Paraguai – AHIPAR: dragagem de manutenção no tramo norte do rio Paraguai entre a cidade de Cáceres-MT e a localidade de Castelo de Areia/MT; implantação e manutenção da sinalização do rio Paraguai no trecho entre Corumbá/MS e Cáceres/MT e sinalização e manutenção da Ponte do Morrinho/MS;
- execução das seguintes atividades pela Administração das Hidrovias do Paraná – AHRANA: manutenção preventiva e corretiva da sinalização de toda a via e estudos preliminares de afluentes importantes que poderão proporcionar a expansão da via.

Quanto à modalidade de transporte ferroviário, o maior desafio neste vetor é eliminar os conflitos urbanos ocasionados entre a malha férrea, sistema viário urbano e comunidade lindeira.

Dentre as ações do modal ferroviário destacam-se:

- prolongamento de trechos de rebaixamento de linhas férreas, no município de Maringá/PR, com 96% executado;
- construção do contorno e pátio ferroviário de Tutóia, no município de Araraquara/SP, executado 80% do contorno e 40% do pátio.

Com relação ao modal rodoviário é importante ressaltar que as regiões atendidas por esse vetor apresentam uma rede bem desenvolvida, composta de rodovias federais, estaduais e municipais. Embora constatada a boa qualidade da rede rodoviária foram necessárias algumas ações visando à adequação de capacidade, assegurando a melhoria da segurança e eliminação de pontos críticos.

Merecem destaque no modal rodoviário as seguintes ações:

- adequação de 34,7 km do Rodoanel Metropolitano de São Paulo no trecho entre Mauá e Embu;
- construção de 72,4 km entre o entroncamento da BR-163/MS e a Divisa MS/GO, na BR-359/MS;
- construção de 36,5 km entre Nova Iguaçu de Goiás e Luis Alves, na BR-080/GO;
- conclusão da duplicação da travessia de Dourados, na BR-163/MS;
- conclusão do trecho entre Ventania/PR e Alto do Amparo/PR, na BR-153/PR;
- manutenção de 7.312 km de rodovias.

➤ **Programa Vetor Logístico Sul – 1462**

Objetiva promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

As ações executadas priorizaram corredores de escoamento da produção para o MERCOSUL, possibilitando uma adequada articulação da estrutura sócioprodutiva, permitindo a realização de trocas comerciais e intercâmbio cultural e social entre o Brasil e seus vizinhos.

Dentre as ações no modal hidroviário, merecem destaque:

- execução das seguintes atividades pela Administração das Hidrovias do Sul – *AHSUL*: manutenção da navegabilidade dos cursos d'água; execução de dragagens ao longo do rio Taquari e a manutenção do balizamento da hidrovía; manutenção e operação de quatro barragens eclusadas (três no Jacui e uma no Taquari) e recuperação de dez alças da Barragem de Amarópolis.

Foram priorizadas no modal ferroviário as seguintes ações:

- construção do Contorno Ferroviário no município de Joinville/SC, com 30% de execução física;
- construção do Contorno Ferroviário em São Francisco do Sul/SC, com 4% de execução física.

Merecem destaque no modal rodoviário as seguintes ações:

- duplicação de 163,5 km do trecho entre Palhoça e a Divisa SC/RS, na BR-101/SC;
- duplicação de 36,6 km do trecho entre a Divisa de SC/RS e Osório/RS, destacando-se a conclusão dos túneis do Morro Alto, na BR-101/RS;
- construção do viaduto Unisinos (61,0%); alargamento da Ponte sobre o Rio Gravataí (38%) e construção do viaduto do Rincão, em Novo Hamburgo, (49,0%), na BR-116/RS;
- construção de viaduto no entroncamento da BR-386/RS com a BR-116/RS (35%);
- conclusão do trecho entre Bom Jesus e São José dos Ausentes, na BR-285/RS;
- conclusão do trecho entre São Miguel D'Oeste e Paraíso, na BR-282/SC;
- manutenção de 5.261 km de rodovias.

➤ **Programa Qualidade dos Serviços de Transporte – 1463**

Objetiva garantir a qualidade e a modicidade de tarifas e preços na exploração da infraestrutura e na prestação de serviços de transportes.

As ações do Programa são de fiscalização, regulação e normatização, sendo executadas, principalmente no âmbito das agências reguladoras: Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT e Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ.

Em 2010 foram fiscalizados 396.416 veículos do Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros - TRIIP, o que corresponde a um aumento na ordem de 23% do

resultado obtido no mesmo período do ano de 2009. Do total de fiscalizações do TRIIP no referido período, 368.777 veículos foram fiscalizados nos terminais rodoviários de embarque e desembarque de passageiros, 24.698 em comandos nas rodovias, 1.702 nas garagens das empresas prestadoras de serviço – fiscalizações técnico-operacionais e 1.239 veículos em atendimento a ordens de serviço. Ressalte-se, ainda, que houve a lavratura de 25.712 autos de infração, número superior em 95% ao quantitativo de autos lavrados durante todo o ano de 2009. Esse incremento do número de ações de fiscalização evidencia a ampliação da atuação da Agência, com resultado positivo e melhor prestação de serviços para a população. Foram transportados cerca de 131 milhões de passageiros - 1,1 milhão a mais do que em 2009 - em aproximadamente 2.666 serviços regulares ativos, operados por 255 empresas. A frota cadastrada na ANTT disponível para atendimento é de aproximadamente 16.200 ônibus. Quanto ao transporte fretado de passageiros, em 2010 foram transportados cerca de 9,3 milhões de passageiros, em 22.529 ônibus pertencentes a 3.582 empresas credenciadas junto à ANTT. Para a realização de viagens foram emitidas 256.000 autorizações.

Relativamente ao transporte ferroviário de passageiros, houve um incremento de 10% em relação a 2009, com cerca de 1,4 milhão de passageiros transportados em 2010 pelas linhas regulares das estradas de ferro Vitória-Minas e Carajás, operados por uma única empresa, e mais de 1,0 milhão de passageiros pelos trens turísticos e comemorativos operados em todo o país por 13 empresas autorizadas.

A Fase II da 2ª Etapa de concessões rodoviárias federais, que abrange 680,6 km da BR-116/324/BA, cujo leilão, realizado em 2009, resultou na previsão de investimentos da ordem de R\$ 1,9 bilhão (a preços de 2005) para o período de 25 anos (prazo da concessão), teve a vitória dos trabalhos iniciais aceita em novembro de 2010, possibilitando o início da cobrança de pedágio das praças P3 – P4, localizadas na BR-116/BA, em dezembro de 2010.

Em 2010 foram investidos nas rodovias federais, pelas concessionárias, R\$ 1,22 bilhões, contra R\$ 308,77 milhões em 2009, correspondendo um incremento de 395%.

No que tange ao Transporte Rodoviário de Cargas – TRC, o Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas – RNTRC, iniciado em 2004, foi alterado legalmente em 2007, a fim de exigir a comprovação de experiência como exigência adicional para os transportadores autônomos e a necessidade de responsáveis técnicos para empresas e cooperativas. Para atender estes dispositivos, a ANTT, mediante parcerias, promoveu o registro de 1,25 milhão de transportadores e 2,0 milhões de veículos (base agosto/2010), assegurando as condições previstas na legislação.

Até o fim do exercício, houve 12.499.644 fiscalizações, quantitativo este 53% maior que o resultado da fiscalização em todo o ano de 2009. Do total de fiscalizações realizadas, 12.302.576 referem-se à modalidade excesso de peso, 122.331 a veículos em que foram encontradas irregularidades no RNTRC, 33.058 no que diz respeito ao Vale Pedágio Obrigatório e 41.679 referentes ao Transporte Rodoviário Internacional de Cargas - TRIC. Foram também lavrados 145.064 autos relativos a infrações no Transporte Rodoviário de Cargas.

Com vistas a assegurar o cumprimento dos termos de outorga, a defesa dos interesses dos usuários e a busca da maior eficiência na prestação dos serviços de transporte aquaviário e de exploração da infraestrutura portuária foram realizadas ao longo de 2010 cerca de 700 ações

de fiscalização, que resultaram, entre outros procedimentos, na celebração de 26 Termos de Ajustes de Conduta - TAC com operadores portuários. As ações de fiscalização efetivadas representaram um incremento de 23,89% em relação ao exercício anterior.

Com relação à navegação interior, foi implementado o Plano de Interdição para o Transporte de Passageiros e Misto na região amazônica, cujas ações repressivas resultaram, ao longo de 2010, na interdição de 31 embarcações operadas por 29 empresas/empresários e, em consequência, na regularização e retorno ao tráfego de 10 dessas empresas/empresários.

Na área de outorgas, envolvendo os serviços de transporte marítimo e de apoio, a navegação interior e a exploração da infraestrutura portuária, foram emitidos 104 Termos de Autorização, que representaram uma realização de 74,3% em relação à meta de 140 outorgas previstas.

Destaca-se, ainda, a conclusão das análises de cinco propostas de arrendamentos nos portos de Itaquí, Suape, Maceió, Vitória e Recife, assim como a emissão de quatro outorgas para Terminais de Uso Privativo: LLX Açúcar Operações Portuárias (São João da Barra/RJ), LLX Sudeste Operações Portuárias Ltda (Itaguaí/RJ), Poly Terminais S.A. (Itajaí/SC) e Cargil Agrícola S.A. (Três Lagoas/MS). Essas autorizações e arrendamentos implicarão investimentos no montante de R\$ 3,5 bilhões, com um acréscimo mínimo de oferta de infraestrutura portuária para movimentação de 130,0 milhões de toneladas.

➤ **Programa Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval - 8768**

Objetiva renovar e expandir a frota brasileira de embarcações construídas no País para o transporte marítimo e de navegação interior.

Em 2010, foram repassados recursos para a construção/jumborização de 113 embarcações, sendo que foram entregues 20 e estão em construção 93, conforme detalhado a seguir:

- embarcações entregues: Ceará (1), Pará (3), Rio de Janeiro (5), Rio Grande do Sul (1), Santa Catarina (5) e São Paulo (5), totalizando US\$ 506 milhões;
- embarcações em construção: Amazonas (1), Bahia (2), Ceará (11), Pará (25), Pernambuco (10), Rio de Janeiro (22), Santa Catarina (6) e São Paulo (16), totalizando US\$ 3,0 bilhões.

Foi contratada também, no exercício, a construção de 80 embarcações, cujos recursos totalizam US\$ 2,8 bilhões, nos seguintes Estados: Amazonas (14), Pará (3), Pernambuco (5), Rio de Janeiro (23), Santa Catarina (18), São Paulo (13) e Sergipe (4).

Destaca-se que os recursos efetivamente aplicados no financiamento para construção de embarcações foram de R\$ 2,3 bilhões. É importante observar que, mesmo com a crise financeira mundial de 2009, a demanda por recursos aumentou 47,0% em 2010.

Para financiamento da construção do Estaleiro Atlântico Sul, em Pernambuco, modernização do Estaleiro Aliança, no Rio de Janeiro e suplementação do Estaleiro Navship, em Santa Catarina, foram desembolsados R\$ 315 milhões.

Destaca-se agora, as principais atuações das unidades vinculadas diretamente à Secretaria-Executiva, quais sejam: a Subsecretaria de Assuntos Administrativos e a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento.

A **Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD** tem por finalidade planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os Sistemas Federais de Organização e Modernização Administrativa, de Administração dos Recursos de Informação e Informática, de Recursos Humanos e de Serviços Gerais, no âmbito do Ministério dos Transportes.

A SAAD tem a seguinte estrutura:

- A **Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRL** que tem por missão regimental planejar, coordenar e controlar as atividades relativas à aquisição de bens, e contratação de serviços, administração de material e patrimônio, administração e manutenção predial, obras e serviços de engenharia, transporte, telecomunicações, comunicação administrativa e serviços de apoio operacional no âmbito do Ministério dos Transportes.

A CGRL, no transcorrer de suas atividades, procurou manter o planejamento inicial, considerando a proposta orçamentária apresentada para o exercício de 2010. No lugar de uma proposição orçamentária de R\$ 82.323.477,00 para fazer face aos custos administrativos, a unidade foi contemplada com recursos na ordem de R\$ 49.305.000,00. Vale ressaltar que neste valor está inclusa a importância de R\$ 10.000.000,00, direcionada à execução de despesas de publicidade de utilidade pública, cuja gerência está a cargo da ASCOM – Assessoria de Comunicação Social/MT. De posse de tais recursos, a unidade focou a sua atuação nas atividades julgadas mais importantes, em consenso com as orientações do Subsecretário de Assuntos Administrativos.

O ponto de maior relevância, dentre as prioridades estabelecidas, continuou direcionado nas obras de substituição de toda a rede elétrica do Edifício Anexo, uma vez que a então existente não permitia a instalação de qualquer novo equipamento com consumo elétrico, culminado, inclusive, como obstáculo para realização de novas tarefas ou mesmo o desempenho de atividade por outros servidores, senão aqueles já locados naquela área. A obra encontra-se em fase de conclusão com previsão de término para meados de abril de 2011. Todos os recursos já estão devidamente empenhados e os pagamentos estão sendo efetuados dentro da normalidade.

Também foi mantida a prioridade no que se refere a manutenção da área de informática do Ministério, uma vez que o Coordenador-Geral de Modernização e Informática alertou sobre as dificuldades por que passava o setor e sobre as possíveis consequências em razão de panes dos sistemas e equipamentos em uso. Essa prioridade continua sendo alvo das atividades da CGRL uma vez que em 2010 foram adquiridos novos servidores de rede cujo investimento foi cotado quando da elaboração da atual proposta orçamentária

A compra de estações de serviços de informática foi adotada, tendo em vista que a maior parte dos equipamentos em uso já ultrapassava 8 anos de aquisição, causando grandes dificuldades na consecução dos trabalhos e um custo altamente elevado quando de sua manutenção.

Mesmo assim não se descuidou dos serviços de natureza contínua, que foram executados de forma normal, não apresentando, durante o exercício, qualquer problema nos processos de segurança, limpeza e conservação dos bens e instalações a serviço do Ministério.

Quanto às demais ações, previamente planejadas e que não puderam ser realizadas, dentro das possibilidades, serão contempladas durante o exercício de 2011.

- **A Coordenação-Geral de Recursos Humanos - CGRH** tem por finalidade coordenar e acompanhar no âmbito do Ministério, a política e as ações de recursos humanos, compreendendo as atividades de administração e pagamento de pessoal, de desenvolvimento de recursos humanos, em consonância com a legislação vigente; coordenar e acompanhar a execução da política de assistência médico-social no âmbito do Ministério; e coordenar e acompanhar a política e as ações das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes - CIPA, no âmbito do Ministério.

A CGRH, por ser órgão de atividades meio, interage de forma subsidiária nas políticas públicas governamentais de geração de empregos e de assistência à saúde da população.

Para cumprir sua missão de suprir a força de trabalho necessária à estrutura do Ministério, formula propostas tanto de concursos públicos, com treinamentos de aperfeiçoamento após a admissão do pessoal, quanto de terceirização de mão-de-obra com a mesma finalidade, em casos emergenciais inevitáveis.

Destaca-se, também, a manutenção de plano de saúde oferecido aos servidores e seus dependentes, evitando assim uma demanda maior ao Sistema Único de Saúde - SUS, já saturado.

O Balanço das ações gestadas e desenvolvidas na CGRH, no Exercício 2010, consolida com teoria e números uma rotina não inédita da complexa estrutura que se molda, há muito, no serviço público e, por reflexo, neste Ministério.

A rigor, exercício por exercício, ressalvadas as medidas de mudanças no trato e na condução de alguns assuntos, emanadas do Poder Executivo, por Leis, Decretos e Orientações Disciplinares do Órgão Central do SIPEC, as atividades atinentes a recursos humanos têm caráter repetitivo, todas condicionadas a normas específicas, dentre estas e em especial a Lei nº 8.112/90, e suas alterações;

Durante o exercício de 2010, assumimos o desafio de buscar o envolvimento de todos os profissionais da CGRH, que não envidaram esforços para que as tarefas fossem desenvolvidas a contento, investindo na especialização, elevando o nível de capacitação, pelo treinamento e na obtenção de recursos humanos com a nomeação de novos servidores concursados que vieram a somar para o bom desempenho e profissionalismo em que ao longo do exercício os trabalhos apresentados foram desenvolvidos. Com isso foi possível, por exemplo, reforçar a equipe de concessão de pensões viabilizando maior celeridade nos processos.

Por fim salientamos algumas medidas institucionais que poderiam potencializar o nível de eficiência da CGRH:

- adequação da estrutura regimental, que já foi proposta, visto que apesar de todos os esforços envidados, a estrutura atual não comporta os recursos necessários para a execução das atividades de competências desta Coordenação-Geral;
 - o preenchimento de postos de trabalho com novos servidores, que depende de autorização de nomeações adicionais pelo Ministério do Planejamento; e
 - a disponibilização de novos equipamentos de informática, o que vem sendo atendido ao longo do tempo de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeira.
- **A Coordenação-Geral de Modernização e Informática - CGMI**, que tem por finalidade planejar, coordenar, controlar e supervisionar os planos, programas e projetos relativos à organização, reforma e modernização administrativa, recursos de informação e de informática, no âmbito do Ministério, em consonância com as diretrizes do Órgão Central do Sistema.

No exercício de 2010 foram elaborados o Plano de Trabalho e o Modelo para composição do Plano Diretor de Tecnologia da Informação a serem implementados no Ministério dos Transportes. Tanto o Plano quanto o Modelo foram apresentados em reunião ordinária do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação – CGTI, que após intensos debates foram aprovados por unanimidade.

O CGTI publicou a Resolução nº 12, de 13 de maio de 2010, aprovando tudo o que fora apresentado e, nessa mesma Resolução, em seu Art. 2º, determinou aos membros representantes que indicassem os participantes de cada órgão deste Ministério. A CGMI ainda não recebeu a configuração final dos representantes indicados e aprovados pelo CGTI, desta forma, os trabalhos ainda não foram iniciados. Como forma de agilizar os trabalhos, a CGMI promoveu uma série de levantamentos nas áreas de Sistemas de Informação, de Infraestrutura e de Segurança da Informação que servirão de subsídio para os trabalhos.

Ainda com relação ao PDTI, a equipe técnica da CGMI vem participando de reuniões com os diversos órgãos do MT no sentido de identificar as demandas que deverão constar do PDTI para os próximos 02 (dois) anos, no que concerne ao desenvolvimento de novos sistemas. Tais informações contribuirão para o planejamento da contratação de serviços especializados da área de Sistemas de Informação.

Particularmente no que se refere à equipe de elaboração do PDTI, a CGMI já identificou e promoveu o alinhamento dos técnicos que deverão participar dos trabalhos.

Como forma de evoluir a área de Planejamento e Controle para área de TI, a CGMI evoluiu e vem evoluindo seu sistema central de controle e acompanhamento dos pleitos e ações no âmbito do MT (SPATIC). Neste sentido, nomeou os Fiscais Técnicos, bem como solicitou a nomeação dos Fiscais Administrativos à Coordenação Geral de Recursos Logísticos.

Ainda na área de Planejamento e Controle, a CGMI vem aprimorando seus processos de trabalho, seja na definição de fluxos dos processos, seja no aperfeiçoamento de controles que visem garantir o acompanhamento dos Acordos de Níveis de Serviços previstos nos contratos da área.

Nas reuniões ordinárias do CGTI, a CGMI apresentou todos os contratos existentes de TI e alertou a todos os representantes dos órgãos participantes para a necessidade de se identificar gastos/investimentos. Tal iniciativa visa subsidiar a elaboração da proposta orçamentária da área de TI, matéria que sempre passa por aprovação do CGTI.

Nas ações que visam à estruturação e a qualificação da força de trabalho na área de Tecnologia de Informação do MT, a CGMI fez gestões junto à Secretaria de Logística de Tecnologia da Informação – SLTI do Ministério do Planejamento, obtendo desta os resultados esperados. Nestas articulações, o Ministério dos Transportes recebeu dos últimos concursos realizados, 06 (seis) Analistas de TI, assim como a gratificação – GSISP para 8 (oito) técnicos da CGMI, que atuam diretamente na área. Com estas ações, a CGMI pode segregar funções vitais no processo de trabalho na área de TI – particularmente atendendo em sua quase totalidade as determinações/recomendações do próprio Tribunal de Contas da União.

Nas matérias relacionadas à elaboração do planejamento orçamentário, cabe ressaltar que ainda não existe um Plano de Trabalho - PT específico para a área de TI; neste sentido, os gastos são realizados no PT destinado à administração da unidade. Entretanto, os gastos são alocados em subelementos próprios, o que permite selecionar e acompanhar a sua execução. Em que pese os recursos orçamentários constarem do PT da unidade, a CGMI sempre apresenta ao CGTI o orçamento necessário ao exercício seguinte.

A CGMI, como membro do CETIIT, participou de todas as reuniões ordinárias e extraordinárias do comitê. Em seu último trabalho, atuou ativamente no Grupo de Trabalho com os demais órgãos representantes, no sentido de definir as premissas e a metodologia para a elaboração do Banco de Metadados para o Sistema de Informações de Transportes. Este trabalho se encontra na Secretaria Executiva do Comitê para aprovação e contratação de serviços necessários.

A CGMI, por intermédio de sua Coordenação de Modernização – COMOR, vem coordenando os trabalhos com vistas à readequação da Estrutura Regimental do Ministério dos Transportes.

Por determinação do Ministro dos Transportes, a CGMI e a Assessoria de Comunicação Social – ASCOM vem evoluindo a forma de apresentação e navegação e gestão de conteúdo do Portal do MT. Como forma de garantir a integridade e a atualização necessárias dos conteúdos que serão publicados, o projeto de manutenção prevê um modelo de gestão de conteúdo descentralizado, atribuindo responsabilidade e autonomia a cada área.

Outro projeto de relevância que está em fase adiantada de conclusão é o Sistema de Informações Gerenciais do PAC – SIGPAC. A Secretaria de Gestão – SEGES vem registrando todos os dados referentes às obras. Quando concluídos, os relatórios de acompanhamento serão gerados automaticamente pelo sistema, o que garantirá tanto a padronização das informações quanto o provimento da agilidade necessária aos gestores responsáveis.

Com relação aos treinamentos específicos da área de Tecnologia da Informação, cumpre esclarecer que o quadro de técnicos da CGMI sempre foi deficiente para fazer frente às suas atividades, neste sentido, não era possível promover a segregação de funções e nem tampouco permitir a ausência de técnicos para treinamentos. Diante desta realidade, a CGMI promoveu

cursos específicos para a formação de dois técnicos na metodologia de Contagem de Pontos de Função – necessidade exigida pela nova modalidade de contratação voltada para produto. Ainda assim, alguns outros específicos foram realizados.

Com a incorporação aos quadros do MT de 6 (seis) Analistas de TI oriundos de concurso realizado pelo Ministério do Planejamento e da concessão da GSISP para 8 (oito) funcionários, mediante concurso específico, a CGMI conseguiu avançar em muito a regularização do seu quadro de TI, o que permitirá planejar cursos de formação com vistas à melhoria da governança da área.

A CGMI promoveu o levantamento dos inventários de Software e de Hardware do Ministério dos Transportes e que foram devidamente publicados no ambiente da INTRANET.

No âmbito da CGMI podemos destacar os principais resultados atingidos no exercício de 2010:

➤ **Coordenação-Geral de Modernização e Informática**

- A elaboração do Plano de Trabalho e do Modelo do Plano Diretor de Tecnologia da Informação a ser implementado no Ministério dos Transportes e suas aprovações por unanimidade pelos representantes do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação – CGTI.
- A identificação das demandas que deverão constar do PDTI para os próximos 02 (dois) anos no que concerne ao desenvolvimento de novos sistemas.
- O aperfeiçoamento do Planejamento e do Controle da área de TI, a partir de seu sistema central de controle e acompanhamento dos pleitos e ações no âmbito do MT (SPATIC).
- O aprimoramento de seus processos de trabalho com vistas ao acompanhamento dos Acordos de Níveis de Serviços previstos nos contratos da área.
- A identificação junto aos órgãos do Ministério dos Transportes das necessidades de gastos/investimentos de modo a subsidiar a elaboração da proposta orçamentária da área de TI.
- O Acréscimo à sua força de trabalho de 06 (seis) Analistas de TI, assim como a implantação da gratificação do GSISP para 8 (oito) técnicos da CGMI.
- A participação de todas as reuniões ordinárias e extraordinárias do CETIIT que definiram as premissas e a metodologia para a elaboração do Banco de Metadados para o Sistema de Informações de Transportes.
- A participação nos trabalhos visando a readequação da Estrutura regimental do Ministério dos Transportes.
- A formatação do novo Portal do Ministério dos Transportes como parceira da Assessoria de Comunicação Social – ASCOM.

- A implantação, mesmo que parcial, do Sistema de Informações Gerenciais do PAC – SIGPAC.
- Treinamento que promoveu cursos específicos para a formação de dois técnicos na metodologia de Contagem de Pontos de Função.
- A incorporação aos quadros do MT de 6 (seis) Analistas de TI oriundos de concurso realizado pelo Ministério do Planejamento e da concessão da GSISP para 8 (oito) de seus funcionários.
- O levantamento dos inventários de Software e de Hardware do Ministério dos Transportes.

➤ **Coordenação de Informática**

✓ **Gestão dos Contratos e Serviços**

- Dentre os contratos gerenciados, os que trouxeram maior inovação no seu acompanhamento foram aqueles em que as aplicações dos Acordos de Níveis de Serviços se fizeram presentes. Cabe ressaltar também o acompanhamento de contrato cujos produtos entregues foram baseados em serviços realizados sob a ótica de Pontos por Função.

✓ **Ambiente de Rede Corporativa**

- Implementação do software livre Open-Audit – Aplicação que Coleta Informações Computacionais na rede. É capaz de fornecer um diagnóstico preciso do parque computacional e disponibilizar informações como o número de equipamentos e alocados nos mais diversos segmentos, como softwares e hardware instalados. Também pode fornecer informações como a localização física dos equipamentos através da segmentação da rede, ampliando o controle do parque computacional e a segurança na rede. Desta forma é possível controlar a inclusão de algum produto fora dos padrões definidos pela CGMI além de obter relatórios gerenciais necessários para a gestão do setor.
- Aquisição, instalação e configuração de 06 equipamentos servidores com tecnologia X86 – Proporcionou melhor agilidade e produtividade na utilização dos equipamentos e serviços com distribuição dos servidores virtuais que estavam limitados a expansão. Migração dos servidores de Banco de Dados e servidor de aplicação da plataforma Sunfire6800 SPARC para esta plataforma tecnológica X86, o que corroborou para a descontinuidade deste equipamento devido ao alto custo de manutenção para o MT.
- Redefinição da estrutura e reconfiguração da rede privada (backup, storage, servidores) da solução LAN / NAS / SAN / VMWARE – Devido a implementação da nuvem de virtualização dos servidores, houve a necessidade de separar a rede corporativa da rede privada dando maior performance e segurança no ambiente. Esta solução foi interligada às redes já existentes, permitindo que todos os servidores acessem os dados ali

armazenados sem a necessidade de aquisição de qualquer componente de conectividade. O backup é realizado diretamente do subsistema unificado de armazenamento de dados para a unidade automatizada de backup, com alto desempenho e capacidade, utilizando conexões por fibra ótica a uma rede de backup (TAPE SAN), evitando assim, consumo de processamento nos servidores de rede.

- Migração do controlador de domínio para o Windows 2008. A mudança do Active Directory 2003 para a versão 2008 proporcionou o aprimoramento de políticas de usuários e máquinas, além de atualizar o sistema operacional e serviços para a última versão disponível na Microsoft.
- Implementação do Active Directory nas redes do DMM. O Active Directory permitiu a aplicação de políticas, instalação de softwares e aplicação de atualizações críticas de forma centralizada à rede da Marinha Mercante e eliminou vários controladores de domínio espalhados pelos estados.
- Aquisição de 20 pentes de memória para os servidores IBM X3650 e X3550. Com o crescimento constante das demandas dos serviços e aplicativos virtualizados nos servidores instalados, foi necessária a adição de memórias para atender a capacidade exigida de processamento.
- Substituição dos switches obsoletos na rede do MT localizados no Ed. DNIT. A troca dos equipamentos padronizou os equipamentos de borda permitindo um gerenciamento eficaz pela equipe de rede.
- Aquisição de licenças VMWare ESX juntamente com o gerenciador centralizado VMWare VCenter. Permitiu a continuidade do projeto de virtualização de servidores, com toda a segurança e alta disponibilidade, fornecendo também a segurança dos ativos de informação do Ministério, garantindo a continuidade dos serviços corporativos e gerenciais, bem como aos sistemas existentes.

✓ Sistemas de Informações

- Consolidação da utilização do sistema SIGPAC, por parte dos gestores de ações da SEGES, uma vez que o quadro mensal de acompanhamento dos empreendimentos do PAC foi implementado, automatizando a produção dos balanços do PAC.
- Consolidação da utilização do módulo de programação financeira do sistema SIORC, mediante a implementação de relatórios importantes no processo de análise e liberação de pagamentos, tais como relatório Consolidação da Programação Financeira Por Programa, Mês/ Ano, separado para Demais Ações, Projeto Piloto; relatório por Nota de Empenho, NE, Mês/ Ano, separando execução do Exercício e Restos a Pagar, demais ações, crédito extraordinário e projeto piloto; relatório ALF - Autorização de Liberação Financeira, gerada com base no relatório PROLIB; relatório por UF, classificando a Programação Financeira por UF; relatório Anexo do Ofício para considerar o Valor Liberado como referência; relatório Programação Financeira Projeto Piloto - Mês/Ano, emitido por Ofício selecionado.

- Consolidação da utilização do sistema SPATIC, com a automação de processos importantes, tais como NS (Nível de Serviço), destinado a representar as infrações e as respectivas multas, referentes a produtos e artefatos rejeitados no termo de homologação; manutenção das Ordens de refazimento de serviço, destinadas aos produtos e artefatos objeto de infrações na ANS; Termo de homologação de serviço feito, destinado aos produtos e artefatos objeto de infrações no ANS.
 - Reformulação do Portal de Informações do Ministério dos Transportes, segundo uma estrutura tecnológica que permita a disponibilização de serviços, funcionalidades e informações mediante processos automatizados e descentralizados de inclusão de conteúdos e notícias com a integração dos serviços e informações de seus órgãos diretos e vinculados.
 - Início do processo de conversão dos sistemas Delphi para Java.
 - ✓ Suporte ao Usuário
 - A aquisição de 10 telas de projeção e 10 projetores de imagens multimídia possibilitou o atendimento às solicitações para apresentações nas salas de reunião dos principais setores do MT.
 - A aquisição de 550 (quinhentos e cinquenta) estações de trabalho possibilitou a substituição de equipamentos obsoletos do Ministério dos Transportes.
 - A Instalação do Office2007 nas estações de trabalho com versões obsoletas proporcionou padronização do parque tecnológico.
- **Coordenação de Informação**
- Estatística demonstrativa dos principais resultados atingidos, nas atividades do Fale Conosco.

COMENTÁRIOS ENVIADOS POR ÁREA DE INTERESSE PERÍODO DE 15/10/2009 A 08/11/2010		
ÁREA	QUANTIDADE	%
Transporte Rodoviário	2344	29.51
Transporte Ferroviário	738	9.29
Transporte Hidroviário	131	1.64
Transporte Portuário	142	1.78
Informações Funcionais (Servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas)	2188	27.54
Projetos e Programas	526	6.62
Outros	1874	23.59
Total	7943	100

COMENTÁRIOS ENVIADOS POR TIPO		
TIPO DE COMENTÁRIO	QUANTIDADE	%
Sugestão	461	5.80
Dúvidas	1965	24.73
Reclamação	1885	23.73
Elogios	68	0.85
Consulta	3564	44.86
Total	7943	100

ESTATÍSTICA OPERACIONAL DOS COMENTÁRIOS		
CATEGORIA	QUANTIDADE	%
Comentários Respondidos	2067	26.02
Comentários Respondidos Com Cópia	411	5.17
Comentários Encaminhados	4876	61.38
Comentários Encaminhados Com Cópia	426	5.36
Comentários Excluídos por Duplicidade	13	0.16
Comentários Excluídos por Incoerência	148	1.86
Total de Comentários Excluídos	161	2.02
Total de Comentários Operacionalizados	7941	99.97
Total de Comentários Recebidos	7943	100

ESTATÍSTICA POR COMPETÊNCIA DOS COMENTÁRIOS ENCAMINHADOS					
ÓRGÃO/SETOR	QTDE. ENC.	QTDE. ENC. CC	ÓRGÃO/SETOR	QTDE. ENC.	QTDE. ENC. CC
ANTAQ	37	4	ANTT	306	16
ASCOM	64	15	ASPAR	0	1
BIT	33	3	CGMI	0	0
CGRH (32,83%)	2559	49	CGRH (2)	0	0
CGRL	6	1	CIDE	3	0
COMOR	0	0	CONJUR	7	4
CORIN	25	6	CPL	2	0
CPMA	8	1	Codesp	0	0
DIBIB	45	2	DIMAT	4	0
DMM	91	3	DNIT	340	43
DPRF	1	4	Denatran	18	2
G M	60	26	Outro(s)	0	322
PARE	22	2	PASSELIVRE (14,11%)	1091	30
RFFSA	22	7	SE (p)	2	0
SEGES	3	8	SFAT	0	0
SPNT	118	13	SPO	0	0
STT	0	0	Valec	9	1
Total de Destinatários Encaminhados			4876		
Total de Destinatários Encaminhados CC			563		

ESTATÍSTICA DE PESQUISAS – BIBLIOTECA - MT													
Consolidado de outubro de 2009 a setembro de 2010													
SERVIÇOS	2009			2010									TOTAL
	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	
Internet	77	60	45	47	50	43	44	66	50	41	44	52	619
Legislação	135	120	80	92	98	150	17	162	115	100	109	121	1.452
Livro	30	45	50	24	19	58	66	71	88	97	102	79	729
Periódico	48	50	48	48	48	52	48	54	5	48	54	49	597
Referência	17	15	10	13	14	16	18	20	19	15	17	20	194
Cópia	190	198	150	165	152	210	222	239	201	170	229	200	2.326
Empréstimo	0	1	1	0	0	0	1	0	4	2	1	2	12
Empr. entre Bibliotecas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Doação	172	240	21	0	0	0	0	0	0	0	310	490	1.427
Digitalização	0	0	0	0	0	0	0	0	0	30	48	66	144
TOTAL	669	729	599	389	381	529	569	612	527	503	914	1.079	7.500

➤ Coordenação de Modernização

- Fluxogramas das rotinas levantadas da Coordenação-Geral de Recursos Humanos, especificamente nas seguintes atividades:
 - Fluxograma de Triagem de Documentos – COAP/APOIO;
 - Fluxograma do Recadastramento de Aposentados e Pensionistas;
 - Fluxograma da Declaração de Pensionista;
 - Fluxograma de Atendimento de Demandas Urgentes de Aposentados e Pensionistas;
 - Fluxograma de Atendimento de Ações Judiciais;
 - Fluxograma das Diligências do TCU (Pensão);
 - Fluxograma de Auditoria SFC – CGU – TCU;
 - Fluxograma de Isenção de Imposto de Renda.
- Absorção de novas informações, metodologias e tecnologias sobre meios de acesso de Tecnologia da Informação a serem adotadas na Administração Pública.
- Confeção de formulário para coleta de informações junto aos usuários de Sistemas de Informações do MT visando a construção do PDTI.
- Confeção do Plano de Trabalho para elaboração do PDTI no MT.
- Exame em laboratório da ferramenta XMAIND com vistas a ser utilizada como ferramenta de levantamento de: processos, fluxogramas, organogramas, acompanhamento de projetos e outros para futura implementação no MT.
- Criação de Formulário de modo a se obter informações das necessidades de atualização e capacitação dos servidores da CGMI no contexto da TI.
- Implementação das diretrizes da Política de Segurança.
- Consolidação das proposições de alterações regimentais encaminhadas pelas áreas do MT à COMOR. A Coordenação consolidou elaborou minuta e encaminhou à Subsecretaria de Assuntos Administrativos.

- Participação de Grupo de Trabalho constituído dos representantes de cada órgão do Ministério dos Transportes, instituído pela Portaria nº 247, de 31/08/2010 do qual resultou um Relatório contendo proposta de Estrutura Regimental do MT, Organogramas, Quadros Demonstrativos do aumento de cargos e percentuais, Exposição de Motivo com as devidas justificativas da criação de alguns cargos e extinção de outros, Aviso com encaminhamento, Anexo I com as competências regimentais até Departamento, Anexo II com as áreas do MT com seus cargos propostos com suas respectivas denominações e Anexo III com o quantitativo de DAS's com valores unitários, relatório este encaminhado ao Subsecretário de Assuntos Administrativos do MT.
- Atualização de Informações no Sistema CGU/PAD para uso das autoridades competentes do MT e CGU/PR.
- Atualização e Divulgação do Manual de Serviço “A Quem Pedir”.
- Atualização dos Personogramas para fins de divulgações aos dirigentes do MT.
- Desenvolvimento de Nova sinalização para aplicação às dependências físicas do Gabinete do Ministro - GM, Consultoria Jurídica – CONJUR, Serviço de Atendimento Médico Social – SAMS, Secretaria de Fomento – SFAT e Secretaria de Política Nacional de Transportes – SPNT do MT.
- Relatórios de procedimentos de Processos Administrativos Disciplinares.
- Lista de Dirigente atualizada e divulgada pela intranet.

A Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO, Unidade Gestora 390002, atua como Órgão Setorial de Orçamento, Planejamento e Programação Financeira, e tem por finalidade estabelecer a ligação entre as Unidades da Administração Direta e Indireta do Ministério dos Transportes com as Secretarias de Orçamento Federal - SOF, de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI, e o Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, e também com a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda – STN/MF.

No exercício de 2010, a SPO descentralizou para as Unidades Gestoras deste Ministério (Administração Direta), conforme abaixo indicadas, créditos destinados ao atendimento de gastos com Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e Investimentos:

- » 390004/00001 – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos;
- » 390007/00001 – Coordenação-Geral de Recursos Humanos;
- » 390015/00001 – Inventariança da Extinta Rede Ferroviária Federal S/A;
- » 273087/27202 –Extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER; e
- » 390056/00001 – Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAAD.

A SPO desempenha, por meio de suas Coordenações-Gerais, as seguintes atribuições:

Coordenação-Geral de Orçamento – CGORC – planeja, coordena e supervisiona as atividades relativas ao processo de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual, envolvendo os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e de Investimento, acompanhamento da execução orçamentária objetivando, inclusive, a reprogramação do orçamento à luz das diretrizes orçamentárias e do Plano Plurianual.

Dentre as metas estabelecidas, ressaltam-se aquelas referentes à orientação e acompanhamento do orçamento a partir da análise e consolidação das propostas orçamentárias de suas unidades vinculadas até a efetiva aprovação da Lei Orçamentária Anual.

Posteriormente, a CGORC tem como objetivo acompanhar a execução e proceder à avaliação dos resultados, atendendo às reivindicações das unidades no tocante aos ajustes orçamentários junto à Secretaria de Orçamento Federal - SOF/MP e ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, visando concretizar as solicitações por meio de créditos adicionais e outras alterações orçamentárias.

Coordenação-Geral de Finanças e Contabilidade – CGFC – coordena as funções de programação financeira de desembolso, realizando a descentralização de recursos via repasse e sub-repasse em favor das diversas Unidades Gestoras que compõem a Administração Direta e Indireta deste Ministério, além da sua atuação como setorial contábil do Órgão Superior, atendendo as demandas das unidades inerentes ao registro da execução orçamentária e financeira no SIAFI.

No que se refere à programação financeira, a CGFC tem como meta estabelecer o cronograma anual de desembolso para os diversos Órgãos que compõem esta Pasta; avaliar, consolidar e atender aos pedidos de recursos formulados pelas entidades, condicionada às cotas mensais estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN/MF.

Atua também como Setorial do Sistema de Contabilidade Federal, exercendo as atribuições previstas no art. 7º do Decreto 6.976, de 07/10/2009.

A Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação – CGAA – coordena e acompanha o processo de elaboração do Plano Plurianual - PPA, suas revisões e avaliações anuais, por meio do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento-SIGPlan. Elaborou a Mensagem Presidencial e a Prestação de Contas da Presidência da República – PCPR, em conjunto com representantes das Secretarias e das Unidades Vinculadas a Pasta. Apoia o Secretário-Executivo, por meio da Unidade de Monitoramento e Avaliação – UMA, monitorando a atualização dos dados do SIGplan e orientando os coordenadores de ação nas suas dificuldades, visando garantir a atuação integrada do Órgão para alcance dos objetivos setoriais.

Analisa e submete à aprovação superior os pedidos das Unidades Orçamentárias para o desbloqueio de dotações das ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Emite relatórios de acompanhamento dos investimentos a cargo do Ministério dos Transportes ao longo dos anos, série histórica.

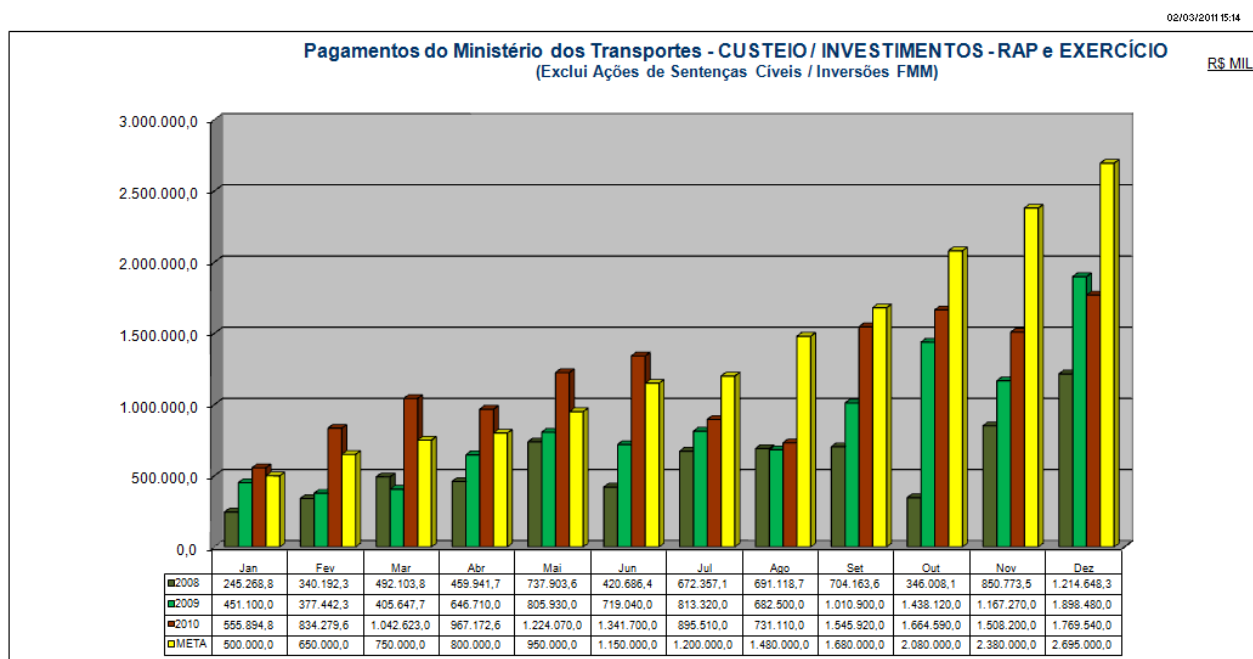
Avaliação do processo de cadastramento das ações na fase qualitativa do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, verificando as inconsistências porventura existentes, para fins de elaboração da proposta orçamentária anual.

A SPO planeja, coordena e supervisiona a execução das atividades relacionadas com os Sistemas Federais de Planejamento e Orçamento, de Administração Financeira e de Contabilidade no âmbito do Ministério e de suas unidades supervisionadas.

No exercício de 2010, foram apresentadas diversas informações gerenciais que permitiram tomadas de decisões para a definição de prioridades e implementação das políticas públicas do Governo para o Setor Transportes.

Destaca-se os resultados alcançados por meio do Fórum de Desempenho do Ministério dos Transportes, criado pela Portaria nº 199, de 04 de agosto de 2010, DOU de 05/08/2010, do qual a SPO faz parte, onde o foco foi direcionado para melhoria dos gastos públicos. Do planejamento efetuado foram estabelecidas metas de desempenho para as Unidades responsáveis pela aplicação dos recursos consignados no Orçamento Geral da União. Foram analisadas as despesas inscritas em restos a pagar, onde foram cancelados R\$ 500,0 milhões e a busca de melhoria na gestão dos processos que envolvem a redução dos prazos entre a realização das obras/serviços, atestação das despesas e o efetivo pagamento.

No que se refere ao cumprimento da meta de desempenho da execução financeira anual estabelecida para o ano de 2010, no valor de R\$ 16,3 bilhões, foram pagos R\$ 14,1 bilhões, o que representa 86,5% da meta fixada.



MOVIMENTO LÍQUIDO					MOVIMENTO ACUMULADO				
	2008	2009	2010	META		2008	2009	2010	META
Jan	245.268,8	451.100,0	555.894,8	500.000,0	Jan	245.268,8	451.100,0	555.894,8	500.000,0
Fev	340.192,3	377.442,3	834.279,6	650.000,0	Fev	585.461,1	828.542,3	1.390.174,4	1.150.000,0
Mar	492.103,8	405.647,7	1.042.623,0	750.000,0	Mar	1.077.564,9	1.234.190,0	2.432.797,4	1.900.000,0
Abr	459.941,7	646.710,0	967.172,6	800.000,0	Abr	1.537.506,6	1.880.900,0	3.399.970,0	2.700.000,0
Mai	737.903,6	805.930,0	1.224.070,0	950.000,0	Mai	2.275.410,2	2.686.830,0	4.624.040,0	3.650.000,0
Jun	420.686,4	719.040,0	1.341.700,0	1.150.000,0	Jun	2.696.096,6	3.405.870,0	5.965.740,0	4.800.000,0
Jul	672.357,1	813.320,0	895.510,0	1.200.000,0	Jul	3.368.453,7	4.219.190,0	6.861.250,0	6.000.000,0
Ago	691.118,7	682.500,0	731.110,0	1.480.000,0	Ago	4.059.572,4	4.901.690,0	7.592.360,0	7.480.000,0
Set	704.163,6	1.010.900,0	1.545.920,0	1.680.000,0	Set	4.763.736,0	5.912.590,0	9.138.280,0	9.160.000,0
Out	346.008,1	1.438.120,0	1.664.590,0	2.080.000,0	Out	5.109.744,1	7.350.710,0	10.802.870,0	11.240.000,0
Nov	850.773,5	1.167.270,0	1.508.200,0	2.380.000,0	Nov	5.960.517,6	8.517.980,0	12.311.070,0	13.620.000,0
Dez	1.214.648,3	1.898.480,0	1.769.540,0	2.695.000,0	Dez	7.175.165,9	10.416.460,0	14.080.610,0	16.315.000,0
TOTAL	7.175.165,9	10.416.460,0	14.080.610,0	16.315.000,0					

No quesito elaboração da proposta orçamentária anual, foram observados todos os objetivos e metas estabelecidos no Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, bem como as disposições contidas na Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício de 2010.

Com relação aos limites orçamentários e financeiros destinados às dotações de Custeio, Capital e Inversões Financeiras, foram observados os referenciais definidos por meio do Decreto nº 7.094, de 03 de fevereiro de 2010 e alterações posteriores.

No tocante às atribuições do Decreto nº 6.976, de 07/10/2009, que dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal, a Coordenação de Contabilidade, da Coordenação-Geral de Finanças e Contabilidade desta Subsecretaria, procedeu-se à elaboração sistemática de relatórios com informações e orientações a respeito das análises realizadas nas contas contábeis das Unidades Gestoras subordinadas ao Órgão Superior – Ministério dos Transportes. Esses relatórios foram encaminhados pelo titular da SPO aos responsáveis por aquelas Unidades, com vistas às regularizações das restrições contábeis durante o exercício, evitando, dessa forma, incompatibilidades nos Balanços dos Órgãos e, conseqüentemente, no BGU – Balanço Geral da União.

Quanto à capacitação de Servidores durante o ano de 2010, os técnicos da SPO realizaram os seguintes treinamentos:

- **ATUFOLHA**
Realizado pela Coordenação-Geral de Contabilidade, da Secretaria Nacional do Tesouro/MF, em Brasília-DF, em 18 de fevereiro de 2010 – com 08 horas/aulas.
Participante: 1 técnico da Coordenação de Contabilidade.
- **VII Semana de Administração Orçamentária e Financeira e de Contratações Públicas do Governo Federal**
Realizado pela Escola de Administração Fazendária ESAF e pela Associação Brasileira de Orçamento Público - ABOP – no Rio de Janeiro-RJ, no período de 22 a 26 de março de 2010 – 40 horas/aulas
Participantes: 1 técnico da Coordenação de Contabilidade e 1 técnico da Coordenação de Finanças.

- Suprimento de Fundos e CPGF Aplicado ao SIAFI
Realizado pela Associação Brasileira de Orçamento Público – ABOP – em Brasília-DF, no período de 29 de março a 07 de abril de 2010 – com 28 horas/aulas
Participante: 1 técnico da Coordenação de Contabilidade.
- Curso Básico do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
Realizado pela Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas Federação – CCONF – em Brasília-DF, no período de 10 a 14 de maio de 2010 – com 20 horas/aulas Participantes: 7 técnicos da Coordenação de Contabilidade e 10 técnicos da Coordenação de Finanças.
- Curso Avançado do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
Realizado pela Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas Federação – CCONF – em Brasília-DF, no período de 10 a 14 de maio de 2010 – com 20 horas/aulas Participantes: 8 técnicos da Coordenação de Contabilidade e 10 técnicos da Coordenação de Finanças.
- VII Semana de Administração Orçamentária Financeira e de Contratações Públicas do Governo Federal
Realizado pela Escola de Administração Fazendária ESAF e pela Associação Brasileira de Orçamento Público - ABOP em Belém-PA, no período de 24 a 28 de maio de 2010 – com 40 horas/aulas
Participante: 3 técnicos da Coordenação de Contabilidade.
- Curso de Depreciação com Abordagem de Outros Aspectos Patrimoniais da Contabilidade Pública
Realizado pela Escola de Administração Fazendária-ESAF – em Brasília-DF, no período de 27 a 28 de maio de 2010 – com 16 horas/aulas
Participantes: 3 técnicos da Coordenação de Contabilidade
- Sistema de Informação de Custos do Governo Federal
Realizado pela Escola de Administração Fazendária-ESAF – em Brasília-DF, no período de 21 a 24 de junho de 2010 – com 16 horas/aulas
Participantes: 3 técnicos da Coordenação de Contabilidade e 3 técnicos da Coordenação de Finanças.
- VII Semana de Administração Orçamentária Financeira e de Contratações Públicas do Governo Federal
Realizado pela Escola de Administração Fazendária ESAF e pela Associação Brasileira de Orçamento Público - ABOP - em Natal/RN, no período de 26 a 30 de julho de 2010 – com 40 horas/aulas
Participantes: 2 técnicos da Coordenação de Contabilidade.
- Seminário de Prestação de Contas do Governo Federal
Realizado pela Escola de Administração Federal-ESAF – em Brasília-DF, no período de 05 de agosto de 2010 – com 08 horas/aulas.
Participante: 1 técnico da Coordenação de Contabilidade e 1 técnico da Coordenação de Finanças.

- Encontro sobre Termo de Cooperação e Transferências Legais
Realizado pela Coordenação-Geral de Contabilidade da Secretaria Nacional do Tesouro/MF em suas dependências em Brasília - DF, no dia 16 de agosto de 2010 – com 04 horas/aulas.
Participante: 1 técnico da Coordenação de Contabilidade.
- Redação Oficial e Elaboração de Relatórios e Pareceres
Realizado pela Karitas Cursos – nas instalações do anexo prédio do Ministério dos Transportes – em Brasília-DF, no período de 18 a 27 de agosto de 2010 – com 32 horas/aulas
Participantes: 3 técnicos da Coordenação de Contabilidade, 2 técnicos da Coordenação de Finanças
- I Congresso Uniformização de Custos e Gasto no Setor Público
Realizado pela Escola de Administração Fazendária-ESAF – em Brasília-DF, no período de 31 de agosto a 2 de setembro de 2010- com 24 horas/aulas.
Participante: 1 técnico da Coordenação de Contabilidade.
- Seminário Fortalecimento do SIORG
Realizado pelo Ministério do Planejamento – em Brasília-DF, no período de 14 de setembro de 2010 – com 08 horas/aulas.
Participante: 1 técnico da Coordenação de Contabilidade
- 2º Seminário Internacional de Contabilidade e 3º Fórum Gestão e Contabilidade Pública.
Realizado pelo Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, no período de 20 a 22 de setembro de 2010 – com 24 horas/aulas.
Participante: 1 técnico da Coordenação de Contabilidade.
- Grupo Técnico da Contabilidade da União
Realizado pela Coordenação-Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional, em Brasília-DF, no período de 29 e 30 de setembro de 2010 – com 12 horas/aulas.
Participante: 01 técnico da Coordenação de Contabilidade.
- VII Semana de Administração Orçamentária Financeira e de Contratações Públicas do Governo Federal
Realizado pela Escola de Administração Fazendária ESAF e pela Associação Brasileira de Orçamento Público - ABOP - em Canela/RS, no período de 27 setembro a 01 de outubro de 2010 – com 40 horas/aulas
Participante: 1 técnico da Coordenação de Contabilidade.
- Curso Prático de Processo Administrativo Disciplinar com Ênfase em Metodologia Científica - III Edição
Realizado pela Divisão de Treinamento e Capacitação de Recursos Humanos do Ministério dos Transportes -, em suas dependências em Brasília-DF, no período de 18 a 22 de outubro de 2010 – com 20 horas/aulas.
Participante: 1 técnico da Coordenação de Contabilidade.

- Curso de Análise e Regularizações Contábeis no SIAFI
Realizado pela CENTRESAF – em suas dependências em Brasília-DF, no período de 18 a 22 de outubro de 2010 – com 20 horas/aulas.
Participantes: 02 técnicos da Coordenação de Contabilidade
- Curso Básico e Intermediário de Excel
Realizado pela Escola de Informática de Brasília-EIBSBNET – em Brasília-DF, no período de 25, 27 e 29 de outubro a 03, 05 e 08 de novembro de 2010 – com 40 horas/aulas.
Participantes: 1 técnico da Coordenação de Contabilidade e 07 técnicos da Coordenação de Finanças.
- XIII Curso sobre Retenção na Fonte de Tributos e Contribuições Sociais na Contratação de Bens e Serviços
Realizado pela Associação Brasileira de Orçamento Público-ABOP – em Brasília-DF, no período de 29 de novembro a 03 de dezembro de 2010 – com 20 horas/aulas.
Participante: 1 técnico da Coordenação de Contabilidade.
- VII Semana de Administração Orçamentária Financeira e de Contratações Públicas do Governo Federal
Realizado pela Escola de Administração Fazendária ESAF e pela Associação Brasileira de Orçamento Público - ABOP - em Brasília/DF, no período de 22 a 26 de novembro de 2010 – com 40 horas/aulas
Participantes: 2 técnicos da Coordenação de Contabilidade, 3 técnicos da Coordenação de Finanças e 2 técnicos da Coordenação-Geral de Orçamento.

Com o objetivo de transmitir orientações relativas ao encerramento do exercício e proferir palestra a respeito de Restos a Pagar, Despesas de Exercícios Anteriores e ao processo de inscrição do diferido em 2011, a CGFC/SPO enviou 3 (três) técnicos a João Pessoa-PB, no período de 26 a 29/10/2010, para o encontro anual das Superintendências Regionais do Departamento Nacional de Infra-Estrutura – DNIT.

A CGFC para disseminar, no âmbito deste Órgão, as instruções e os procedimentos de execução orçamentária, financeira e contábil, a serem adotados para encerramento do exercício financeiro de 2010 e a conseqüente abertura do exercício de 2011, convocou para reunião em Brasília-DF, no dia 14 de dezembro de 2010, técnicos da ANTT, ANTAQ, DEFMM, VALEC, RFFSA - Inventariança, CGRH, CGRL.

Com apoio dos técnicos desta Subsecretaria, foram realizadas diversas adaptações no sistema e banco de dados desenvolvido pela Coordenação – Geral de Modernização e Informática da SAAD/MT, com vistas à obtenção de informações da execução orçamentária e financeira do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, alimentado via extrator de dados do SIAFI, o que proporcionou a elaboração do Sistema de Programação Financeira – SPF, implantado parcialmente e disponibilizado para uso os quadros: Prolib – Proposta de Liberação Financeira e Quadro por Programa de Trabalho.

A gestão orçamentária para o exercício de 2010, no que se refere a Outras Despesas Correntes (Custeio)/Capital/Inversões, inclusive contrapartida e ingresso de recursos, ficou condicionada aos limites para movimentação e empenho atribuídos pelo Decreto nº 7.094, de 03 de fevereiro de 2010, e alterações posteriores, acrescentando os créditos extraordinários e o PAC, os quais foram distribuídos às Unidades deste Ministério, representando o equivalente a 92 % do orçamento aprovado pela Lei nº 12.214, de 26/01/2010, DOU de 27/01/2010, e seus créditos adicionais.

No que se refere ao limite para pagamento, concedido pelo citado Decreto nº 7.094, de 03 de fevereiro de 2010, publicado no DOU de 04/02/2010, e alterações posteriores, foram destinados à programação financeira das entidades vinculadas a este Órgão, por meio de cotas mensais, 61 % do limite para movimentação de empenho mais Restos a Pagar, sendo importante esclarecer que os recursos direcionados às sentenças judiciais, pessoal e encargos, inversões financeiras do Fundo da Marinha Mercante e destaques recebidos foram excepcionalizados pelo mencionado Decreto.

COMPARATIVO DA DOTAÇÃO AUTORIZADA E LIMITES CONCEDIDOS PARA OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL							
Milhões R\$							
"DEMAIS AÇÕES" E "PAC"	LEI + CRÉDITOS	LIMITE PARA EMPENHO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS	LIMITE DE PAGAMENTO	PAGAMENTOS EFETIVADOS	%	
[A]	[B]	[C]	[D]	[E]	[F]	[G] = E/(C + D)	[H] = (C/B)
CUSTEIO/INVESTIMENTOS	17.718,80	16.277,23	10.201,27	16.243,56	14.080,61	61%	92%

Fontes próprias e tesouro
Obs: Não está incluso Sentenças Cíveis e Inversões Financeiras do FMM

[A] - Despesas sujeitas aos limites de empenho e pagamento do Decreto nº 7.094 de 03/02/2010; DOU de 04/02/2010 (Nova Redação: Decreto nº 7.144 de 30/03/2010; DOU de 30/03/2010) acrescido dos Créditos Extraordinários.

[F] - Pagamento do Orçamento de 2010 e Restos a Pagar

[E] - Composição do Limite de Pagamento de R\$ 16.243,56

- Demais Ações R\$ 1.121,19
- PAC R\$ 14.715,32
- Créditos Extraordinários R\$ 407,05

[C] - Composição do Limite para Empenho (Disponibilizado) R\$ 16.277,23

- Demais Ações R\$ 1.154,86
- PAC R\$ 14.715,32
- Créditos Extraordinários R\$ 407,05

Vale acrescentar que não surgiu na Unidade qualquer fato que indicasse a necessidade de instauração de sindicância, processo administrativo ou diligência do Tribunal de Contas da União.

Destaca-se agora, as principais atuações dos órgãos específicos singulares, cujas contas estão consolidadas no Relatório de Gestão da Secretaria-Executiva, quais sejam: a Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes e a Secretaria de Fomento para Ações de Transportes.

A Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes – SEGES no ano de 2010 teve seu plano estratégico realizado por meio da atuação em duas esferas distintas, quais sejam:

- Articulação permanente com os órgãos da Administração Federal envolvidos no PAC Transportes – Casa Civil da Presidência da República, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. - VALEC.
- Estabelecimento de eixos de articulação e integração com as diferentes áreas voltadas para o desenvolvimento das ações programadas, destacando-se o acompanhamento da partilha dos recursos da CIDE com os Estados e o Distrito Federal e a implantação do “Projeto dos Indicadores” para avaliação de desempenho dos programas de transportes do Plano Plurianual - PPA.

O plano de ação da unidade foi estabelecido visando operacionalizar o desenvolvimento das responsabilidades institucionais que competem à SEGES, destacando-se a seguir as principais atividades executadas.

➤ **MONITORAMENTO DAS AÇÕES DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC**

A estrutura de gestão existente coordena e monitora a implementação do PAC – Transportes, atualizando as informações sobre o andamento das ações, analisando os aspectos físicos, financeiros, ambientais e institucionais, auxiliando os executores na antecipação e eliminação de restrições, criando as bases para a elaboração de relatórios trimestrais e participando das Salas de Situação temáticas coordenadas pela Casa Civil da Presidência da República.

A coleta de dados e o monitoramento de 159 ações envolvendo estudos, projetos e obras referentes à construção e ampliação de capacidade de rodovias, construção de ferrovias, implantação de hidrovias, construção de eclusas e construção de terminais hidroviários na Região Amazônica são tarefas executadas com apoio dos Núcleos Regionais – NPACs, distribuídos nas diferentes regiões do País.

➤ **ACOMPANHAMENTO DOS PROGRAMAS DE TRABALHO DA CIDE DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL**

A estratégia implementada no exercício envolveu:

- Análise dos relatórios demonstrativos da execução orçamentária e financeira encaminhados pelos Estados e pelo Distrito Federal, relativos ao exercício de 2009, totalizando 1.362 ações, onde foram aplicados R\$ 865,9 milhões.
- Análise e publicação de 25 alterações de Programas de Trabalho de 2010 de 15 Unidades da Federação, englobando 625 ações.
- Análise e publicação dos Programas de Trabalho de infraestrutura de transportes para 2011, elaborados pelos Estados e pelo Distrito Federal, referentes a obras e serviços em rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos e transporte multimodal, num total de 381 ações.

➤ **GESTÃO E ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES EM EXECUÇÃO DO PAC.**

Para otimizar o acompanhamento das obras em execução do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, foi realizada a coleta e atualização das informações, obedecendo a padrões definidos que envolvem a identificação do empreendimento, a caracterização física, o mapa de localização, as restrições e providências, o status (ritmo e percentual de execução), as fotografias, a execução orçamentária e financeira e o diagrama unifilar. Estas informações são utilizadas na elaboração de relatórios sobre obras em execução, encaminhados ao Comitê Técnico de Informações e ao Grupo Gestor do PAC, servindo também como subsídio para a elaboração dos balanços quadrimestrais do PAC – Transportes, que são produzidos pela Casa Civil da Presidência da República. Em 2010 foram produzidos relatórios nos meses de abril, julho, outubro e dezembro. Foram acompanhados 29 empreendimentos em adequação de rodovias, 43 em construção de rodovias, sete em ferrovias e duas em hidrovias.

➤ **IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DOS INDICADORES**

O Projeto dos Indicadores tem como objetivo coletar e analisar informações que permitam avaliar o desempenho dos programas de transportes constantes do Plano Plurianual de Investimentos - PPA, tornando possível a mensuração da efetividade dos resultados alcançados com a sua execução, servindo como elemento de auxílio à gestão da política do setor.

A coleta direta e indireta dos dados, o armazenamento provisório e o tratamento primário das informações estão sendo realizados por empresa especializada em pesquisas estatísticas contratada para a execução de pesquisa piloto e coleta efetiva das informações de 24 (vinte e quatro) indicadores selecionados para a primeira fase. São eles:

1. Continuidade do serviço de transportes
 - a. Modo rodoviário
 - b. Modo ferroviário
 - c. Modo aquaviário
2. Taxa de utilização efetiva da infraestrutura
 - a. Modo rodoviário
 - i. Terminais de passageiros
 - ii. Terminais de carga
 - iii. Vias
 - b. Modo ferroviário
 - i. Terminais de passageiros
 - ii. Terminais de carga
 - iii. Vias
 - c. Modo aquaviário

- i. Terminais de passageiros
 - ii. Terminais de carga
 - iii. Vias
- 3. Frequência do serviço
 - a. Modo rodoviário
 - i. Passageiros
 - b. Modo ferroviário
 - i. Passageiros
 - c. Modo aquaviário
 - i. Passageiros
- 4. Fluxo máximo atual de veículos
 - a. Modo rodoviário
 - b. Modo ferroviário
 - c. Modo aquaviário
- 5. Capacidade do terminal
 - a. Modo rodoviário
 - i. Passageiro
 - ii. Carga
 - b. Modo ferroviário
 - i. Passageiro
 - ii. Carga
 - c. Modo aquaviário
 - i. Passageiro
 - ii. Carga
- 6. Índice de cobertura
 - a. Modo rodoviário
 - i. Passageiro
 - ii. Carga
 - b. Modo ferroviário
 - i. Passageiro
 - ii. Carga
 - c. Modo aquaviário

- i. Passageiro
 - ii. Carga
- 7. Total de vítimas do transporte
 - a. Modo rodoviário
 - i. Fatais
 - ii. Não fatais
 - iii. Total
 - b. Modo ferroviário
 - i. Fatais
 - ii. Não fatais
 - iii. Total
 - c. Modo aquaviário
 - i. Fatais
 - ii. Não fatais
 - iii. Total
- 8. Pontualidade
 - a. Modo rodoviário
 - i. Passageiro
 - ii. Carga
 - b. Modo ferroviário
 - i. Passageiro
 - ii. Carga
 - c. Modo aquaviário
 - i. Passageiro
 - ii. Carga
- 9. Tarifa unitária
 - a. Modo rodoviário
 - i. Convencional com sanitário
 - ii. Executivo
 - iii. Leito com ar
 - iv. Semi leito
 - v. Geral

- b. Modo ferroviário
- c. Modo aquaviário

10. Frete unitário

- a. Modo rodoviário
 - i. Carga geral containerizada
 - ii. Carga geral não containerizada
 - iii. Granel líquido perigoso
 - iv. Granel líquido não perigoso
 - v. Granel sólido - minérios
 - vi. Granel sólido – grãos
 - vii. Granel sólido - outros
- b. Modo ferroviário
 - i. Carga geral containerizada
 - ii. Carga geral não containerizada
 - iii. Granel líquido perigoso
 - iv. Granel líquido não perigoso
 - v. Granel sólido - minérios
 - vi. Granel sólido – grãos
 - vii. Granel sólido – outros
- c. Modo aquaviário
 - i. Carga geral containerizada
 - ii. Carga geral não containerizada
 - iii. Granel líquido perigoso
 - iv. Granel líquido não perigoso
 - v. Granel sólido - minérios
 - vi. Granel sólido – grãos
 - vii. Granel sólido – outros

11. Preço unitário de utilização da infraestrutura

- a. Modo rodoviário
 - i. Passageiro
 - ii. Carga
- b. Modo ferroviário

- i. Passageiro
 - ii. Carga
 - c. Modo aquaviário
 - i. Passageiro
 - ii. Carga
- 12. Demanda atendida de passageiros
 - a. Modo rodoviário
 - i. Regular
 - ii. Fretamento
 - b. Modo ferroviário
 - c. Modo aquaviário
- 13. Demanda atendida de cargas
 - a. Modo rodoviário
 - i. Carga geral containerizada
 - ii. Carga geral não containerizada
 - iii. Granel líquido perigoso
 - iv. Granel líquido não perigoso
 - v. Granel sólido - minérios
 - vi. Granel sólido – grãos
 - vii. Granel sólido - outros
 - b. Modo ferroviário
 - i. Carga geral containerizada
 - ii. Carga geral não containerizada
 - iii. Granel líquido perigoso
 - iv. Granel líquido não perigoso
 - v. Granel sólido - minérios
 - vi. Granel sólido – grãos
 - vii. Granel sólido - outros
 - c. Modo aquaviário
 - i. Carga geral containerizada
 - ii. Carga geral não containerizada
 - iii. Granel líquido perigoso

- iv. Granel líquido não perigoso
- v. Granel sólido - minérios
- vi. Granel sólido – grãos
- vii. Granel sólido – outros

14. Tempo de percurso unitário médio

- a. Modo rodoviário
 - i. Passageiros
 - ii. Cargas
- b. Modo ferroviário
 - i. Passageiros
 - ii. Cargas
- c. Modo aquaviário
 - i. Passageiros
 - ii. Cargas

15. Tempo embarque/desembarque unitário

- a. Modo rodoviário
 - i. Passageiro
- b. Modo ferroviário
 - i. Passageiro
- c. Modo aquaviário
 - i. Passageiro

16. Tempo de carregamento/descarregamento unitário

- a. Modo rodoviário
 - i. Terminal ferroviário
 - ii. Terminal aquaviário
 - iii. Terminal aeroportuário
- b. Modo ferroviário
- c. Modo aquaviário

17. Tempo médio de espera para o embarque/desembarque

- a. Modo rodoviário
 - i. Passageiros
- b. Modo ferroviário

- i. Passageiros
 - c. Modo aquaviário
 - i. Passageiros
- 18. Tempo médio de espera para o carregamento/descarregamento
 - a. Modo rodoviário
 - i. Terminal ferroviário
 - ii. Terminal aquaviário
 - iii. Terminal aeroportuário
 - b. Modo ferroviário
 - c. Modo aquaviário
- 19. Custo unitário de construção de infraestrutura
 - a. Modo rodoviário
 - i. Vias não concedidas
 - ii. Obras de arte especial não concedidas
 - iii. Terminais de passageiros
 - iv. Vias concedidas
 - b. Modo ferroviário
 - i. Vias concedidas (superestrutura)
 - ii. Instalações
 - c. Modo aquaviário
 - i. Vias
 - ii. Instalações
- 20. Custo unitário de manutenção de infraestrutura
 - a. Modo rodoviário
 - i. Vias não concedidas
 - ii. Obras de arte especial não concedidas
 - iii. Terminais de passageiros
 - iv. Vias concedidas
 - b. Modo ferroviário
 - i. Vias concedidas
 - ii. Terminais
 - c. Modo aquaviário

- i. Vias
 - ii. Instalações
- 21. Custo unitário de exploração de infraestrutura
 - a. Modo rodoviário
 - i. Vias
 - ii. Terminais
 - b. Modo ferroviário
 - i. Vias
 - ii. Terminais
 - c. Modo aquaviário
 - i. Instalações
- 22. Custo total de recuperação da infraestrutura
 - a. Modo rodoviário
 - i. Vias não concedidas
 - ii. Obras de arte especial não concedidas
 - iii. Terminais de passageiros
 - iv. Vias concedidas
 - b. Modo ferroviário
 - i. Vias concedidas
 - ii. Instalações
 - c. Modo aquaviário
 - i. Vias
 - ii. Instalações
- 23. Emissão de resíduos gasosos pelo transporte
 - a. Modo rodoviário
 - i. Gás carbônico (CO₂)
 - ii. Dióxido de nitrogênio (NO₂)
 - iii. Dióxido de enxofre (SO₂)
 - b. Modo ferroviário
 - i. Gás carbônico (CO₂)
 - ii. Dióxido de nitrogênio (NO₂)
 - iii. Dióxido de enxofre (SO₂)

- c. Modo aquaviário
 - i. Gás carbônico (CO₂)
 - ii. Dióxido de nitrogênio (NO₂)
 - iii. Dióxido de enxofre (SO₂)

24. Taxa de utilização de recurso energético não renovável

- a. Modo rodoviário
- b. Modo ferroviário
- c. Modo aquaviário
- d. Geral

Os trabalhos de coleta direta dos dados envolvem pesquisa de campo em terminais rodoviários de passageiros, em terminais intermodais de carga, em terminais ferroviários intermodais e em linhas ferroviárias de passageiros.

A coleta indireta envolve o levantamento de informações em outros órgãos da Administração Pública Federal, a exemplo da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, Engenharia e Construções Ferroviárias - VALEC, Polícia Rodoviária Federal - PRF, Secretaria de Portos - SEP, Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, Ministério das Minas e Energia – MME, Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO e Comando da Marinha.

Os trabalhos encontram-se na etapa de validação dos indicadores, estando em elaboração o planejamento para a coleta permanente dos dados diretos e indiretos.

➤ **APOIO A ATIVIDADES RELACIONADAS A TEMAS AMBIENTAIS**

Para apoiar as atividades relacionadas a temas ambientais foram desenvolvidas:

- Ações relacionadas ao acompanhamento das pré-condicionantes ambientais da rodovia BR-319 no Estado do Amazonas.
- Atividades de sensibilização para implantação da Agenda A3P no âmbito deste Ministério, em conjunto com o Comitê Permanente de Meio Ambiente, instituído pela Portaria nº 158, de 16 de junho de 2008, do Ministro de Estado dos Transportes.
- Coordenação de reuniões com participantes da Secretaria de Fomento para Ações de Transportes deste Ministério e representantes do Banco Mundial com vistas à organização do seminário “Rodovias Sustentáveis na Amazônia”.

➤ **INTERAÇÃO COM ÓRGÃOS MULTISSETORIAIS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL**

A interação com órgãos multissetoriais da Administração Federal foi realizada por meio das seguintes atividades:

- Participação em 46 Salas de Situação coordenadas pela Casa Civil da Presidência da República, relativas a empreendimentos do PAC em rodovias, ferrovias e hidrovias.
- Coordenação de quatro reuniões do Grupo de Trabalho instituído por meio da Portaria nº 201, de 6 de agosto de 2010, do Ministro de Estado dos Transportes, para integrar as ações, planos, programas e empreendimentos do setor transportes relacionados com a realização da Copa do Mundo FIFA 2014.
- Participação em reuniões ordinárias e plenárias e apresentação de palestra no Comitê Executivo de Exportações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
- Consolidação das informações para elaboração do Balanço Brasil 2003 – 2010 – Setor Transportes, contendo informações referentes a rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos e marinha mercante, encaminhadas pelas seguintes unidades: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, Engenharia, Construções e Ferrovias - VALEC, Secretaria Nacional de Política de Transportes – SPNT, Secretaria de Fomento para Ações de Transportes – SFAT, Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes – SEGES, Secretaria de Aviação Civil, Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO e Secretaria de Portos-SEP.

A Secretaria de Fomento para Ações de Transportes – SFAT subdivide-se em duas grandes unidades, o Departamento do Fundo da Marinha Mercante (DEFMM) e o Departamento do Fundo Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DEFIT). Uma vez que, para o exercício de 2010, assim como ocorreu para o de 2009, o DEFMM apresentará Relatório de Gestão individualizado, este documento não se aprofundará no detalhamento das atividades daquela unidade, limitando-se a tecer comentários a respeito dela unicamente no que lhe concerne dentro das atribuições da Secretaria de Fomento; mais minucioso será o relato das atividades do DEFIT.

Como seu nome objetivamente indica, e suas competências claramente sinalizam, a SFAT tem por objetivo primordial fomentar as ações de transportes, o que se dá por meio da captação de recursos e aplicação dos mesmos via concessão de financiamentos para o setor. Tal orientação serve a um objetivo ainda maior, que é elevar a qualidade dos transportes no Brasil, seja por meio do impulsionamento à indústria naval, atribuição exercida por intermédio do DEFMM, seja por meio do apoio às ações para melhoria da infra-estrutura de transportes como um todo, esse a cargo do DEFIT.

Em linhas gerais, pode-se dizer que o fomento à indústria naval é uma política de sucesso, que assim se manteve durante o ano de 2010. Durante o mesmo, a arrecadação do AFRMM, que alimenta o FMM – fundo de natureza contábil, administrado pelo Ministério dos Transportes, por intermédio do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM), e alicerce do Programa de Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval – atingiu a marca de R\$ 2.370.666.464,95 bilhões, enquanto 17 novas embarcações financiadas pelo Fundo foram entregues e 42 projetos foram contratados, representando, respectivamente, US\$ 467 milhões e US\$ 4,2 bilhões em financiamentos. Destacam-se, em 2010, como principais resultados, a conclusão da primeira fase do Estaleiro Atlântico Sul, em Pernambuco, e o lançamento dos três primeiros navios do Projeto Promef I, da Transpetro. Além das reduções da dependência externa no transporte marítimo e do déficit na conta frete, o desenvolvimento do setor propiciou outro reflexo positivo: a criação de aproximadamente dez mil empregos diretos e indiretos na indústria naval, área que demanda mão-de-obra intensiva e especializada. O sucesso do fomento à indústria naval é atestado também na medida em que constitui uma das áreas de maior êxito do Programa de Aceleração do Crescimento, e que figura na segunda versão do mesmo de modo ainda mais contundente.

Com tais avanços, vem-se obtendo êxito no sentido de cumprir o objetivo do referido programa, ou seja, renovar e expandir a frota brasileira, mediante financiamento de embarcações construídas no País, para o transporte marítimo internacional e nacional, de carga na navegação interior, de apoio marítimo e portuário e na atividade pesqueira. Esse impulso no transporte aquaviário é fundamental para uma melhor adequação da matriz de transporte no país, com reflexos positivos tanto no custo do transporte quanto no meio ambiente. Sendo assim, é razoável supor-se que, em boa parte, as competências da SFAT elencadas nos incisos IV, V, VI e VII de seu Regimento Interno estão sendo adequadamente cumpridas.

Porém, tal constatação não significa que os resultados obtidos nas atividades afins à SFAT tenham sido plenamente satisfatórios. Essa afirmação procede na medida em que, tanto no que diz respeito às competências mencionadas no parágrafo anterior quanto especialmente no tocante às suas outras competências regimentais, esta Secretaria enfrentou relevantes dificuldades durante o ano de 2010.

A despeito do crescimento e da qualidade dos indicadores relativos à indústria naval, ainda são grandes os problemas a serem enfrentados na atividade de fomento. Atualmente, o principal deles ocorre na área do Ressarcimento do AFRMM – previsto no parágrafo único do art. 17 da Lei nº 9.432/1997, combinado com o art. 17, incisos II e III, da Lei nº 10.893, de 2004 e o artigos 14 a 18 do Decreto nº 5.543/2005, e regulamentado por Norma Complementar instituída pela Portaria MT nº 72/2008 – instituto que na prática funciona como um incentivo ao uso dos portos das regiões Norte e Nordeste, com o fim maior de promover o desenvolvimento das mesmas. Uma vez que – acertadamente, ressalte-se, em função da necessidade de segurança no procedimento, exigida inclusive pelo Tribunal de Contas da União – as rotinas exigidas pelo DEFMM aos seus 23 Serviços de Arrecadação do AFRMM, localizados em diversas Unidades Federativas, são muito rígidas, minuciosas e numerosas, tais unidades, carentes de pessoal, não se encontram em condições de cumprir tempestivamente as orientações da supramencionada Norma Complementar.

Também merecem destaque as dificuldades enfrentadas para o pagamento do incentivo à marinha mercante, instrumento de fomento instituído pelo art. 38 da Lei nº 10.893/2004. Nesse caso, a dificuldade reside na liberação de limite financeiro por parte do órgão governamental responsável para pagamento dos montantes reconhecidos em favor das empresas brasileiras de navegação beneficiárias.

Outro problema grave enfrentado pela SFAT no âmbito do fomento à indústria naval é a limitação da capacidade de financiamento a novos projetos. Nos últimos anos, com o reaquecimento do setor – causado, em grande parte, pela própria política de fomento –, a demanda por financiamentos, que há poucos anos era inferior à oferta, vem crescendo muito mais que essa, tendo passado a superá-la a partir de 2007, com o início da concessão de apoio financeiro aos projetos da indústria de petróleo e gás. Dado que a arrecadação do AFRMM não aumenta na mesma magnitude, e que sua capacidade já está esgotada, ocorre que, desde 2008, o Conselho Diretor do FMM depende quase que integralmente de crédito concedido pelo Governo Federal aos agentes financeiros daquele Fundo, por meio dos recursos do Tesouro Nacional. Só assim tem sido possível conceder-se financiamento a todos os projetos considerados prioritários para a indústria naval brasileira.

As competências regimentais da SFAT expressas pelos incisos I, II e III de seu Regimento Interno, atinentes à captação e à aplicação de recursos em ações de transportes, têm como responsável técnico o DEFIT, unidade com localização anexa a esta Secretaria, em Brasília. O DEFIT foi criado fundamentalmente em função do Projeto de Lei nº 6.770/02 da Câmara dos Deputados, que instituía o Fundo Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (FNIT), e que se encontrava em vias de ser aprovado à mesma época em que ocorriam as tratativas para elaboração daquele que é o atual Regimento Interno do Ministério dos Transportes; porém, do art. 11 daquele Projeto, dispositivo que elencava os recursos do FNIT, o inciso I, que incluía entre eles a parcela de 75% dos recursos da CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível), sofreu veto presidencial quando da conversão na Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002. Dado que – e como a mera observação das competências regimentais da unidade já indica – o FNIT deveria ser o principal instrumento para o desempenho das atribuições a cargo DEFIT, e que os recursos daquele fundo que não foram vetados têm, em sua maioria, caráter residual, muito do trabalho esperado para o Departamento foi inviabilizado – idealmente, o DEFIT deveria trabalhar com o FNIT similarmente ao modo pelo qual o DEFMM trabalha com o FMM, mas, como o FNIT não foi devidamente operacionalizado, a existência de um departamento para administrá-lo perdeu o sentido. Assim, as atividades do DEFIT nunca tiveram a magnitude para a qual sua estrutura formal está organizada, surgindo com isso claras distorções, como o fato de diversos cargos do DEFIT estarem sendo efetivamente ocupados em subdivisões do Ministério que enfrentam maior demanda de trabalho; a Secretaria e o Ministério vêm trabalhando intensamente para sanar esses problemas.

Não obstante, foram realizadas em 2010 importantes ações no que diz respeito à captação de recursos, em especial por intermédio da Coordenação-Geral de Captação de Recursos (CGCAP) do DEFIT; entre tais ações destacam-se aquelas relacionadas ao Programa de Redução de Custos Logísticos (PREMEF) e ao Programa de Assistência Técnica para o Crescimento Econômico Equitativo e Sustentável (PACE), nas quais as atividades foram desenvolvidas no âmbito de uma relação bastante próxima com o Banco Internacional para

Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Por outro lado, em razão do conhecimento e experiência profissional do corpo funcional daquele Departamento, seus servidores também foram aproveitados também em áreas não formalmente previstas entre as atribuições da SFAT, prestando auxílio em nome dessa a outras Secretarias, em atividades importantes do Ministério dos Transportes, principalmente aquelas relacionadas ao desenvolvimento das vias navegáveis – questão que também será aprofundada neste relatório.

No que diz respeito ao Fundo da Marinha Mercante, a parcela principal do sucesso obtido na atividade durante o ano de 2010 deve-se ao DEFMM, gestor finalístico do Programa de Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval, cujas estratégias de atuação serão esmiuçadas em relatório de gestão próprio. Mesmo assim, a SFAT teve atuação importante não apenas na supervisão daquele órgão, mas também em ações fundamentais, como as gestões intragovernamentais no sentido da obtenção de crédito de R\$ 15 bilhões para a concessão de novos financiamentos (Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010), a renovação de convênios do Ministério dos Transportes junto a agentes financeiros do FMM – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco da Amazônia S/A (BASA) e Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), e a celebração convênio junto a um novo agente financeiro do Fundo, a Caixa Econômica Federal (CEF) – e a participação na elaboração e supervisão do novo contrato com o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), para ampliação e modernização do Sistema MERCANTE, por meio do qual é feita a arrecadação do AFRMM.

O contrato com o SERPRO é especialmente importante, uma vez que, com a sua execução, espera-se que o problema na concessão de Ressarcimento do AFRMM às empresas brasileiras de navegação seja fortemente mitigado – implantado, em 2003, o sistema tornou a arrecadação muito maior e mais eficiente, porém ainda deve evoluir muito, principalmente naquilo que é externo à arrecadação. Além disso, diversos outros módulos deverão ser implantados no MERCANTE, conferindo grande agilidade a diversas atividades hoje levadas a cabo manualmente. Com isso, espera-se que a carência de pessoal passe a ocupar posição secundária no elenco de dificuldades enfrentadas pelo DEFMM. Nesse sentido, é importantíssimo destacar também a chegada de um contingente significativo de novos funcionários à Secretaria entre os meses de agosto e novembro, tanto por meio do Concurso Público do Ministério dos Transportes, lançado por intermédio do Edital nº 01/2010, que levou à posse de dois Analistas Técnicos Administrativos no Gabinete da SFAT em Brasília e dezenove Analistas Técnicos Administrativos e oito Agentes Administrativos no DEFMM e em suas unidades descentralizadas, quanto por meio do Concurso Público do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, lançado por meio do Edital nº 1 – MP, que acarretou a posse na SFAT de doze Analistas de Infraestrutura, dos quais dez já foram distribuídos entre a sede do DEFMM e sua unidade no porto de Suape, em Pernambuco.

Tanto o desenvolvimento do MERCANTE quanto o aporte de novos funcionários devem conferir maior celeridade e segurança aos procedimentos executados, em especial aqueles atinentes ao Ressarcimento do AFRMM e à análise de projetos postulantes a financiamento por meio do FMM, além de diminuir a necessidade de deslocamento temporário de servidores para Serviços de Arrecadação excessivamente demandados. Cumpre ressaltar que os servidores foram selecionados de acordo com seus perfis, pelo que se espera que seu trabalho rapidamente importe melhoras ao funcionamento das unidades em que se localizarem, e que ainda há possibilidade legal de nomeação de novos servidores, em número de 50% em relação ao contingente já incorporado. Porém, é certo que as dificuldades quanto à concessão de

Ressarcimento do AFRMM, bem como outras enfrentadas pelos Serviços de Arrecadação, não serão sanadas com o mero acréscimo no quantitativo da força de trabalho – sendo a modernização do MERCANTE ainda mais relevante –, e que, com a tendência de permanente crescimento no número de projetos financiados pelo FMM, também será crescente a demanda por analistas de infraestrutura, os quais também são responsáveis pelo acompanhamento da execução das obras até efetiva entrega.

Ainda no que concerne ao FMM, mas a outro de seus aspectos – o problema do distanciamento físico entre o Gabinete da SFAT e o DEFMM – e também à questão do vácuo operacional enfrentado pelo DEFIT, é fundamental destacar a atuação da SFAT em meio aos trabalhos para a reformulação da estrutura regimental do Ministério dos Transportes. Por meio da Portaria nº 247, de 31 de agosto de 2010 (Diário Oficial da União de 1º de setembro), foi instituído pelo Secretário-Executivo do MT “Grupo de Trabalho incumbido de analisar, avaliar e elaborar Relatório visando às adequações das competências das unidades e subunidades organizacionais deste Ministério, estabelecidas no Decreto nº 4.721, de 05 de junho de 2003 e na Portaria MT nº 399, de 14 de julho de 2004, com as atividades efetivamente desempenhadas por força de novas atribuições legais”, com as atribuições de “I - identificar as atividades atualmente desempenhadas, não previstas no Decreto nº 4.721/2003 e na Portaria MT nº 399/2004; e II - propor a readequação da estrutura regimental a que se refere o art. 2º, mediante o remanejamento dos cargos e funções atualmente alocados ao Ministério”. A SFAT, como integrante do grupo, propôs nova composição para suas estruturas internas, bem como alteração em seus regimes de competências.

Em conclusão, é razoável argumentar que no ano de 2010 a SFAT alcançou bons resultados em seus campos de atuação. É certo que esses resultados certamente foram limitados por diversos tipos dificuldades, mas é também inegável que a Secretaria empenhou-se constantemente para que as mesmas fossem reduzidas. Como resultado disso, a perspectiva é de evolução, esperando-se que o ano de 2011 seja ainda melhor.

Por último, mencionam-se outras atividades específicas desenvolvidas pela SFAT durante 2010, em seguida do que faz-se o mesmo para algumas de suas subunidades:

- Continuidade na realização de estudos visando ao aperfeiçoamento da legislação do AFRMM e do FMM;

Outras atividades, ainda que não diretamente afetas às atribuições definidas no Decreto nº 4.721, de 2003, são relacionadas à atuação da Secretaria de Fomento na articulação com outros órgãos e entidades:

- Representação do Ministério dos Transportes no Conselho Curador do FGTS;
- Representação do Ministério dos Transportes no Conselho Nacional de Turismo;
- Representação do Ministério dos Transportes no Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA;
- Conselho Fiscal da Companhia Docas do Rio de Janeiro;

- Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – CIRM, junto à Marinha do Brasil;
- Conselho Fiscal da Companhia Docas do Rio Grande do Norte.

Listam-se aqui também as atividades principais levadas a cabo pelos técnicos do DEFIT em 2010:

- Acompanhamento de diversas atividades de vias navegáveis interiores, desenvolvidas pela Diretoria de Infraestrutura Aquaviária (DAQ) do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), assessorando o DEPTA, da Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes (SEGES/MT), e a Secretaria de Política Nacional de Transportes (SPNT/MT), bem como participação na elaboração e na análise de programas e ações para as vias navegáveis sempre que demandado;
- Participação de reuniões interministeriais e interinstitucionais realizadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão com vistas à integração dos projetos de transposição de barragens para preservação das vias navegáveis, especialmente para o rio Tapajós – Teles Pires;
- Atualização do Mapa dos Principais Rios Navegáveis Brasileiros, disponibilizado no site do Ministério dos Transportes;
- Colaboração com a SPNT na realização do Plano Nacional de Logística de Transportes (PNLT), na análise de projetos de transposição de barragens em rios navegáveis, como o Parnaíba e o Madeira, e na elaboração de pareceres e notas técnicas, inclusive na definição de comboios-tipo para efeito de dimensionamento e projetos das obras de transposição;
- Representação do Ministério dos Transportes no Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), com participação nas Câmaras Técnicas de Análise de Projetos, Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira, do Plano Nacional de Recursos Hídricos e de Recursos Transfronteiriços;
- Representação do Ministério dos Transportes na Comissão Brasileira para Programas Hidrológicos Internacionais (COBRAPHI), órgão vinculado ao Programa Hidrológico Internacional no âmbito da UNESCO;
- Representação do Ministério dos Transportes no Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraná-Paraguai, e demais Grupos Técnicos que o compõem, sob a égide do Acordo para Navegação Fluvial da Hidrovia, firmado entre os cinco países da Bacia do Prata;
- Representação do Ministério dos Transportes como membro, nas reuniões e atividades da Comissão Interamericana de Portos da Organização dos Estados Americanos, sempre e quando autorizado a participar nas reuniões;

- Participação e acompanhamento, inclusive de reuniões gerais de coordenação, das atividades do DNIT relacionadas às vias navegáveis interiores e das Administrações Hidroviárias, assim como em reuniões relacionadas com o andamento de ações judiciais, licenciamento ambiental e reuniões técnicas, com órgãos afins como AGU, ANA, ANEEL, ONS, EPE, etc;
- Análise e pronunciamento sobre pleitos diversos de naturezas pública e privada nas hidrovias do Tietê-Paraná, São Francisco, Tocantins-Araguaia, Madeira e Parnaíba, entre outras;
- Participação em Reuniões, Seminários e Congressos, inclusive internacionais, representando o Ministério dos Transportes, com a elaboração e a apresentação de palestras e conferências e coordenação de Mesas e Debates.

Relativamente à Coordenação-Geral de Captação de Recursos/DEFIT, entre as várias atividades desenvolvidas no exercício de 2010, cabe destacar:

- Acompanhamento e assistência na execução do Programa de Assistência Técnica para o Crescimento Econômico Equitativo e Sustentável (PACE), com financiamento parcial do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);
- Acompanhamento da execução do Programa de Redução de Custos Logísticos (PREMEF, *SWAP transportes*), objeto de Contrato de Empréstimo no valor de US\$ 501,25 milhões, firmado entre a União e o BIRD. Estão sendo ultimadas as providências para contratação de empresas que irão desenvolver os estudos referentes ao Plano Hidroviário Estratégico (PHE) e à Avaliação Ambiental Estratégica de Vetores do PNLT;
- Também no âmbito do PREMEF, articulação com o BIRD para a contratação de instituição de ensino para Curso sobre Vias Navegáveis Interiores, a ser realizado em nível de pós-graduação, em módulos, no ano de 2011.
- Acompanhamento, junto ao DNIT, do desenvolvimento do PREMEF, particularmente no tocante às atividades de assistência técnica a serem executadas com os recursos da operação de crédito externo;
- Organização e realização, em conjunto com o Banco Mundial, em julho de 2010, de Workshop sobre instrumentos para implementação e aferição de resultados em Projetos de Parcerias Público-Privadas (PPPs) na área rodoviária (Toolkit for PPP in Roads and Highways);
- Início das negociações, junto aos órgãos beneficiários e demais entidades envolvidas no processo (SEAIN/MF, SOF/MP e STN/MF), para a prorrogação, até julho de 2012, do prazo de desembolso do PREMEF;

- Primeiros entendimentos para a contratação da 2ª fase do PREMEF, no valor estimado de US\$ 500,0 milhões;
- Coordenação das ações para resposta aos questionamentos levantados pelo BIRD no processo de licitação internacional realizado pelo DNIT para obras rodoviárias no estado de Minas Gerais, com recursos do PREMEF;
- Esclarecimentos às autoridades estaduais, parlamentares, e outros órgãos da administração federal sobre o processo de transferência de rodovias federais aos Estados, autorizada pela Medida Provisória nº 82/2002.

2.3. Programas de Governo

2.3.1. Execução dos Programas de Governo

No que diz respeito à CGRL, temos a informar:

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0750		Denominação:				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Promover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos						
Objetivos Específicos:						
Gerente:				Responsável:		
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
49.505.000	49.505.000	46.489.012,26	46.489.012,26	18.549.133,34	36.067.975,82	
Informações sobre os resultados alcançados						
Orde m	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado						
Texto						
Orde m	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
N	Texto					

Por se tratar de atividades meio do Ministério, não se tem como quantificar metas ou índices buscados e alcançados.

No que diz respeito à **CGRH**, temos a informar:

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 750		Denominação:				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: ---						
Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos						
Gerente: ---				Responsável:		
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
51.975.320.823, 64						
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Texto	99/99/99	99,99	99,99	99,99	99,99
Fórmula de Cálculo do Índice						
<i>Percentual de execução física = qtde de localizadores com registro de execução física / qtde de localizadores com registro de execução financeira.</i>						
Análise do Resultado Alcançado						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice						
Análise do Resultado Alcançado						

Fonte: COAD – Coordenação de Administração de Pessoal Ativo

No que diz respeito à **SPO**, temos a informar:

A SPO atua como Órgão Setorial de programação orçamentária e financeira, e os recursos alocados na Lei Orçamentária Anual – LOA relativos à Administração Direta são descentralizados às Unidades Gestoras. No entanto, a gestão dos programas e ações ficam a cargo das Unidades Administrativas responsáveis.

No que diz respeito à **SEGES**, temos a informar:

O quadro “Demonstrativo da Execução por Programa de Governo” deve ser preenchido pelas UJs que têm a responsabilidade de gerir os programas Gestão da Política dos Transportes e Qualidade dos Serviços de Transporte. Em ambos os casos a gerência é da Secretaria de Política Nacional de Transportes.

No que diz respeito à **SFAT**, temos a informar:

QUADRO A.2.1 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 8768	Denominação: Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval					
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Reduzir os custos de transporte de cargas e passageiros						
Objetivos Específicos: Renovar e expandir a frota brasileira de embarcações construídas no País para o transporte marítimo e de navegação interior						
Gerente: Secretário de Fomento para Ações de Transportes						
Público Alvo: Empresas brasileiras de navegação, empresas de exploração de petróleo e gás no mar, parque industrial de construção naval e as empresas pesqueiras						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa (R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
4.902.899.984,00	4.902.899.984,00	2.920.610.730,94	2.920.610.730,94	776.063,83	2.729.381.260,13	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
-	Não há indicadores para o Programa no PPA 2008-2011	-	-	-	-	-

Fonte: SPO/MT

Análise Crítica

O PPA 2008-2011 não estabelece indicadores gerais para o programa Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval, porém os números permitem uma breve análise. Da dotação disponível para o fomento à indústria naval em 2010, R\$ 1.982.289.253,06, ou 40,44%, não foram executados. Esse montante dividiu-se primordialmente entre duas ações orçamentárias: “Financiamento de embarcações para a marinha mercante” (0118), que representou aproximadamente 46% dos valores não empenhados, e “Financiamento complementar de incentivo à produção naval e da marinha mercante” (0569), que representou aproximadamente 53% daquilo que não foi empenhado. Dado que ambas as ações são diretamente geridas pelo DEFMM, o relatório próprio desse Departamento entrará em maior detalhe a respeito das dificuldades enfrentadas.

2.3.2. Execução Física das Ações Realizadas

No que diz respeito à **CGRL**, temos a informar:

Por se tratar de atividades meio do Ministério, não se tem como quantificar metas ou índices buscados e alcançados.

No que diz respeito à **CGRH**, temos a informar:

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
Transporte	Formação de Recursos Humanos	0225	4572	A		UNIDADE	627,000	587,000	
Transporte	Administração Geral	0750	2000	A		Não há previsão de execução Física na LOA			
Transporte	Atenção Básica	0750	2004	A		UNIDADE	36.111,000	24.290,550	
Transporte	Educação Infantil	0750	2010	A		UNIDADE	74,000	60,330	
Transporte	Alimentação e Nutrição	0750	2012	A		UNIDADE	1.060,000	1.594,000	
Transporte	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0750	2011	A		UNIDADE	871,000	1.249,440	
Transporte	Formação de Recursos Humanos	0750	09HB	OP		Não há previsão de execução Física na LOA			

Fonte: SIGPlan.

No que diz respeito a **SEGES**, temos a informar:

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
26	121	0225	8673	A	4	Unidade*	1	1	1
26	125	1463	2907	A	4	Unidade**	1	1	1

Fonte: SIAFI

*Estudo realizado

** Concessionária fiscalizada

No que diz respeito à **SFAT**, temos a informar:

QUADRO A.2.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
26	122	8768	2272	A		-	-		
26	128	8768	4572	A		Servidor capacitado (unidade)	40		
26	661	8768	0118	OP		Embarcação o construída (unidade)	149		
26	661	8768	0569	OP		Embarcação o construída (unidade)	-		
26	661	8768	09FC	OP		-	-		
26	661	8768	09HX	OP		Embarcação o construída (unidade)	9		
26	661	8768	09JF	OP		-	-		
26	694	8768	6378	A		Agente financeiro remunerado (unidade)	3		
26	784	8768	0095	OP		-	-		
26	846	8768	0093	OP		-	-	-	-

Fontes: SPO/MT, SIGPLAN e Senado Federal

As informações constantes do quadro acima foram obtidas com dados colhidos junto à SPO/MT, no SIGPLAN e na página institucional do Senado Federal (Orçamento da União). As lacunas deverão estar preenchidas no Relatório de Gestão do DEFMM, apresentado em separado.

Análise Crítica

Dado que todo o Programa “Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval” é diretamente gerido pelo DEFMM, que produzirá relatório de gestão próprio para o ano de 2010, tais ações serão detalhadas no mesmo. Não obstante, cabe destacar, de antemão, que o uso de uma meta numérica simples para a produção de embarcações não é adequada, visto que, por um lado, grandes e eficientes investimentos podem levar a significativos avanços nas construções, mas com a conclusão de poucas embarcações, enquanto que, por outro lado, investimentos pequenos e ineficientes podem implicar a conclusão de diversos projetos que já estavam bem encaminhados anteriormente.

2.4. Desempenho Orçamentário /Financeiro

2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa

No que diz respeito à **CGRL**, temos a informar:

Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Coordenação Geral de Recursos Logísticos	39101	390004

No que diz respeito à **CGRH**, temos a informar:

Este item não é aplicável à CGRH.

No que diz respeito à **SPO**, temos a informar:

Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Administração Direta - MT	39101	390002

No que diz respeito a **SEGES**, temos a informar:

Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Administração Direta - MT	39101	390041

No que diz respeito à **SFAT**, temos a informar:

Esse item (e todos os seus subitens), tal qual ocorreu no Relatório de Gestão 2009, não se aplica à SFAT, pois todas as gestões orçamentário-financeiras do único Programa constante do PPA 2008-2011 no âmbito desta Secretaria são feitas pelo Departamento do Fundo da Marinha Mercante, que produz relatório próprio no corrente ano. Não obstante, será feito comentário quanto ao item 2.4.3, em função de sua destacada importância.

2.4.1.1. Programação de Despesas Correntes

No que diz respeito à **CGRL**, temos a informar:

Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes (ADMINISTRAÇÃO)

Valores em R\$
1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes								
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes				
			Exercícios		Exercícios		Exercícios				
2009		2010		2009		2010		2009		2010	
LOA	Dotação proposta pela UO								60.051.924,	63.073.477,	
	PLOA								29.804.599	48.105.338,	
	LOA								29.959.401	37.125.000,	
CRÉDITOS	Suplementares										
	Especiais	Abertos									
		Reabertos									
	Extraordinários	Abertos									
		Reabertos									
	Créditos Cancelados										
Outras Operações											
Total								29.959.401,	37.125.000,		

Fonte: Siafi operacional – consultorc

Quadro A.2.4.1 - Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$
1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes								
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes				
			Exercícios		Exercícios		Exercícios				
2009		2010		2009		2010		2009		2010	
LOA	Dotação proposta pela UO								17.500.000		19.250.000,
	PLOA								9.080.000,		10.000.000,
	LOA								9.080.000,		10.000.000
CRÉDITOS	Suplementares								2.100.000,		
	Especiais	Abertos									
		Reabertos									
	Extraordinários	Abertos									
		Reabertos									
	Créditos Cancelados										
Outras Operações											
Total									11.180.000,		10.000.000.

Fonte: Siafi operacional - consultorc

Quadro A.2.4.2 - Programação de Despesas Correntes (PAC)

Valores em R\$
1,00

gem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
					Exercícios		Exercícios	
			2009		2010		2009	
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							200.000,
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total								200.000,

Fonte: Siafi operacional - consultorc

O quadro A.2.4 apresenta os créditos utilizados e gerenciados pela unidade 39004 para fazer face às despesas das atividades meio do órgão.

O quadro A.2.4.1 apresenta os créditos utilizados para fazer face às despesas com publicidade, gerenciados pela Assessoria de Comunicação Social/GM, em que pese sua execução realizada pela unidade 39004. Não se trata de atividade relacionada às atribuições da Coordenação Geral de Recursos Logísticos.

O quadro A.2.4.2 apresenta os créditos do PAC.

No que diz respeito à **CGRH**, temos a informar:

Quadro A.2.4.2 - Programação de Despesas Correntes (PAC)

**Valores em R\$
1,00**

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO		1.864.185.774	2.333.780.133			89.596.879	121.699.997
	PLOA		1.748.167.296	2.174.870.107			34.367.399	38.388.247
	LOA		1.748.167.296	2.174.870.107			34.192.318	38.388.247
CRÉDITOS	Suplementares		501.100.000	300.470.000				
	Especiais	Abertos	0	0				
		Reabertos	0	0				
	Extraordinários	Abertos	0	0				
		Reabertos	0	0				
	Créditos Cancelados		0	-1.000.000				
Outras Operações			0	0				
Total			2.249.267.296	2.474.340.107			158.156.596	198.476.491

Fonte: Serviço de Execução Orçamentária e Financeira

Observação: O quadro acima foi preenchido conforme orientações da Portaria 277 do TCU. A linha referente ao “Total” representa o somatório da LOA mais os Créditos Suplementares.

No que diz respeito à **SPO**, temos a informar:

QUADRO A.2.4 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes								
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes				
			Exercícios		Exercícios		Exercícios				
2009		2010		2009		2010		2009		2010	
LOA	Dotação proposta pela UO		1.864.185.774	2.333.780.133					264.930.827	298.149.878	
	PLOA		1.748.167.296	2.174.870.107					150.034.942	149.049.685	
	LOA		1.748.167.296	2.174.870.107					106.314.895	149.049.685	
CRÉDITOS	Suplementares		501.100.000	300.470.000					35.389.700	19.713.720	
	Especiais	Abertos	0	0					15.899,00	9.300.000	
		Reabertos	0	0					0	0	
	Extraordinários	Abertos	0	0					0	0	
		Reabertos	0	0					0	0	
	Créditos Cancelados		0	- 1.000.000					-2.601.000	-11.066.800	
Outras Operações			0	0				0	0		
Total			2.249.267.296	2.474.340.107				139.119.494	166.996.605		

Fonte: SIAFI

No que diz respeito à **SEGES**, temos a informar:

QUADRO A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Valores em R\$
1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
2009		2010		2009		2010		
LOA	Dotação proposta pela UO		x	x	x	x	3.834.624	7.513.648
	PLOA		x	x	x	x	3.834.624	5.547.724
	LOA		x	x	x	x	2.430.000	5.547.724
CRÉDITOS	Suplementares		x	x	x	x	x	x
	Especiais	Abertos	x	x	x	x	x	x
		Reaberto s	x	x	x	x	x	x
	Extraordinários	Abertos	x	x	x	x	x	x
		Reaberto s	x	x	x	x	x	x
	Créditos Cancelados		x	x	x	x	x	- 1.200.000
Outras Operações			x	x	x	x	x	x
Total			x	x	x	x	x	4.347.724

Fonte: SIAFI

2.4.1.2. Programação de Despesas de Capital

No que diz respeito à **CGRL**, temos a informar:

QUADRO A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL

Valores em R\$
1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		5.127.500,	3.400.000,				
	PLOA		2.502.000,	3.600.000,				
	LOA		2.502.000,	1.080.000,				
CRÉDITOS	Suplementares			1.100.000,				
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			2.502.000,	2.180.000,				

Fonte: Fonte: Siafi operacional - consultorc

No que diz respeito à **CGRH**, temos a informar:

Este item não é aplicável à CGRH.

No que diz respeito à **SPO**, temos a informar:

QUADRO A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL

Valores em R\$
1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		332.980.000	320.450.000				
	PLOA		315.027.500	513.679.000				
	LOA		252.022.000	429.103.700				
CRÉDITOS	Suplementares		84.320.000	28.700.000				
	Especiais	Abertos				5.000.000		
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos	10.700.000					
		Reabertos		700.000				
	Créditos Cancelados		-4.828.000	-167.127.670				
Outras Operações								
Total			342.214.000	291.376.030		5.000.000		

Fonte: SIAFI

2.4.1.3. Quadro Resumo da Programação de Despesas

No que diz respeito à **CGRL**, temos a informar:

Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas

Valores em R\$
1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		60.051.924,	63.073.477,	5.127.500,	3.400.000,		
	PLOA		29.804.599	48.105.338,	2.502.000,	3.600.000,		
	LOA		29.959.401	39.305.000,	2.502.000,	1.080.000,		
CRÉDITOS	Suplementares		1.000.000	1.100.000,		1.100.000,		
	Especiais							
	Extraordinários							
Créditos Cancelados			1.500.000,	2.866.800,				
Outras Operações								
Total			29.459.401,	36.438.200,	2.502.000,	2.180.000,		

Fonte: Fonte: SIAFI operacional - consultorc

No que diz respeito à **CGRH**, temos a informar:

Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas

**Valores em R\$
1,00**

Origem dos Créditos Orçamentários								
			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO		1.953.782.653	2.455.480.130				
	PLOA		1.782.534.695	2.213.258.354				
	LOA		1.782.359.614	2.213.258.354				
CRÉDITOS	Suplementares		501.100.000	300.470.000				
	Especiais	Abertos	0	0				
		Reabertos	0	0				
	Extraordinários	Abertos	0	0				
		Reabertos	0	0				
	Créditos Cancelados		0	-1.000.000				
Outras Operações			0	0				
Total			2.407.423.892	2.672.816.598				

Fonte: Serviço de Execução Orçamentária e Financeira

Observação: O quadro acima foi preenchido conforme orientações da Portaria 277 do TCU. A linha referente ao “Total” representa o somatório da LOA mais os Créditos Suplementares.

No que diz respeito à **SPO**, temos a informar:

QUADRO A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

**Valores em R\$
1,00**

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		2.013.098.123	2.631.930.011	332.980.000	320.450.000		
	PLOA		1.898.202.238	2.323.919.792	315.027.500	513.679.000		
	LOA		1.854.482.191	2.323.919.792	252.022.000	429.103.700		
CRÉDITOS	Suplementares		536.489.700	320.183.720	84.320.000	28.700.000		
	Especiais		15.899	9.300.000		5.000.000		
	Extraordinários					700.000		
						10.700.000		
Créditos Cancelados			-2.601.000	-12.066.800	-4.828.000	-167.127.670		
Outras Operações								
Total			2.388.386.790	2.641.336.712	342.214.000	296.376.030		

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

As dotações aprovadas, considerando as descentralizações efetuadas para o Grupo Executivo do Extinto DNER e para a Inventariança da Extinta RFFSA, bem como os limites orçamentários disponibilizados, permitiram que a Administração Direta do Ministério dos Transportes atendesse a suas necessidades orçamentárias no decorrer do exercício.

As alterações orçamentárias ocorridas tiveram a finalidade de atender, principalmente, despesas obrigatórias com pessoal e encargos sociais de ativos, em especial a contratação de concursados, atualizações de pensões, que representam anualmente um volume considerável de dispêndios, benefícios ao servidor público e outras, cujas dotações constantes da Lei Orçamentária Anual se mostraram insuficientes para atender plenamente esses gastos no decorrer do exercício. Adicionalmente, pode-se citar a abertura de crédito especial no âmbito do orçamento da Administração Direta, destinado à participação mínima no capital da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade – ETAV, de forma a viabilizar a sua criação, sendo que também esses recursos foram reabertos no orçamento de 2011 da Unidade, bem como a abertura de crédito especial direcionado à quitação parcial de passivo junto à Companhia Docas do Estado de São Paulo, igualmente reaberto no orçamento deste exercício da Administração Direta. Pode-se mencionar o remanejamento da quase totalidade dos recursos alocados para o Apoio à Implantação do Trem de Alta Velocidade – TAV (Rio de Janeiro – São Paulo – Campinas), uma vez que a licitação para o empreendimento não havia sido realizada, e também de forma a otimizar a utilização dos recursos orçados na LOA.

2.4.1.4. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

No que diz respeito à **CGRL**, temos a informar:

Não se trata de atividade a cargo da UG.

No que diz respeito à **CGRH**, temos a informar:

Este item não é aplicável à CGRH.

No que diz respeito à **SPO**, temos a informar:

Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

**Valores em R\$
1,00**

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedent e ou receptor a	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	390002				
	Recebidos	390015	009S			5.100.000
		390015	09IX			17.668.000
		390015	0181	800.000		
		390004	6058			6.350.000
		390004	2B98			300.000
		390004	4641			10.000.000
		390004	8673			2.800.000
		390004	2000			37.125.000
		390004	2907			1.547.724
		390004	6391			200.000
		390004	7730			50.000
		390004	7528			300.000
		390004	8785			200.000
		390007	4572			198.164
		390007	09HB	14.551.029		
		390007	2012			6.246.385
		390007	2011			3.615.507
		390007	2000	115.523.728		
		390007	2000			2.975.000
		390007	2010			85.810
		390007	0181	2.343.465.350		
		390007	2004			32.490.244
		390007	20CW			133.551
Movimentação Externa	Concedidos	390002	0713			16.827.670
	Recebidos	273087	0713			16.827.670
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedent e ou receptor a	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	390002				
	Recebidos	390015 390004 390004	09IX 2000 20B4	36.000 2.180.000 370.000		
Movimentação Externa	Concedidos	390002	0713	860.030		
	Recebidos	273087	0713	860.030		

Fonte: SIAFI

Análise crítica

O orçamento aprovado para a Administração Direta do Ministério dos Transportes, unidade – 39.101, é lançado no SIAFI na UG 390002 – Setorial Orçamentária.

Os recursos são transferidos para as unidades executoras vinculadas à Administração Direta que pertencem à Unidade Orçamentária 39.101.

Movimentação Externa – No exercício de 2009 e 2010, o orçamento do Extinto DNER foi repassado por meio de Destaque, por possuir gestão diferente da 00001, mesmo pertencendo à Unidade Orçamentária 39.101.

Movimentação Interna – Recursos transferidos por meio de provisão para as Unidades da Administração Direta pertencentes à mesma gestão.

No que diz respeito a **SEGES**, temos a informar:

Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa				Valores em R\$ 1,00		
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	x	x	x	x	x
	Recebidos	390041	26.121.022 5.8673	x	x	1.968.813
	Recebidos	390041	26.125.146 3.2907	x	x	1.160.793
Movimentação Externa	Concedidos	x	x	x	x	x
	Recebidos	x	x	x	x	x
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	x	x	x	x	x
	Recebidos	x	x	x	x	x
Movimentação Externa	Concedidos	x	x	x	x	x
	Recebidos	x	x	x	x	x

Fonte: SIAFI

2.4.2. Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1. Execução Orçamentária de Créditos Originários

2.4.2.1.1. Despesas por Modalidade de Contratação

No que diz respeito à **CGRL**, temos a informar:

Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ Valores em R\$
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	4.550,35		4.550,35	-
Tomada de Preços	35.000,00	11.666,67	24.255,77	3.913,19
Concorrência	11.498.154,32	6.500.543,90	6.809.372,68	5.923.460,86
Pregão	32.591.718,80	31.754.486,98	16.425.871,58	23.722.307,38
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa	7.089.327,26	1.865.296,15	5.464.575,32	1.471.982,21
Inexigibilidade	1.306.826,29	3.053.013,83	742.510,02	2.048.440,26
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	37.158,20	50.801,88	37.158,20	50.801,88
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias	692.737,86	921.190,67	692.737,86	921.190,67
Outros	1.516.783,64	3.253.202,85	1.516.783,64	1.925.879,37

Fonte: SIAFI Operacional

O valor de R\$ 3.969.837,33, em que pese ter sido executado por intermédio da UG 390004, trata-se de recursos sob gestão das Secretarias fins deste Ministério e serão pelas mesmas detalhados. Sua inclusão neste quadro visa facilitar a conferência quando de consulta ao SIAFI OPERACIONAL.

No que diz respeito à **CGRH**, temos a informar:

Este item não é aplicável à CGRH.

No que diz respeito à **SEGES**, temos a informar:

QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

**Valores em R\$
1,00**

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	x	x	x	x
Tomada de Preços	x	x	x	x
Concorrência	x	x	x	x
Pregão	0,00	1.968.813,00	0,00	1.968.813,00
Concurso	x	x	x	x
Consulta	x	x	x	x
Registro de Preços	x	x	x	x
Contratações Diretas				
Dispensa	x	x	x	x
Inexigibilidade	x	x	x	x
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	x	x	x	x
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	x	x	x	x
Diárias	x	x	x	x
Outros				

Fonte: SIAFI

2.4.2.1.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

No que diz respeito à **CGRL**, temos a informar:

QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupo de Despesas	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
3 – Outras despesas Correntes								
Diárias	692.737	1.046.001	692.737	1.046.001	-	-	692.737	1.046.001
Material de Consumo	768.796	827.942	723.001	827.942	302.249	171.089	466.547	656.852
Passagens	1.328.541	1.420.238	1.328.541	1.420.238	26.731	436.743	1.301.810	983.494
1 Diárias a Colaboradores	2.741	6.268	2.741	6.268	-	-	2.741	6.268
Locação de Mão de Obras Pessoa Física	6.320.271	11.866.076	6.320.271	11.866.076	1.927.705	1.476.305	4.392.566	10.389.771
Ser. Consultoria P.E. R Técnica	14.799	-	14.799	-	-	-	14.799	-
Deposito Compulsório	1.043.637	1.556	708.253	1.556	-	-	1.043.637	1.556
Serv. Pessoa Jurídica	25.576.512	19.780.612	25.576.512	19.780.61	11.530.952	6.092.047	14.431.692	19.780.612
Obrigações Tributárias e Contributivas	16.187	49.275	16.187	49.275	9.472	40.004	9.847	9.270,64
Despe. Exerc. Anteriores	-					-		-
Indenizações e Restituições	409.525	303.899	409.525	303.899	37.111	18.934	355.389	303.899
Outros serv. De Terceiros	571.111	535.746	571.111	535.746	183.330	173.844	-	361.901
Outros Ind. e Restituições		-						-
Publicidade	11.180.000	4.775.000	11.180.000	4.775.000	4.662.225	573.620	6.517.774	4.201.380

No que diz respeito à **CGRH**, temos a informar:

Este item não é aplicável à **CGRH**.

No que diz respeito à **SEGES**, temos a informar:

QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa: 339039	1.500.000,00	477.288,00	-	477.288,00	1.500.000,00	-	-	477.288,00
2º elemento de despesa: 3380 41	630.000,00	1.547.724,00	630.000,00	1.547.724,00	-	-	630.000,00	1.160.793,00
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI

2.4.2.1.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

No que diz respeito à **CGRL**, temos a informar:

QUADRO A.2.10 – DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimento								
Material Permanente	4.347.242	1.906.558	4.347.242	1.906.558	1.690.279	368.164,99	2.656.693	1.538.393,01

No que diz respeito à **CGRH**, temos a informar:

Este item não é aplicável à **CGRH**.

2.4.2.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

No que diz respeito à **CGRL**, temos a informar:

QUADRO A.2.11 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO Valores em R\$
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação		1.000.000,00		998.005,79
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão		1.000.000,00		998.005,79
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa				
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias				
Outras				

No que diz respeito à **CGRH**, temos a informar:

Este item não é aplicável à **CGRH**.

2.4.2.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

No que diz respeito à **CGRL**, temos a informar:

QUADRO A.2.12 – DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO Valores em R\$
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes								
Serv. de Terc./Pes. jurídica	1.000.000		1.000.000					998.005
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

No que diz respeito à **CGRH**, temos a informar:

Este item não é aplicável à CGRH.

2.4.2.2.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos pro Movimentação

No que diz respeito à **CGRL**, temos a informar:

Não ocorreu no período de 2010.

No que diz respeito à **CGRH**, temos a informar:

Este item não é aplicável à CGRH.

2.4.3. Indicadores Institucionais

No que diz respeito à **CGRL**, temos a informar:

A CGRL não trabalha com indicadores.

No que diz respeito à **CGRH**, temos a informar:

A CGRH não trabalha com indicadores.

No que diz respeito à **SEGES**, temos a informar:

A SEGES dispõe de 14 indicadores de uso interno, visando medir o desempenho operacional da Unidade na realização de suas atribuições, não estando, portanto, diretamente relacionados a programas e ações do governo dispostos em Lei Orçamentária ou no Plano Plurianual - PPA. Os indicadores estão associados a três atividades desempenhadas pela Secretaria, quais sejam: monitoramento das ações do PAC (sete indicadores), elaboração e aperfeiçoamento de indicadores (um indicador) e acompanhamento dos programas de trabalho da CIDE (seis indicadores). A seguir são apresentados os resultados alcançados em 2010.

➤ ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DO PAC

Como parte do processo de gestão dos empreendimentos do PAC que se encontram em execução, foram produzidos quatro relatórios apresentando as principais informações sobre a realização física, orçamentária e financeira, envolvendo a adequação e construção de rodovias e a construção de ferrovias. Os relatórios produzidos foram:

- 1º Relatório: atualizado até março/2010, apresentando um total de 70 obras, sendo 65 em rodovias e 5 em ferrovias.
- 2º Relatório: atualizado até junho/2010, apresentando um total de 74 obras, sendo 67 em rodovias e 7 em ferrovias.

- 3º Relatório: atualizado até setembro/2010 apresentando um total de 79 obras, sendo 72 em rodovias e 7 em ferrovias.
- 4º Relatório: atualizado até dezembro/2010, apresentando um total de 79 obras, sendo 72 em rodovias e 7 em ferrovias.

Além destes, foram também produzidos 4 relatórios com insumos para a elaboração dos balanços quadrimestrais do PAC – Transportes, produzidos pela Casa Civil da Presidência da República. São eles:

- Relatório para o 10º Balanço: apresentado à Casa Civil em maio/2010, contendo informações sobre 170 ações, sendo 105 em rodovias, 22 em ferrovias, 42 em hidrovias e um em marinha mercante;
- Relatório para o 11º Balanço: apresentado à Casa Civil em julho/2010, contendo informações sobre 127 ações, sendo 105 em rodovias e 22 em ferrovias;
- Relatório para o 12º Balanço: apresentado à Casa Civil em outubro/2010, contendo informações sobre 169 ações, sendo 105 em rodovias, 21 em ferrovias, 42 em hidrovias e uma em marinha mercante;
- Relatório para o 13º Balanço: apresentado à Casa Civil em dezembro/2010, com 169 ações, sendo 105 em rodovias, 21 em ferrovias, 42 em hidrovias e uma em marinha mercante.

Para avaliar o desempenho operacional da atividade, foram utilizados os indicadores cujas fórmulas, demonstrativos de cálculo e índices anuais atingidos no exercício são apresentados a seguir.

✓ **Número médio de ações monitoradas no ano**

- Fórmula de cálculo

$$NMAM = \frac{\sum_{i=1}^n a_i}{b}$$

onde:

NMAM = número médio de ações monitoradas no ano

a = número de ações monitoradas em cada balanço

b = número de balanços no ano

- Índice apurado em 2010

a1 = 170

a2 = 127

a3 = 169

a4 = 169

b = 4

NMAM = 158,8 ações/ano

✓ **Número médio de ações monitoradas por técnico**

- Fórmula de cálculo

$$NMAT = \frac{\sum_{i=1}^n a_i}{\sum_{i=1}^n c_i}$$

onde:

NMAT = número médio de ações monitoradas por técnico

a = número de ações monitoradas em cada balanço

c = número de técnicos diretamente envolvidos no monitoramento em cada balanço

- Índice apurado em 2010

a1 = 170

a2 = 127

a3 = 169

a4 = 169

c1 = 26

c2 = 23

c3 = 23

c4 = 39

NMAT = 5,7 obras por técnico

✓ **Percentual de ações monitoradas**

- Fórmula de cálculo

$$PAM = \frac{\sum_{i=1}^n a_i}{\sum_{i=1}^n d_i} \times 100$$

onde:

PAM = percentual de ações monitoradas

a = número de ações monitoradas em cada balanço

d = número total de ações do PAC–Transportes em cada balanço

- Índice apurado em 2010

a1 = 170

a2 = 127

a3 = 169

a4 = 169

d1 = 170

d2 = 169

$$d3 = 169$$

$$d4 = 169$$

$$\text{PAM} = 93,8\%$$

✓ **Número médio de obras em execução acompanhadas**

- Fórmula de cálculo

$$NMAE = \frac{\sum_{i=1}^n e_i}{f}$$

onde:

NMAE = número médio de obras em execução acompanhadas

e = número de obras em execução acompanhadas em cada período

f = número de períodos

- Índice apurado em 2010

$$e1 = 70$$

$$e2 = 74$$

$$e3 = 79$$

$$e4 = 79$$

$$f = 4$$

$$NMAE = 75,5 \text{ obras}$$

✓ **Número médio de obras em execução acompanhadas por técnico**

- Fórmula de cálculo

$$NAET = \frac{\sum_{i=1}^n e_i}{\sum_{i=1}^n g_i}$$

onde:

NAET = número médio de obras em execução acompanhadas por técnico

e = número de obras em execução acompanhadas em cada período

g = número de técnicos diretamente envolvidos no acompanhamento em cada período

- Índice apurado em 2010

$$e1 = 70$$

$$e2 = 74$$

$$e3 = 79$$

$$e4 = 79$$

$$g1 = 26$$

$$g2 = 23$$

$$g3 = 23$$

$$g4 = 39$$

NAET = 2,7 obras/técnico

✓ **Percentual de obras em execução acompanhadas**

- Fórmula de cálculo

$$PAAE = \frac{\sum_{i=1}^n e_i}{\sum_{i=1}^n h_i} \times 100$$

onde:

PAAE = percentual de obras em execução acompanhadas

e = número de obras em execução acompanhadas em cada período

h = número de obras em execução em cada período

- Índice apurado em 2010

e1 = 70

e2 = 74

e3 = 79

e4 = 79

h1 = 106

h2 = 113

h3 = 109

h4 = 124

PAAE = 66,8%

✓ **Total de relatórios produzidos**

- Fórmula de cálculo

TRP = j + k

onde:

TRP = total de relatórios produzidos

j = número de relatórios com informações para os balanços

k = número de relatórios de obras em execução

- Índice apurado em 2010

j = 4

k = 4

TRP = 8 relatórios

➤ ELABORAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE INDICADORES

Como parte da implantação do “Sistema de Indicadores para Avaliação de Desempenho dos Programas de Transportes dos Planos Plurianuais”, no âmbito deste Ministério, está sendo realizada a coleta direta e indireta dos dados, o armazenamento provisório e o tratamento primário das informações de 24 indicadores. Os trabalhos encontram-se na etapa de validação dos indicadores, estando em elaboração o planejamento para a coleta permanente dos dados diretos e indiretos.

Encontra-se também em andamento processo licitatório na área de tecnologia da informação, com o objetivo de adquirir um sistema informatizado para tratamento, armazenamento de dados, visualização e análise dos indicadores.

Para avaliar o desempenho operacional da atividade, foi utilizado o indicador cuja fórmula, demonstrativo de cálculo e índice anual atingido no exercício é apresentado a seguir.

✓ Percentual de Indicadores Disponibilizados

▪ Fórmula de cálculo

$$PID = (m / p) * 100$$

onde:

PID = percentual de indicadores disponibilizados

m = número de indicadores com informações coletadas

p = número de indicadores previstos

▪ Índice apurado em 2009

$$m = 12$$

$$p = 24$$

$$PID = 50\%$$

➤ ACOMPANHAMENTO DOS PROGRAMAS DE TRABALHO DA CIDE DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL

As principais tarefas desenvolvidas no período foram:

- Análise dos relatórios demonstrativos da execução orçamentária e financeira encaminhados pelos Estados e pelo Distrito Federal, relativos ao exercício de 2009, totalizando 1.362 ações.
- Análise e publicação de 25 alterações de Programas de Trabalho de 2010 dos Estados e do Distrito Federal, englobando 625 ações.
- Análise e publicação dos Programas de Trabalho de infraestrutura de transportes para 2011, elaborados pelas 27 Unidades da Federação, referentes às obras ou serviços em rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos e transporte multimodal, num total de 381 ações.

Para avaliar o desempenho operacional da atividade, foram utilizados os indicadores cujas fórmulas, demonstrativos de cálculo e índices anuais atingidos no exercício são apresentados a seguir.

✓ **Total de ações examinadas nos relatórios demonstrativos da execução orçamentária e financeira relativas ao exercício anterior**

- Fórmula de cálculo

$$TARD = \sum_{i=1}^n q_i$$

onde:

TARD = total de ações examinadas nos relatórios demonstrativos da execução orçamentária e financeira relativas ao exercício anterior

q = número de ações examinadas de cada UF contidas no relatório demonstrativo referente ao exercício anterior

- Índice apurado em 2010

q1 = 30 (AC)
q2 = 43 (AL)
q3 = 09 (AP)
q4 = 10 (AM)
q5 = 185 (BA)
q6 = 32 (CE)
q7 = 24 (DF)
q8 = 2 (ES)
q9 = 94 (GO)
q10 = 108 (MA)
q 11 = 21 (MT)
q 12 = 43 (MS)
q 13 = 24 (MG)
q14 = 105 (PA)
q15 = 36 (PB)
q16 = 98 (PR)
q17 = 40 (PE)
q18 = 38 (PI)
q19 = 40 (RJ)
q20 = 23 (RN)
q21 = 218 (RS)
q22 = 06 (RO)
q23 = 29 (RR)
q24 = 25 (SC)
q25 = 63 (SP)
q26 = 06 (SE)
q27 = 10 (TO)

TARD = 1.362 ações

✓ **Número médio de ações examinadas nos relatórios demonstrativos da execução orçamentária e financeira relativas ao exercício anterior por técnico**

- Fórmula de cálculo

$$TARDT = \frac{\sum_{i=1}^n q_i}{r}$$

onde:

TARDT = número médio de ações examinadas nos relatórios demonstrativos da execução orçamentária e financeira relativas ao exercício anterior por técnico

q = número de ações examinadas de cada UF contidas no relatório demonstrativo referente ao exercício anterior

r = número de técnicos diretamente envolvidos na atividade

- Índice apurado em 2010

TARD = 1.362 ações

r = 8

TARDT = 170,2 ações por técnico

✓ **Total de ações examinadas nas alterações dos Programas de Trabalho do exercício**

- Fórmula de cálculo

$$TAEA = \sum_{i=1}^n s_i$$

onde:

TAEA = total de ações examinadas nas alterações dos Programas de Trabalho do exercício

s = número de ações examinadas nas alterações eventualmente solicitadas pelas UFs no exercício.

Índice apurado em 2010

s1= 10 (AL)

s2 = 26 (AP)

s3 = 139 (BA)

s4 = 29 (DF)

s5 = 83 (GO)

s6 = 5 (MS)

s7 = 24 (MG)

s8 = 128 (PA)

s9 = 54 (PR)

s10 = 22 (PE)

s11 = 10 (RJ)

s12 = 29 (RN)
s13 = 52 (RS)
s14 = 5 (RR)
s15 = 3 (SP)
s16 = 4 (SE)
s17 = 2 (TO)

TAEA = 625 ações

✓ **Número médio de ações examinadas nas alterações dos Programas de Trabalho do exercício por técnico**

- Fórmula de cálculo

$$TAEAT = \frac{\sum_{i=1}^n s_i}{v}$$

onde:

TAEAT= total de ações examinadas nas alterações por técnico

s = número de ações examinadas nas alterações eventualmente solicitadas pelas UFs no exercício

v = número de técnicos diretamente envolvidos na atividade

- Índice apurado em 2010

TAEA = 625

v = 9

TAEAT = 69,4 ações por técnico

✓ **Total de ações examinadas nos Programas de Trabalho para o exercício seguinte**

- Fórmula de cálculo

$$TAPT = \sum_{i=1}^n x_i$$

onde:

TAPT= total de ações examinadas nos Programas de Trabalho para o exercício seguinte

x = número de ações examinadas nos Programas de Trabalho de cada UF para o exercício seguinte

- Índice apurado em 2010

x1 = 14 (AC)

x2 = 9 (AL)

x3 = 12 (AP)

x4 = 5 (AM)

x5 = 62 (BA)

x6 = 10 (CE)
 x7 = 17 (DF)
 x8 = 1 (ES)
 x9 = 10 (GO)
 x10 = 24 (MA)
 x11 = 9 (MT)
 x12 = 2 (MS)
 x13 = 12 (MG)
 x14 = 38 (PA)
 x15 = 7 (PB)
 x16 = 11 (PR)
 x17 = 19 (PE)
 x18 = 5 (PI)
 x19 = 9 (RJ)
 x20 = 24 (RN)
 x21 = 64 (RS)
 x22 = 2 (RO)
 x23 = 1 (RR)
 x24 = 6 (SC)
 x25 = 3 (SP)
 x26 = 2 (SE)
 x27 = 3 (TO)

TAPT = 381 ações

✓ **Número médio de ações examinadas nos Programas de Trabalho para o exercício seguinte por técnico**

- Fórmula de cálculo

$$TAPTT = \frac{\sum_{i=1}^n x_i}{z}$$

onde:

TAPTT= total de ações examinadas nos Programas de Trabalho para o exercício seguinte por técnico

x = número de ações examinadas nos Programas de Trabalho de cada UF para o exercício seguinte

z = número de técnicos diretamente envolvidos na atividade

- Índice apurado em 2010

TAPT = 381

z = 9

TAPTT = 42,3 ações por técnico

No que diz respeito à **SFAT**, temos a informar:

No âmbito da SFAT, não houve a definição prévia de metas, ou mesmo de indicadores voltados à gestão dos processos internos, ou à gestão das ações desvinculadas de programas constantes do PPA. Em relação ao Programa de Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval, há a definição de metas e indicadores em algumas ações, cujo monitoramento está a cargo do DEFMM, e que estão apresentadas no quadro A.2, do item 2.3.2.

3. Informações sobre o Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não ocorreu no período.

4. Informações sobre a Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

4.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

No que diz respeito à CGRL, temos a informar:

Quadro A.4.1 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

**Valores em R\$
1,00**

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2008				
2009				
2010				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2008	48.204.100,13	4.070.479,21	44.133.620,92	4.762.344,91
2009	16.063.451,90	2.794.515,51	13.268.935,49	9.185.810,57
2010	32.989.360,05	288.991,73	32.700.368,32	14.440.226,71
Observações:				

Merece esclarecer que o valor de R\$ 9.237.507,61, tido como saldo a pagar em 2010, é produto quase que totalmente da contratação das obras de troca da rede elétrica do Edifício anexo e da aquisição de 265 estações de trabalho, cuja meta final é a aquisição do total de 650 novas máquinas.

4.2. Análise Crítica

Os valores inscritos em Restos a Pagar obedecem a um procedimento criado em função das despesas a que se visa preservar. A inscrição de valores não processados se dá em função da característica da execução das despesas. As despesas com energia elétrica, água e esgoto, telefone etc. não permitem sua liquidação de imediato, dentro do exercício de sua prestação. Mesmo porque, as faturas são apresentadas no exercício seguinte da prestação do serviço. As faturas relativas aos contratos de prestação de serviço, natureza contínua, só poderão ter o seu início de formalização de liquidação após o perfeito encerramento do período considerado, daí o não processamento e a impossibilidade do pagamento no exercício de sua consecução. Tais exposições e outras que podem surgir e que certamente surgem, levam a política de pagamento das despesas de Restos a Pagar a concentrar-se, quase que totalmente nos contratos de serviços de natureza contínua, o que impede a criação de impactos negativos na execução financeira do exercício que então se inicia.

Estão a cargo da unidade, contratos de prestação de serviços cuja cobrança se processa via judicial. Podemos citar o caso do contrato firmado com a empresa POLIEDRO, serviços de manutenção de sistemas de informática, que pleiteou determinada repactuação que, a primeiro momento foi reconhecida pela unidade, com posterior embargo por parte do TCU. Tendo conhecimento que a interessada havia recorrido àquele órgão de controle no sentido de revisão

da decisão e ainda por entender que o direito da empresa era líquido e certo, optou-se por manter os valores inscritos, até a decisão final da ação, o que ocorreu em 2010 e cuja decisão está pendente de posicionamento da Advocacia Geral da União, por sugestão da Consultoria Jurídica deste Ministério. As cobranças que dependem de posicionamentos finais de cunho judicial levam a permanência dos valores inscritos em diversos exercícios. Entretanto, sempre se procede uma revisão, tentando, na maneira do possível, a eliminação dos valores inscritos cuja obrigação vai se tornando remota no decorrer das ações. Basta observar que em 2011 já foi procedida tal revisão que resultou em uma anulação de valor considerável na proporção do montante do saldo inscrito. Esta ação visou também o atendimento de dispositivos que determinava a anulação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores a 2009.

Quanto a existência de eventos que possam influenciar na gestão de RP, a unidade só pode resumi-los conforme já foi citado acima, na ingerência dos órgãos de controle quando na formalização dos processos, ressaltando que reconhece a CGRL tal fato como normal e que qualquer outra unidade está sujeita uma vez tratarem-se das atividades que são das respectivas competências.

5. Informações sobre Recursos Humanos

5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos

QUADRO A.5.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo		1.563	241	36
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira		1.326	230	17
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		1.165	170	17
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado		82	60	
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório		1		
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas		78		
1.3 Servidores com Contratos Temporários				
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença		237	11	19
1.4.1 Cedidos		165		19
1.4.2 Removidos		36		
1.4.3 Licença remunerada		1	1	
1.4.4 Licença não remunerada		35	10	
2 Provimento de cargo em comissão		520	41	0
2.1 Cargos Natureza Especial		2		
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior*		304	41	0
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		123	14	
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado		11		
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas		47	9	
2.2.4 Sem vínculo		113	18	
2.2.5 Aposentado		10		
2.3 Funções gratificadas		214	0	0
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		212		
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado		2		
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
3 Empregados Celetistas Anistiados (Órgãos Extintos)		679	0	0
3.1 RFFSA		606		
3.2 PORTOBRÁS		3		
3.3 EBTU		10		
3.4 AGEF		49		
3.5 GEIPOT		11		
4 Total		2.762	282	36

Fonte: SEMOL – Serviço de Movimentação e Lotação.

* Não inclui 10 cargos vagos

QUADRO A.5.2 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

**SERVIDORES RJU
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES**

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1.Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	134	102	195	401	128
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	3	9	65	98	18
2.Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial			1		1
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	30	50	82	98	45
2.3. Funções gratificadas	8	13	78	174	40

Fonte: SECR – Serviço de Cálculos de Remuneração

QUADRO A.5.2 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

**SERVIDORES CLT
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES**

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1.Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Empregados Anistiados		1	195	363	91
1.3. Empregados Anistiados com Contratos Temporários					
1.4. Emrpegados Anistiados Cedidos ou de Suspensão de Contrato			2		2
2.Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					
2.3. Funções gratificadas					

Fonte: SECR – Serviço de Cálculos de Remuneração

QUADRO A.5.3 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

**SERVIDORES RJU
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES**

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	10
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira					25	57		377	501
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença					5	12		89	87
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									1
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					1	4		109	191
2.3. Funções gratificadas					12	32		165	104

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: SECR – Serviço de Cálculos de Remuneração

QUADRO A.5.3 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

**SERVIDORES CLT
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES**

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES										
Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	10	
1. Provimento de cargo efetivo										
1.1. Membros de poder e agentes políticos										
1.2. Empregados Anistiados					3	166		395	86	
1.3. Empregados Anistiados com Contratos Temporários										
1.4. Empregados Anistiados Cedidos ou em Suspensão de Contrato									4	
2. Provimento de cargo em comissão										
2.1. Cargos de Natureza Especial										
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior										
2.3. Funções gratificadas										
LEGENDA										
Nível de Escolaridade										
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.										

Fonte: SECR – Serviço de Cálculos de Remuneração

Observação: Os quadros referentes a este tópico, nos quais constam a informação “Ministério dos Transportes”, referem-se ao relatório consolidado. Já os quadros em que constam “CGRH” referem-se ao relatório desta Unidade Jurisdicionada.

5.2. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Deixamos de apresentar os quadros A.5.4 e A.5.5, na forma da Portaria 277, de 7 de dezembro de 2010, do Tribunal de Contas da União, por falta de recursos tecnológicos para a apuração discriminada dos regimes de proventos e de aposentadorias. Haja vista que o programa SIAPE não disponibiliza os dados pleiteados, disponibilizando apenas as transações descritas.

Diante de tal impossibilidade no preenchimento dos quadros acima referenciados, informamos abaixo o total de servidores aposentados e de beneficiários de pensão, bem como as aposentadorias e as pensões concedidas no exercício de 2010.

PÚBLICO ADMINISTRADO	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
ADMINISTRAÇÃO DE CADASTRO DE APOSENTADOS	18.789	40

Fonte: COAP – Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensões e de Pensionistas

PÚBLICO ADMINISTRADO	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
ADMINISTRAÇÃO DE CADASTRO DE PENSIONISTAS	65.787	1.662

Fonte: COAP – Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensões e de Pensionistas

5.3. Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	116	138	147	146	R\$ 1.072.411,25
• Área Fim	13	20	23	24	R\$ 153.107,50
• Área Meio	103	119	124	122	R\$ 919.303,75
Nível Médio	143	174	159	161	R\$ 777.251,25
• Área Fim	44	60	60	48	R\$ 267.814,00
• Área Meio	99	114	99	113	R\$ 509.437,25

Fonte: DITC – Divisão de Treinamento e Capacitação de Recursos Humanos.

QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS
CGRH

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	116	138	147	146	R\$ 1.072.411,25
• Área Fim					
• Área Meio	64	64	56	58	R\$ 473.590,00
Nível Médio	143	174	159	161	R\$ 777.251,25
• Área Fim					
• Área Meio	64	65	50	65	R\$ 294.869,25

Fonte: DITC – Divisão de Treinamento e Capacitação de Recursos Humanos.

Observação: O quadro referente a este tópico, no qual consta a informação “Ministério dos Transportes”, refere-se ao relatório consolidado. Já o quadro em que consta “CGRH” refere-se ao relatório desta Unidade Jurisdicionada.

5.4. Quadro de Custos de Recursos Humanos

QUADRO A.5.7 - QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008, 2009 E 2010.

Valores em R\$
1,00

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES								1,00
Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indeni-zações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008								
2009								
2010								
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	35.209.945,89	6.934.237,10	3.421.954,06	18.975,81		1.280.771,98	2.192.633,94	49.058.518,78
2009	49.775.322,31	7.011.644,38	4.764.085,72	52.523,14		1.521.310,38	2.122.770,32	65.247.656,25
2010	74.784.389,86	6.824.857,35	7.124.561,87	65.605,69		9.270.300,47	3.230.865,71	101.300.580,95
Servidores com Contratos Temporários								
2008								
2009								
2010								
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008							640.864,77	640.864,77
2009							853.608,21	853.608,21
2010							1.003.085,79	1.003.085,79
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008		131.199,52	11.431,88					142.631,40
2009		137.182,56	11.431,88					148.614,44
2010		137.182,56	11.431,88					148.614,44
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008		7.652.575,61	678.167,41					8.330.743,02
2009		8.181.691,04	678.638,82					8.860.329,86
2010		8.270.583,79	698.060,96					8.968.644,75
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008		657.038,29	61.526,68					718.564,97
2009		724.661,39	61.320,09					785.981,48
2010		355.164,89	61.896,81					417.061,70

Fonte: SECR – Serviço de Cálculos de Remuneração

Observação: O quadro acima encontra-se com fonte menor que o recomendado em virtude da adequação dos números às células.

5.5. Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão-de-Obra

No que diz respeito à CGRL, temos a informar:

Quadro A.5.8 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES													
UG/Gestão: 390004/0001							CNPJ: 37115342/0004-00						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	49/2009	00478727/0001-89	14/10/09	13/10/11	62	62					A
2007	V	O	22/2007	03602646/0001-37	21/05/07	20/05/11	54	54					A
Observação: O Acórdão TCU nº 1.520/2006-P não é aplicável a este item.													

Quadro A.5.9 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante													
Nome: MINISTERIO DOS TRANSPORTES													
UG/Gestão: 390004/0001					CNPJ: 37115342/0004-00								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	7	O	27/2007	26428219/0001-80	24/05/07	23/05/11			01	01	10	10	A
2009	7	O	52/2009	01664731/0001-32	15/09/09	14/05/11			85	85			A
2009	3	O	55/2009	04248842/0001-18	01/12/09	30/11/11	33	33					A
2009	7	O	21/2009	02604476/001-67	01/06/09	30/06/11	13	13					A
2009	7	O	39/2009	38056404/0001-70	29/07/09	28/07/11			05	05	17	17	A
2009	7	O	17/2009	26413146/0001-52	31/03/09	30/03/11					01	01	A
2010	5	O	16/2010	10811374/0001-40	07/05/10	06/05/11	18	18					A
2010	7	O	42/2010	03015651/0001-43	25/10/10	24/10/11	04	04					A
2010	7	O	51/2010	38062485/0001-10	01/12/10	30/11/11	05	05	24	24			A
2010	1	O	43/2010	05496394/0001-34	03/11/10	02/11/11			66	50	24	15	A
2010	1	O	54/2010	26413146/0001-52	06/12/10	05/12/11	02	02	19	10	30	12	A
2009	7	O	40/2009	38056404/0001-70	29/07/09	28/07/11			19	15			A
2009	1	O	31/2009	00617589/0001-71	05/06/09	04/06/11	04	04	139	95	28	24	A
2007	1	O	43/2007	06090065/0001-51	03/09/07	30/11/10	05	05	24	24			E
Observação: A CGRH informa que em consonância às diretrizes do Acórdão TCU n.º 1.520/2006-P, o Ministério dos Transportes realizou concurso público para provimento de 170 (cento e setenta) cargos, sendo 100 (cem) para nível superior e 70 (setenta) para nível intermediário, e os candidatos habilitados foram alocados tanto nas Secretarias Finalísticas, como nos órgãos de atividades meio, em conformidade com as demandas das áreas.													

Quadro A.5.10 - Distribuição do Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviço com Locação de Mão de Obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
27/2007	9	11	Associação de Comunicação - RRN
52/2009	1	85	Coordenação Geral de Recursos Humanos - CTIS
55/2009	03	32	Coordenação Geral de Recursos Logísticos - Paulista
21/2009	04	11	Coordenação Geral de Recursos Logísticos - Climática
39/2009	9	22	Coordenação Geral de Informática - IOS
17/2009	1	1	Coordenação Geral de Recursos Logísticos/CONJUR
16/2010	5	17	Coordenação Geral de Recursos Logísticos - ABISBOP
42/2010	04	04	Coordenação Geral de Recursos Logísticos - Triunfo
51/2010	09	28	Coordenação Geral de Recursos Logísticos - EBRAS
43/2010	1	65	Coordenação Geral de Recursos Humanos - Prestacional
54/2010	1	23	Coordenação Geral de Recursos Humanos - COFERE
40/2010	9	15	Coordenação Geral de Informática - IOS
49/2009	7	61	Coordenação Geral de Recursos Logísticos- Agroservice
22/2007	8	53	Coordenação Geral de Recursos Logísticos - Agroservice
31/2009	1	123	Coordenação Geral de Recursos Humanos - VISUAL
43/2007	2	29	Coordenação Geral de Recursos Logísticos PH
LEGENDA Área: 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; 3. Serviços de Copa e Cozinha; 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; 5. Serviços de Brigada de Incêndio; 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes; 7. Higiene e Limpeza; 8. Vigilância Ostensiva; 9. Outras.			

Empresa: **PAULISTA SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA**
Contrato n.º 055/2009-MT

LOCALIZAÇÃO DOS EMPREGADOS	QUANTIDADE
<u>EDIFÍCIO SEDE</u>	
6.º ANDAR	08
5.º ANDAR	07
4.º ANDAR	02
2.º ANDAR	02
<u>EDIFÍCIO ANEXO</u>	
4.º ANDAR OESTE	03
2.º ANDAR LESTE	04
1.º ANDAR LESTE	02
TÉRREO LESTE	01
TÉRREO OESTE	01
SUBSOLO	02
<u>EDIFÍCIO DNIT</u>	
1.º ANDAR	01
TOTAL	33

Empresa: **CLIMÁTICA ENGENHARIA LTDA**
 Contrato n.º 021/2009-MT

LOCALIZAÇÃO DOS EMPREGADOS	QUANTIDADE
<u>EDIFÍCIO SEDE</u> SUBSOLO	01
<u>EDIFÍCIO ANEXO</u> SUBSOLO	12
TOTAL	13

Empresa: **ASBIBOP SERVIÇO DE BOMBEIRO BRIGADISTA PARTICULAR CIVIL LTDA**
 Contrato n.º 016/2010-MT

LOCALIZAÇÃO DOS EMPREGADOS	QUANTIDADE
<u>EDIFÍCIO ANEXO</u> EM RONDA NA EDIFICAÇÃO	18

Empresa: **TRIUNFO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**
 Contrato n.º 042/2010-MT

LOCALIZAÇÃO DOS EMPREGADOS	QUANTIDADE
<u>EDIFÍCIO ANEXO</u> SUBSOLO	04

Empresa: **PH SERVICE LTDA**
 Contrato n.º 043/2007-MT (Rescindido)

LOCALIZAÇÃO DOS EMPREGADOS	QUANTIDADE
<u>EDIFÍCIO SEDE</u> SUBSOLO	25
<u>EDIFÍCIO ANEXO</u> ELEVADOR DE SERVIÇO	02
JARDIM	02
TOTAL	29

Empresa: **EBRAS EMPRESA DE CONSERVAÇÃO LTDA**

Contrato n.º 051/2010-MT

LOCALIZAÇÃO DOS EMPREGADOS	QUANTIDADE
<u>EDIFÍCIO SEDE</u> SUBSOLO	25
<u>EDIFÍCIO ANEXO</u> ELEVADOR DE SERVIÇO	02
JARDIM	02
TOTAL	29

Empresa: **AGROSERVICE SEGURANÇA LTDA**

Contrato n.º 022/2007-MT

LOCALIZAÇÃO DOS EMPREGADOS	QUANTIDADE
<u>EDIFÍCIO SEDE</u> TÉRREO/PORTARIA PRIVATIVA	06
6.º ANDAR	06
5.º ANDAR	06
<u>EDIFÍCIO ANEXO</u> SUBSOLO	06
TERREO/PORTARIA	12
1.º ANDAR	02
2.º ANDAR	02
3.º ANDAR	02
4.º ANDAR	02
RONDA NA EDIFICAÇÃO	02
	02
<u>SGON Q. 1 LOTES 180/210</u> TÉRREO	04
<u>SGON Q. 2 LOTES 170/180</u> TÉRREO	04
TOTAL	54

Empresa: **AGROSERVICE EMPREITEIRA AGRÍCOLA LTDA**

Contrato n.º 049/2009-MT

LOCALIZAÇÃO DOS EMPREGADOS	QUANTIDADE
<u>ED. ANEXO</u> SUBSOLO	20
TÉRREO/LESTE	03
TÉRREO/OESTE	03
TÉRREO/PORTARIA	02
1.º ANDAR LESTE	04
1.º ANDAR OESTE	03
2.º ANDAR LESTE	03
2.º ANDAR OESTE	03
3.º ANDAR LESTE	03
3.º ANDAR OESTE	03

4.º ANDAR LESTE	03
4.º ANDAR OESTE	03
<u>ED. DNIT</u> BIBLIOTECA/PASSE LIVRE/GRUPO EXECUTIVO	05
<u>SGON Q. 1 LOTES 180/210</u> TÉRREO	02
<u>SGON Q. 2 LOTES 170/180</u> TÉRREO	02
TOTAL	62

5.6. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Não existe no momento indicadores desenvolvidos para a área de pessoal, mas apenas pontos específicos de indicadores gerenciais. Dentre os indicadores constantes na Portaria 277, de 07/12/2010, existem, na CGRH, apenas o Absenteísmo, Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais, Educação Continuada e Desempenho Funcional.

5.6.1. Absenteísmo, Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

No decorrer do exercício de 2010 não foi registrado nenhum acidente de trabalho no âmbito do Ministério dos Transportes.

Em relação às doenças ocupacionais, foram registrados pelo Serviço de Assistência Médico Social deste Ministério 17 casos de doenças ocupacionais e, de acordo com o quadro estatístico abaixo, ocorreram 477 casos de licenças médicas homologadas.

ESTATÍSTICA ANUAL - SAMS

ANO 2010

APOIO

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS							
PROCESSOS			EXPEDIENTES				
ENTRADA	SAÍDA		ENTRADA	SAÍDA	OUTROS	TOTAL	
953	899		89	244	20	2205	
RECEPÇÃO (ENCAMINHAMENTOS)							
Médicos	Psicólogos		Enfermagem	ODONTO	OUTROS SETORES	TOTAL	
1349	1219		3375	979	0	6922	
ÁREA MÉDICA E PARAMÉDICA							
ATENDIMENTO	MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES			MC	FIRMA	ESTAGIÁRIOS	TOTAIS
	SERVIDOR	APOSENTADO	DEPEND.				
Dr. Frederico	247	6	8	1	48	12	322
Drª. Eva	522	8	24	43	312	118	1027

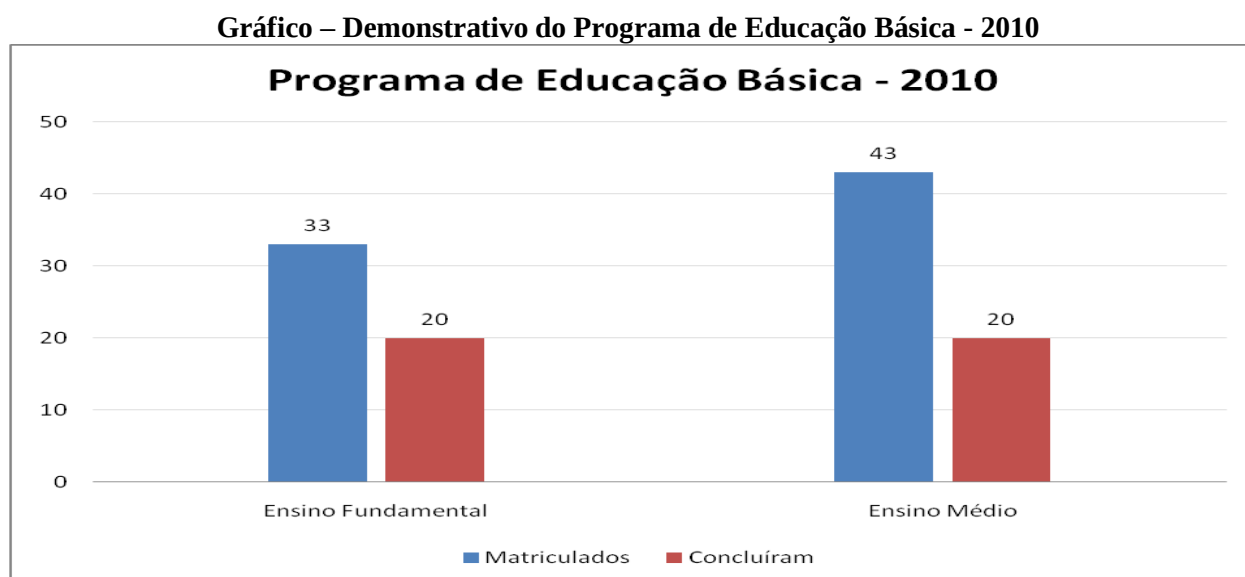
PSICOLOGIA							
Drª. Mariana	378	44	118	0	81	4	625
Drª. Viviane	131	0	36	1	60	2	230
Drª. Neusa	233	0	66	0	65	0	364
ENFERMAGEM	2219	29	44	177	793	113	3375
ODONTOLOGIA							
Dr. João Carlos	303	5	80	0	30	6	424
Drª. Hiana	341	2	37	0	2	0	382
Drª. Maria Alice	117	3	36	0	16	1	173
TOTAL DE ATENDIMENTOS	4491	97	449	222	1407	256	6922
JUNTA MÉDICA - PERÍCIA							
PROCESSOS RECEBIDOS							
PENSÃO							569
APOSENTADORIA							1
REVISÃO DE APOSENTADORIA							290
INCLUSÃO DE DEPENDENTE							48
OUTROS							45
TOTAL							953
PROCESSOS EXPEDIDOS							
APOSENTADORIA							1
REVISÃO DE APOSENTADORIA							83
INCLUSÃO DE DEPENDENTE							39
PENSÃO			CONCEDIDAS			303	
PENSÃO			NÃO CONCEDIDAS			93	
OUTROS							380
TOTAL							899
LICENÇAS HOMOLOGADAS							
LICENÇAS MÉDICAS - LOCAIS							435
LICENÇAS MÉDICAS - DRS							42
TOTAL							477
TOTAL DE ATENDIMENTOS							2329
EXAMES ADMISSIONAIS							
REALIZADOS NO SAMS							134
HOMOLOGADOS NO SAMS							149
TOTAL							283
TOTAL GERAL DE ATENDIMENTOS DO SAMS							18.661

Fonte: Serviço de Assistência Médico-Social - SAMS

5.6.2. Educação Continuada

O Programa de Educação Básica desenvolvido na Divisão de Treinamento e Capacitação – DITC, da Coordenação de Administração de Pessoal Ativo – COAD, da CGRH, visa a valorizar os servidores deste Ministério, no sentido de resgatar o seu direito à cidadania, propiciando-os o acesso à certificação do Ensino Fundamental e Médio.

No exercício de 2010, para o Ensino Fundamental foram matriculados 33 (trinta e três) alunos, sendo que 20 (vinte) deles continuaram freqüentando as aulas, tendo em vista que, para este segmento, as provas do ENCEJA (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos) foram realizadas no dia 12 de dezembro de 2010. Já para o Ensino Médio, foram matriculados 43 (quarenta e três) alunos e tiveram frequência até o final das aulas, 20 (vinte) deles, pois as provas do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) para este segmento, foram realizadas nos dias 5 e 6 de novembro de 2010.



Fonte: COAD – Coordenação de Administração de Pessoal Ativo

5.6.3. Desempenho Funcional

Com a edição da Portaria/MT nº. 256, de 6 de outubro de 2010, publicada no DOU de 7 de outubro de 2010, foram estabelecidos os critérios e os procedimentos específicos do primeiro ciclo das avaliações de desempenho individual e institucional, destinados ao pagamento da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – GDPGPE, instituída pela Lei nº 11.357/2006, alterações posteriores, e regulamentada pelo Decreto nº 7.133/2010.

As rotinas prescritas na Portaria foram cumpridas pela Coordenação de Recursos Humanos e o contingente avaliado totalizou 910 (novecentos e dez) servidores que, além da pontuação individual aferida pelas respectivas chefias imediatas, receberam 80 (oitenta) pontos a título de desempenho institucional.

Os efeitos financeiros foram implementados na folha de pagamento de novembro/2010, inclusive com o lançamento das parcelas atrasadas referentes ao período de janeiro/2010 a outubro/2010. Os atrasados do ano de 2009 serão calculados, registrados no Módulo de Exercícios Anteriores e pagos conforme cronograma, ainda a ser determinado pelo Ministério do Planejamento.

Vale ressaltar que os resultados das avaliações já foram homologados pelo Coordenador-Geral de Recursos Humanos e todos os servidores, com o direito garantido no Decreto nº. 7.133/2010, especialmente nos artigos 13 e 14, tiveram suas avaliações aferidas e indenizadas.

6. Informações sobre as Transferências Mediante Convênio, Contrato de Repasse, Termo de Parceria, Termo de Cooperação, Termo de Compromisso ou Outros Acordos, Ajustes ou Instrumentos Congêneres

Não ocorreu no período.

7. Declaração atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010

Verificar anexo I deste Relatório de Gestão.

8. Informações sobre o Cumprimento das Obrigações Estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, Relacionadas à Entrega e ao Tratamento das Declarações de Bens e Rendas

Verificar anexo II deste Relatório de Gestão.

9. Informações sobre o Funcionamento do Sistema de Controle Interno

9.1. Estrutura de Controles Internos

Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X*
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			X		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	

20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Considerações gerais: Foram reunidas autoridades que participam da gestão estratégica da unidade. Em decorrência da subjetividade da avaliação conceitual, o resultado obtido reflete o consenso da discussão de cada item.					
*O Ministério dos Transportes adota o Código de Ética da Administração Pública.					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. Informações Quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens, Contratação de Serviços ou Obras, Tendo Como Referência o Decreto nº 5.940/2006 e a Instrução Normativa nº 1/2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

10.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? Não mensuração deste item.					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? Sim.					X
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.	X				
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? As campanhas foram realizadas por meio de capacitação de servidores e terceirizados, além de cartazes informativos fixados nos sanitários e entradas de elevadores.					X
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? As campanhas de conscientização envolveram capacitação de servidores e terceirizados da área de coleta seletiva bem como exposição realizada em novembro de 2010 sobre gestão ambiental nos empreendimentos de transportes, com a participação das entidades vinculadas.					X
Considerações Gerais: O questionário foi respondido pela CGRL e pela COPEMA, área que desenvolve atividades ligadas ao Meio Ambiente e subordinada à Secretaria Executiva.					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

As providências relativas ao presente demonstrativo estão prejudicadas, uma vez que se aguarda orientações da Consultoria Jurídica do Ministério dos Transportes quanto a inclusão das respectivas determinações. Por se tratar de assunto complexo e as exigências deverão constar nas minutas dos editais e contrato, a Consultoria Jurídica solicitou manifestação da AGU através do Parecer nº 61-2010/AGU/MT/CONJUR/CGTA, de 09 de março de 2010, sem que se tenha recebido qualquer manifestação daquela Advocacia Geral da União. Tão logo esta unidade tomar conhecimento das formas da aplicação, devidamente orientadas pela CONJUR/MT adotará as providências no sentido de observar de forma consciente as determinações inerentes ao Quadro.

11. Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário da UJ Classificado como “Bens de Uso Especial” de Propriedade da União ou Locado de Terceiros

11.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	DISTRITO FEDERAL		
	Plano Piloto	04	04
	BELEM		
	Centro	05	05
Subtotal Brasil		09	09
EXTERIOR	PAÍS 1		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		09	09

Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
39004	9701.21374.500-5	3	3	386.040,00	Não	Não	-	-
39004	9701.21377.500-1	3	3	829.185,72	Não	Não	-	-
39004	9701.21381.500-3	3	3	66.072,93	Não	Não	-	-
39004	9701.21382.500-9	3	3	282.841.289,81	Não	Não	-	-
39004	0427.00536.500-4	3	3	33.442,79	Não	Não	-	-
39004	0427.00537.500-0	3	3	65.272,47	Não	Não	-	-
39004	0427.00538.500-5	3	3	33.442,79	Não	Não	-	-
39004	0427.00539.500-0	3	3	39.430,47	Não	Não	-	-
39004	0427.00732.500-0	3	3	68.703,25	Não	Não	-	-
Total							-	-

O Ministério dos Transportes está ultimando projetos para construir edificação no lote 09 da quadra 05 no SGON/DF para seu uso (arquivo/depósito).

Há uma ação judicial de reintegração de posse pela União para a desocupação de ponte da edificação situada nos lotes 180/190/200/210 – quadra 1 - SGON/DF.

Não há bem móvel fora do patrimônio.

12. Informações sobre a Gestão da Tecnologia da Informação

12.1. Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.12.1 – GESTÃO DE TI DA UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.	X				
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	X				
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.				X	
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Servidores = 43 ⁽¹⁾ Terceiros = 51 ⁽²⁾				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.				X	
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.			X		
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				X	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		X			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	100%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			X		
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais: Os quesitos referentes ao Planejamento foram respondidos diretamente pela Secretaria Executiva. Os demais quesitos referentes aos processos de consulta aos Recursos Humanos de TI, Segurança da Informação, Desenvolvimento e Produção de Sistemas e Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI foram respondidos mediante consulta a Coordenação Geral de Modernização e Informática do Ministério.					

OBSERVAÇÕES:

⁽¹⁾ O total de Servidores na CGMI (43) está estratificado da seguinte forma:

Alocados na TI = 21

Alocados na Organização e Modernização Administrativa = 19

Alocados no Apoio Administrativo = 3

⁽²⁾ No total de Terceirizados na CGMI (51) deve se considerar uma variação, no período, de 10 profissionais, tendo em vista as características do contrato para a realização dos serviços de manutenção de sistemas e sítios do Ministério onde a contraprestação dos serviços se dá por entregáveis (produtos realizados) de acordo com as orientações emanadas na Instrução Normativa nº 04/2010/SLTI/MPOG.

13. Informações sobre a Utilização de Cartões de Pagamento do Governo Federal, observando-se as disposições dos Decretos n°s 5.355/2005 e 6.370/2008

Quadro A.13.1 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Código da UG 1: 390004		Limite de Utilização da UG: 120.000,00			
Portador	CPF	Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Adoniro Judson Barroso	084556001-87	30.000,00	5.510,00	21.523,50	27.033,50
Maria Ivanildes G. da Mota	226.313131-00	18.000,00	2.308,00	9.134,12	11.442,12
José Maria da Cunha	114.366461-20	8.000,00	0	576,84	576,84
Rubens Cavalcante da Silva	324852471-53	10.000,00	1.120,00	6.432,83	7.552,83
Lea Carvalho da Silva	484222587-49	10.000,00	0	2.223,10	2.223,10
Terezinha Vieira Firmino	153332721-15	10.000,00	0	3.522,35	3.522,35
Total utilizado pela UG			8.938,00	43.412,74	52.350,74

Quadro A.13.2 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (série Histórica)

Exercício	Saque		Fatura		Total
	Quantidade	Valor (a)	Quantidade	Valor (b)	(a+b)
2009	18	7.037,00	55	31.078,48	38.115,48
2010	32	8.938,00	131	43.412,74	52.305,74

14. Informações sobre as Renúncias Tributárias

Não ocorreu no período.

15. Informações Sobre as Providências Adotadas para atender às Deliberações Exaradas em Acórdãos do TCU ou em Relatórios de Auditoria do Órgão de Controle Interno

15.1. Deliberações do TCU atendidas no Exercício

No que diz respeito à SAAD, temos a informar:

Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos					8956
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	019.441/2007-7	22/2010	1.5	DE	Ofício Nº43/2010-TCU/SECEX-1 de 04.02.2010
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos					8956
Descrição da Deliberação:					
1.5. Determinar: 1.5.1. à Subsecretaria de Assuntos Administrativos que: 1.5.1.1. abstenha-se de adotar dispensa de licitação prevista no inciso IV do art. 24 da Lei 8.666/93, em decorrência de falta de planejamento ou desídia dos departamentos encarregados pelo andamento do processo, apurando as causas e a eventual responsabilidade administrativa quanto às falhas apontadas; 1.5.1.2. abstenha-se de promover a aquisição de bens ou serviços sem cobertura contratual, caracterizando a existência de contrato verbal, por contrariar o disposto no parágrafo único do art. 60 da Lei nº 8.666/93; 1.5.1.3. reúna elementos suficientes para comprovar a singularidade para a prestação dos serviços, ao compor o processo de contratação por inexigibilidade, apresentando comparativo entre as características de empresas do ramo de forma a deixar clara a questão da natureza singular dos serviços prestados, permitindo o controle necessário nos casos em que não se verifica a inviabilidade de competição por exclusividade de fornecedor;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos					8956
Síntese da providência adotada:					
Acatada a determinação, e encaminhado a CGRL, por meio do Memorando nº 121/2010/SAAD/SE/MT, de 02.03.2010, para o cumprimento dos subitens 1.5.1.1, 1.5.1.2 e 1.5.1.3 do citado Acórdão.					
Síntese dos resultados obtidos					
Foi encaminhado Ofício nº 40/2010-SAAD/SE/MT, de 02/03/2010 a 1ª SECEX/TCU, com as providências adotadas por este Ministério..					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos					8956
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	027.946/2007-5	477/2010	9.2	DE	Aviso nº 280-Seges-TCU-Plenário, de 17.03.2010
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos					8956
Descrição da Deliberação:					
9.2. com fulcro no art. 71, inciso IX e §§ 1º e 2º, da Constituição Federal c/c o art. 45 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 e com o art. 250, inciso II, do RITCU, determinar à Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério dos Transportes (SAAD/MT) que, no prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação, aplique os exatos termos do Contrato nº 19/2005 conforme o art. 3º da Lei nº 8.666/93, adotando as seguintes providências: (...) 9.2.5. retire, das planilhas de custo e formação de preços da contratada, a parcela referente à infra-estrutura a partir de 18/4/2006; 9.2.6. efetue, desde já, os pagamentos conforme as planilhas de custo e formação de preços corrigidas pelos itens 9.2.1 a 9.2.5 supra; 9.2.7. recalcule, conforme as planilhas de custo e formação de preços corrigidas segundo os parâmetros mencionados nos itens 9.2.1 a 9.2.5, todos os pagamentos realizados anteriormente, efetuando a glosa dos valores pagos indevidamente nas próximas faturas; 9.2.8. torne nulo o ato assinado em 31/7/2007 pelo Subsecretário de Assuntos Administrativos, mediante o qual fora autorizada despesa referente ao pagamento, retroativo a 1/5/2005, da repactuação do Contrato nº 19/2005, ressalvada a possibilidade de elaboração de novo ato que reconheça, como marco inicial para a incidência dos efeitos da repactuação de preços, a data de 1/5/2006, primeira data-base ocorrida após a celebração do Terceiro Termo Aditivo;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos					8956
Síntese da providência adotada:					
Acatada a decisão, e encaminhado o Despacho nº 62/2010/SAAD/SE/MT, de 01/04/2010, a Coordenação Geral de Recursos Logísticos – CGRL/MT, para o cumprimento do Acórdão.					
Síntese dos resultados obtidos					
Foram tomadas todas as providências cabíveis, em relação aos itens citado no Acórdão.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos					8956
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	012.803/2007-6	4739/2010	9.1	DE	Aviso nº 116-Seses-TCU- 1ª Câmara de 27.07.2010
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos					8956
Descrição da Deliberação:					
9.1. considerar legais e ordenar o registro dos atos de pensão civil, instituídos por Artur Pires Pereira (fls. 07/09); Augusto Ube Ribeiro (fls. 11/14); Ciro Batista Coutinho (fls. 15/20), Claudemiro José Rodrigues (fls. 21/24), Edvaldo Barbosa de Lima Nunes (fls. 25/28), Gonçalo Modesto da Silva (fls. 29/33), Helio Nazaré de Jesus Paiva (fls. 34/37), João Félix Pereira (fls. 38/42), Manoel Gonçalves (fls. 43/46), Raimundo Rodrigues de Andrade (fls. 51/55) e Valdemar Pires Chagas (fls. 56/59); 9.2. com fulcro no art. 6º, § 2º, da Resolução TCU nº 206/2007 considerar legais e ordenar o registro dos atos de pensão civil, instituídos por Ângelo Nicolaci Neto (fls. 02/06) e por Raimundo de Paiva Ramos (fls. 47/50), uma vez que as irregularidades atinentes ao pagamento integral das rubricas de GDATA e VPI, em pensões de proventos proporcionais, verificados naqueles atos, não subsistem nas correspondentes fichas financeiras atuais; 9.3. enviar ao órgão de origem cópia da presente deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam; 9.4. arquivar os presentes autos					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos					8956
Síntese da providência adotada:					
Acatada a decisão e encaminhado Despacho S/Nº/SAAD/SE/MT, de 26/08/2010 a Coordenação Geral de Recursos Humanos – CGRH/MT, para o cumprimento do citado Acórdão.					
Síntese dos resultados obtidos					
Foram tomadas todas as providências cabíveis, em relação aos itens citado no Acórdão.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Ministério dos Transportes					002846
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	023.627/2007-5	2132/2010	9.1	DE	Ofício 478/2010-TCU/SEFTI
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					002846
Descrição da Deliberação:					
9.1. com fundamento no art. 45 da Lei nº 8.443/1992, c/c art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, determinar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por intermédio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST, que: 9.1.1. expeça orientação formal às empresas estatais a fim de que: 9.1.1.1. no prazo de 6 (seis) meses, efetuem levantamento no intuito de identificar e regulamentar, em todos os níveis de negócio, mediante análise criteriosa de suas rotinas e procedimentos, as atividades passíveis terceirização, de modo a separá-las de acordo com sua natureza (v.g. conservação, limpeza, segurança, informática, assessoramento, consultoria, e outras), em consonância com as disposições do Decreto nº 2.271/1997 e da Súmula TST nº 331; 9.1.1.2. no prazo de 2 (dois) meses, contado a partir do cumprimento da medida descrita no subitem anterior, confrontem os objetos de todos os contratos de prestação de serviços terceirizados em andamento com as atividades identificadas a partir do levantamento acima, e identifiquem o número de trabalhadores terceirizados que se enquadrem em alguma das seguintes situações irregulares: ocupação de atividades inerentes às categorias funcionais previstas no plano de cargos da empresa; exercício de atividade-meio e presença de relação de subordinação direta e pessoalidade; e exercício de atividade-fim; e 9.1.1.3. no prazo de 4 (meses), contado a partir do cumprimento da medida descrita no subitem anterior, remetam ao DEST plano detalhado para substituição, num prazo de 5 (cinco) anos, de todos os trabalhadores que se enquadrem nas situações relatadas no subitem acima por empregados concursados, em atenção ao art. 37, inciso II, da Constituição Federal, o qual deverá contemplar cronograma informativo sobre o número e o percentual de substituições previstas em cada ano; 9.1.2. consolide os planos apresentados pelas empresas estatais em decorrência da medida indicada no subitem 9.1.1.3 retro e encaminhe o resultado desse trabalho a este Tribunal, para apreciação, à semelhança do ocorrido no Acórdão nº 1.520/2006-Plenário - relativo à terceirização no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional; 9.2. remeter cópia do relatório de auditoria do BNDES à 5ª Secex, para que o examine em conjunto e confronto com as próximas contas do Banco, bem como avalie a conveniência e oportunidade de promover audiências dos gestores em razão da irregularidade concernente ao provimento de funções de confiança a agentes estranhos aos quadros da estatal, sem vínculo com órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta, em desacordo com o art. 37, inciso V, da Constituição Federal, e com os itens 3.1.2 e 3.1.4 do Regulamento Geral de Pessoal do Plano Estratégico de Cargos e Salários - PECS; 9.3. determinar à Controladoria-Geral da União, em atenção ao art. 74, incisos II e IV, da Constituição Federal, que faça constar das prestações de contas anuais das empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como de suas subsidiárias e controladas, observações sobre o cumprimento do cronograma para substituição de trabalhadores terceirizados por servidores concursados a que se refere o subitem 9.1.3 retro; 9.4. com fundamento no art. 243 do Regimento Interno do TCU, determinar à Segecex que adote as medidas					

necessárias ao monitoramento do cumprimento das determinações contidas no subitem 9.1;	
9.5. dar ciência deste acórdão, acompanhado do voto e do relatório que o fundamentam, aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; aos Ministros de Estado; ao Procurador-Geral da República; ao Procurador-Geral do Ministério Público do Trabalho; ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho; ao Diretor do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST; e ao Controlador-Geral da União;	
9.6. arquivar o presente processo	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos	8956
Síntese da providência adotada:	
Acatada a determinação, e encaminhado o Memorando nº 586/2010/SAAD/SE/MT, de 13/09/2010, a Coordenação Geral de Recursos Humanos – CGRH/MT, para ciência do citado Acórdão.	
Síntese dos resultados obtidos	
Foram tomadas todas as providências cabíveis, em relação aos itens citado no Acórdão.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos					8956
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	027.973/2007-2	2125/2010	9.1	DE/RE	Ofício Nº 478/2010-TCU/SECEX-1, de 08/09/2010
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos					8956
Descrição da Deliberação:					
9.1. com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei nº 8.443/1992, conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, de modo a tornar insubsistente o subitem 9.2.6 do Acórdão nº 1.827/2008-TCU-Plenário, mantendo-se inalterados os demais subitens do referido decisum;					
9.2. dar ciência desta deliberação, bem como do relatório e voto que a fundamentam, ao recorrente e ao Ministério dos Transportes;					
9.3. arquivar os presentes autos					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos					8956
Síntese da providência adotada:					
Acatada a determinação, e encaminhado Despacho S/Nº/SAAD/SE/MT, de 13/09/2010, as Coordenações Gerais de Recursos Humanos – CGRH/MT e Recursos Logísticos, para o conhecimento e providências pertinentes do citado Acórdão.					
Síntese dos resultados obtidos					

Foram encaminhadas as áreas competentes para as devidas providências cabíveis, em relação aos itens citados no Acórdão.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos					8956
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	021.080/2010-0	1827/2008		DE/RE	Ofício 936/2010-TCU/SECEX-1, 9/11/2010
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos					8956
Descrição da Deliberação:					
9.1. conhecer da presente Representação, uma vez satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no artigo 237, inciso VII e § único, do RITCU c/c artigo 132, inciso VII, da Resolução TCU nº 191/2006, e artigo 113, § 1º, da Lei nº 8.666/93, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente; 9.2. com fulcro no art. 71, inciso IX e §§ 1º e 2º, da Constituição Federal c/c art. 45 da Lei nº 8.443/92 e com o art. 250, inciso II, do RITCU, determinar à Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério dos Transportes (SAAD/MT) que, no prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação, aplique os exatos termos do Contrato nº 20/2005 conforme o art. 3º da Lei nº 8.666/93, adotando as seguintes providências: 9.2.1. efetue a glosa, nas próximas faturas, dos valores pagos indevidamente, no âmbito Contrato nº 20/2005, em razão de cobranças de horas não trabalhadas constantes das faturas emitidas desde o início do contrato até maio de 2007, que, conforme levantamento realizado pelo próprio órgão, totaliza uma diferença no valor de R\$ 105.081,68 (cento e cinco mil, oitenta e um reais e sessenta e oito centavos); 9.2.2. reduza para 8% e 4%, nas planilhas de custo e formação de preços da contratada, os percentuais das parcelas referentes ao FGTS e às Rescisões sem justa causa, respectivamente, a partir de 1/1/2007, haja vista o término da vigência do § 2º do art. 2º da Lei Complementar nº 110/2001; 9.2.3. efetue, desde já, os pagamentos conforme as planilhas de custo e formação de preços corrigidas pelo subitem 9.2.2 supra; 9.2.4. recalcule, conforme as planilhas de custo e formação de preços corrigidas segundo os parâmetros mencionados no item 9.2.1, todos os pagamentos realizados anteriormente, efetuando a glosa dos valores pagos indevidamente nas próximas faturas; 9.2.5. adote as mesmas medidas constantes dos subitens 9.2.2 a 9.2.4 supra em relação aos demais contratos de prestação de serviços contínuos firmados no âmbito do Ministério dos Transportes; 9.2.6. torne nulo o ato assinado em 2/8/2007 pelo Subsecretário de Assuntos Administrativos, mediante o qual fora autorizada despesa referente ao pagamento, retroativo a 1/5/2005, da repactuação do Contrato nº 20/2005, ressalvada a possibilidade de elaboração de novo ato que reconheça, como marco inicial para a incidência dos efeitos da repactuação de preços, a data de 1/5/2006, primeira data-base ocorrida após a celebração do Terceiro Termo Aditivo; 9.2.7. compare as planilhas de custos e formação de preços fornecidas pela contratada no momento da apresentação da proposta e do requerimento de repactuação, com vistas a verificar se ocorreu ou não a efetiva repercussão dos eventos majoradores nos custos do pactuado originalmente; 9.2.8. envide esforços no sentido de, sem prejudicar a adequada relação econômico-financeira do contrato, reduzir custos para a atividade administrativa, certificando-se de que os preços caso aprovada a repactuação encontram-se de acordo com os valores de mercado de modo a verificar se a contratação continua vantajosa para a Administração; 9.3. determinar, ainda, à Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério dos Transportes (SAAD/MT) que: 9.3.1. apresente a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação, os valores pagos e a forma de cálculo, demonstrando o método de quantificação dos valores e a comprovação da glosa referente a cada					

irregularidade apontada;	
9.3.2. efetue a revisão de todos seus contratos de prestação de serviços contínuos quanto às alíquotas cobradas à título de FGTS e rescisões sem justa causa nas planilhas de custo e formação de preços;	
9.4. recomendar à Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério dos Transportes (SAAD/MT) que, em seus editais de licitação e/ou minutas de contrato referentes à prestação de serviços executados de forma contínua, deixe claro o prazo dentro do qual poderá o contratado exercer, perante a Administração, seu direito à repactuação contratual, qual seja, da data da homologação da convenção ou acordo coletivo que fixar o novo salário normativo da categoria profissional abrangida pelo contrato administrativo a ser repactuado até a data da prorrogação contratual subsequente, sendo que se não o fizer de forma tempestiva e, por via de consequência, prorrogar o contrato sem pleitear a respectiva repactuação, ocorrerá a preclusão do seu direito a repactuar;	
9.5. recomendar à Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério dos Transportes (SAAD/MT) que, em seus editais de licitação e/ou minutas de contrato referentes à prestação de serviços executados de forma contínua, deixe claro a data de referência que servirá para a contagem do interregno de 1 (um) ano para a primeira repactuação, data esta que, em regra, será a data base da categoria envolvida;	
9.6. determinar à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MP) que, ao prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação, oriente a Administração Pública na gestão dos seus contratos, considerando as determinações e a recomendação contidas no presente Acórdão;	
9.7. dar ciência da decisão que vier a ser proferida, bem como do Relatório e Voto que a fundamentarem, à Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério dos Transportes (SAAD/MT), à empresa Poliedro Informática, Consultoria e Serviços Ltda. e à Advocacia-Geral da União.	
Providências Adotadas	
Sector responsável pela implementação	Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos	8956
Síntese da providência adotada:	
Acatada a determinação/recomendação, e encaminhado Despacho S/Nº/SAAD/SE/MT, de 16.11.2010, à Coordenação Geral de Recursos Logísticos – CGRL/MT, para o cumprimento do citado Acórdão.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

No que diz respeito à **CGRL**, temos a informar:

Não foram exarados acórdãos do TCU para esta Unidade.

No que diz respeito à **CGRH**, temos a informar:

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 020.838/2009-2	6455/2009 – 2ª Câmara	1	DE	15372 – TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação:					
Encaminhar no prazo de 60 (sessenta) dias novo ato de pensão civil.					

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas – COAP	14304
Síntese da providência adotada:	
Encaminhado ato nº 10001506-05-2010-000059-4.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC 003.475/2009-0	5017/2009 – 2º Câmara	1.5	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação:					
Encaminhar cópia da certidão de casamento ou cópia da designação por parte do instituidor da pensão, bem como documentos que comprovem que o casal mantinha de fato união estável até a data do óbito do servidor.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas – COAP					14304
Síntese da providência adotada:					
Encaminhamento da certidão de casamento.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	TC 020.840/2009-0	512/2010 – 2º Câmara	1.5.1	DE	

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação		Código SIORG
Ministério dos Transportes		2846
Descrição da Deliberação:		
Encaminhar.no prazo de sessenta dias por intermédio do Sisac novos atos de pensão civil.		
Providências Adotadas		
Setor responsável pela implementação		Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas – COAP		14304
Síntese da providência adotada:		
Alterado o tempo de serviço de 30 para 36 anos de Arnaldo Garcia da Silva. Alterado o fundamento da aposentadoria de Augusto de Barros de integral para proporcional. Alterada a aposentadoria de Bernardo Inthurn de invalidez com proventos proporcionais para invalidez com proventos integrais.		
Síntese dos resultados obtidos		
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor		

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	TC 024.172/2006-0	933/2010 – 1º Câmara	9.3	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação:					
Fazer cessar no prazo de 15 (quinze) dias todo e qualquer pagamento decorrente do ato impugnado.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas – COAP					14304
Síntese da providência adotada:					
Cancelado o pagamento de pensão de Luis Felipe Alo Medeiros Moraes.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	TC 027.987/2007-8		1	DE	Ofício Sefip-D/456
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação:					
Encaminhar ao TCU, no prazo de 30 dias, a contar do recebimento do Ofício, esclarecimentos e documentos relacionados abaixo: Laudo de junta médica atual confirmando a invalidez do pensionista Orlando da Matta Lobato Neto.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas – COAP					14304
Síntese da providência adotada:					
Encaminhado por meio do Ofício nº 5579/2010-CGRH/SAAD/SE/MT, Laudo de junta médica confirmando a invalidez do pensionista.e esclarecimento sobre a concessão da pensão ao interessado.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	TC 029.576/2007-1		1	DE	Ofício SEFIP-D/699
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação:					
Encaminhar ao TCU, no prazo de 15 dias a contar do recebimento do Ofício, esclarecimentos e documentos referente à pensão civil concedida a Laurinha dos Passos Maia.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas – COAP					14304
Síntese da providência adotada:					
Encaminhado o Ofício nº 5491/2010-CGRH/SAAD/SE/MT, constando os esclarecimentos solicitados.					

Síntese dos resultados obtidos
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	TC 012.803/2007-6	4.739/2010 – 1ª Câmara		DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação:					
Encaminha Acórdão nº 4.739/2010 – 1ª Câmara, que considerou legal aposentadoria dos servidores nele especificado, para conhecimento e anotações nas respectivas pastas funcionais.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas – COAP					14304
Síntese da providência adotada:					
Foram feitas as devidas anotações nos assentamentos dos servidores e arquivados os processos.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	TC 013.365/2007-6	3.813/2010 1ª Câmara	1.5	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação:					
Determinar a inclusão das beneficiárias (Joana D'arc de Lucena e Tatiana Cássia de Lucena)					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código

	SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas – COAP	14304
Síntese da providência adotada:	
Inclusão das beneficiárias	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9	TC 019.379/2010-2			DE	Ofício nº SEFIP-D/666
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação:					
Encaminhar ao TCU, no prazo de 30 dias, a contar do recebimento do Ofício, esclarecimentos e/ou documentos referente à pensão civil concedida a Alzira da Silva França..					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas – COAP					14304
Síntese da providência adotada:					
Encaminhado o Ofício nº 5090/2010-CGRH/SAAD/SE/MT, com os esclarecimentos e documentos solicitados.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	TC 016.784/2007-7	3.370/2010 – 1ª Câmara	1.5	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação:					
Determinar a alteração de cadastro de pensão civil					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas – COAP					14304
Síntese da providência adotada:					
Cadastro alterado					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	TC 003.706/2004-9	2.203/2004 – 2ª Câmara		DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação:					
Determinar a reativação da pensão nos termos da liminar em Mandado de Segurança concedida pelo STF					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas – COAP					14304
Síntese da providência adotada:					
Reativada a pensão nos termos da liminar do Mandado de Segurança nº 25.403, concedida pelo STF					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	TC 002.432/2010-2	2.877/2010 – 2ª Câmara		DE	Controle nº 19939-TCU/Stip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação:					
Determina ao Ministério dos Transportes que cadastre no SISAC ato de alteração de pensão em que figure como beneficiária do Sr. Gumerindo Antonio da Costa sua filha maior inválida Nair Santos Costa.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas – COAP					14304
Síntese da providência adotada:					
Encaminhado o Ofício nº 4045/2010-CGRH/SAAD/SE/MT, constando em anexo o ato de alteração de pensão em nome da Sra. NAIR SANTOS COSTA, cadastrado no SISAC com o nº 10001506-05-2010-000236-8.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
13	TC 022.143/2008-5	1.643/2010 – 1ª Câmara	1.5	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação:					
Determinar ao Ministério dos Transportes que providencie o encaminhamento de novos atos concessórios dos instituidores					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas – COAP					14304
Síntese da providência adotada:					
Encaminhado por meio do SISAC					

Síntese dos resultados obtidos
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
14	TC 003.462/2009-2	6.447/2009 – 2ª Câmara	1.5.1	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação:					
Determinar a correção do tempo de serviço do ex-servidor					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas – COAP					14304
Síntese da providência adotada:					
Corrigida a informação nos termos do acórdão do TCU					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
15	TC 020.328/2009-9	511/2010 – TCU 2ª Câmara		RE	Controle nº 16948-TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação:					
Encaminha cópia do Acórdão nº 511/2010-TCU - Segunda Câmara mediante o qual foram considerados legais e prejudicados, atos de pensões, para fins de registro.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código

	SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas – COAP	14304
Síntese da providência adotada:	
Por meio do Ofício nº 3095/2010-CGRH/SAAD/SE/MT, foi encaminhado novo ato corrigindo as deficiências apresentadas na aposentadoria do instituidor de pensão PINHEIRO RODRIGUES COIMBRA.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
16	TC 012.526/2010-0	4738/2010 - 2º Câmara		RE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação:					
Considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos beneficiários.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas – COAP					14304
Síntese da providência adotada:					
Arquivamento dos referidos processos.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
17	TC 031.791/2008-4			DE	Ofício nº Sefip-D/827
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG

Ministério dos Transportes	2846
Descrição da Deliberação:	
Esclarecer a condição de companheira da Sra. Esther de Souza Ramos, haja vista já existir outra beneficiária habilitada na condição de viúva. Comprovação da invalidez do beneficiários, Sr. Anilto José Regis.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas – COAP	14304
Síntese da providência adotada:	
Encaminhados documentos (comprovante de que o ex-servidor era dependente da referida pensionista para fins de plano de saúde na qualidade de companheiro da Sra. Esther de Souza Ramos) e cópia dos laudos e exames médicos do referido pensionista, assim como cópia do parecer emitido pelo Serviço de Assistência Médico-Social deste Ministério.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
18	TC 023.571/2010-1			DE	Ofício nº Sefip-D/753
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação:					
Encaminhar cópia da documentação comprobatória (especialmente quanto a invalidez e dependência econômica antes do óbito dos instituidores).					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas – COAP					14304
Síntese da providência adotada:					
Enviado cópia dos documentos requeridos pela Secretaria de Fiscalização de Pessoal, referente aos instituidores e pensionistas elencados nessa auditoria.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
19	TC 026.306/2008-0			DE	Ofício nº Sefip-D/827
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação:					
Encaminhar esclarecimentos ou documentos referentes aos instituidores de pensão Sr. Ary Gonçalves de Almeida e Sr. Miguel Fernandes dos Santos.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas – COAP					14304
Síntese da providência adotada:					
Enviadas as informações e documentos: Sr. Ary Gonçalves de Almeida (o longo período entre a data do óbito e da concessão da pensão se deve ao fato da beneficiária ter solicitado a pensão somente em 20/08/2002), documentos da aposentadoria do ex-servidor e informa que a aposentadoria do ex-servidor está fundamentada no art. 100, item III, combinado com o artigo 177, § 1º, todos da CF. Quanto ao Sr. Miguel Fernandes dos Santos, fora considerado inválido o beneficiário da pensão.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
20	TC 026.260/2009-4			DE	Ofício nº Sefip-D/847
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação:					
Referente à pensão instituída por Antonio Rosa Costa Borralho deverá ser encaminhada a cópia dos seguintes documentos: certidão de casamento, designação dos instituidor da pensão, conforme exigência do disposto na alínea “c”, do inciso I, do art. 217, da Lei nº 8.112/90 ou documentos que comprovem de forma cabal que o casal matinha de fato união estável até a data do óbito do servidor.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas –					14304

COAP	
Síntese da providência adotada:	
A CGRH ficou impossibilitada de encaminhar os documentos que comprovem de forma cabal que o casal matinha união estável até a data do óbito do servidor, uma vez que a beneficiária habilitou-se na condição de viúva do ex-servidor.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
21	TC 011.249/2009-4			DE	Ofício nº Sefip-D/906
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação:					
Prestar esclarecimentos ou enviar documentos quanto aos atos dos instituidores Sr. Honorato Muniz Falcão, Sr. Leonidio Martins e Sr. Macário Nascimento de Oliveira.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas – COAP					14304
Síntese da providência adotada:					
Foram enviados os seguintes documentos: Sr. Honorato Muniz Falcão (certidão do Serviço Médico-Social deste Órgão que comprova a invalidez da pensionista); Sr. Leonidio Martins (certidão do Serviço Médico-Social deste Órgão que comprova a invalidez do pensionista) e Sr. Macário Nascimento de Oliveira (certidão do Serviço Médico-Social deste Órgão que comprova a invalidez do pensionista).					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
22	TC 009.039/2009-0			DE	Ofício nº Sefip-D/876

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação		Código SIORG
Ministério dos Transportes		2846
Descrição da Deliberação:		
Informar data da invalidez do beneficiário Sr. Sebastião Gaspar de Oliveira e anexar a documentação probatória.		
Providências Adotadas		
Setor responsável pela implementação		Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas – COAP		14304
Síntese da providência adotada:		
Foi enviada documentação probatória constando laudo do Serviço Médico-Social deste Órgão que concluiu pela invalidez do pensionista.		
Síntese dos resultados obtidos		
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor		

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
23	TC 012.707-2010/4	4743/2010 – 2ª Câmara	1	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação:					
Considerou prejudicada a apreciação de mérito da pensão instituída por Marcirio Ceriaco da Penha. Devendo, este Órgão, no prazo de 60 (sessenta) dias, providenciar o encaminhamento de novo ato de pensão civil.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas – COAP					14304
Síntese da providência adotada:					
Este Órgão informa que preencheu corretamente o formulário de concessão, uma vez que o ato anterior foi enviado, via sistema SISACNET, à Secretaria Federal de Controle Interno sem nenhuma crítica do referido sistema, cabendo lembrar que é freqüente o corrompimento de dados por parte do sistema.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
24	TC 005.484/2009-9			DE	Ofício nº Sefip-D/853
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação:					
Provar a preexistência de invalidez dos beneficiários Nestor Pedro Filho, Romel Vicente Grandence da Silva e Ronilda Terezinha Prado, em relação ao óbito do instituidor.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas – COAP					14304
Síntese da providência adotada:					
Foram encaminhados documentos comprovando a invalidez dos três beneficiários à data do óbito do ex-servidor.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
25	TC 008.642/2009-3			DE	Ofício nº Sefip-D/878
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação:					
Informar a data de invalidez das beneficiárias, bem como enviar documentos que comprovem tal fato.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas – COAP					14304
Síntese da providência adotada:					
Foram encaminhados documentos que comprovam a invalidez dos beneficiários à data do óbito do ex-servidor.					
Síntese dos resultados obtidos					

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
26	TC 005.615/2009-2			DE	Ofício nº Sefip-D/922
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação:					
Enviar documentos que comprovem que a pensionista convivia com o instituidor à data do óbito.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas – COAP					14304
Síntese da providência adotada:					
Foram encaminhados documentos probatórios de que a companheira convivia com o ex-servidor à data do óbito.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
27	TC 001.841/2002-8	6072/2010 – 1º Câmara	9.1	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação:					
Determinar à CGRH – MT que corrija as falhas verificadas na disponibilização no sistema Sisac, dos atos de concessão de pensão civil indicados nos itens 9.1.1 e 9.1.2, do Acórdão nº 1629/2005 – 1º Câmara, dando prioridade aos dos instituidores Antônio Severo Filho e Severino Cardoso de Araújo.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG

Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas – COAP	14304
Síntese da providência adotada:	
Foram encaminhadas as devidas correções dos atos de pensão civil das beneficiárias dos referidos instituidores.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
28	TC 021.333/2007-7	7338/2010 – 1º Câmara	c	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação:					
Informar aos interessados dos instituidores Sr. Geraldo Rosa, Sr. João Evangelista Alves e Sr. Reginaldo de Souza que o pedido de concessão das pensões fora julgado ilegal.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas – COAP					14304
Síntese da providência adotada:					
Em atendimento à determinação do TCU foram excluídos da folha de pagamento deste Ministério os beneficiários dos instituidores acima mencionados.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
29	TC 0-016.177/2009-6	6325/2009 – 2º Câmara		DE	Ofício nº 1513-TCU-Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846

Descrição da Deliberação:	
Determinou que fosse emitido novos atos de aposentadorias excluindo as vantagens indevidamente recebidas pelos servidores, Heuser de Ávila Nascimento, Jeremias Luiz dos Santos, José Sabino de Brito e Rita de Cássia Furtado Monte, em razão da ilegalidade das referidas aposentadorias.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas – COAP	14304
Síntese da providência adotada:	
Encaminhado novo ato concessório de aposentadoria dos ex-servidores: Heuser de Ávila Nascimento, Jeremias Luiz dos Santos, José Sabino de Brito e Rita de Cássia Furtado Monte.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
30	TC 004.123/1996-4			DE	Ofício nº 11/2010-TCU/GAB-MIN-RC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação:					
Encaminhar cópia integral dos assentamentos funcionais do servidor.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas – COAP					14304
Síntese da providência adotada:					
Por meio do Ofício nº 1897/2010-SERCA/DIVAP/COAP/CGRH-MT, foi informado que o processo de aposentadoria do servidor foi encaminhado ao TCU, em junho de 2010, e outros dois processos encaminhados à SFC.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
31	TC 011.926/2009-8			DE	Ofício nº Sefip – D/548
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação:					
Solicita cópia de documentos comprobatórios de que o servidor já estava desvinculado dos cargos e declaração de não acumulação ilegal de cargos.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas – COAP					14304
Síntese da providência adotada:					
Encaminhado Ofício nº 5239/2010 – CGRH/SAAD/SE/MT, de 13/08/2010, informando que os servidores mencionados no Ofício acima descrito não integram o quadro de aposentados ou instituidores de pensões deste Ministério.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
32	TC 016.176/2009-9	6324/2009 – 2º Câmara	9.5	DE	Ofício nº 1873/2009-TCU-Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação:					
Encaminhar à Sefip comprovante da ciência dos interessados.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas – COAP					14304
Síntese da providência adotada:					
Encaminhado Ofício nº 4605/2010 – CGRH/SAAD/SE/MT, de 16/07/2010, informando que foi disponibilizado no Sisac novo ato concessório de aposentadoria dos servidores, excluindo as irregularidades verificadas e tornada					

sem efeito a aposentadoria da servidora Tânia Couto da Silva Lisa.
Síntese dos resultados obtidos
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
33	TC 016.177/2009-6	6325/2009 – 2º Câmara	9.5	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação:					
Fazer cessar no prazo de 15 (quinze) dias o pagamento das parcelas impugnadas, providenciar o lançamento de novo ato de aposentadoria.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas – COAP					14304
Síntese da providência adotada:					
Encaminhado ao TCU o processo nº 50000.038313/2003-60, por meio do despacho nº 2010-SERCA/DIVAP/COAP/CGRH-MT, esclarecendo sobre os acertos efetuados nos proventos da aposentadoria, e solicitando pronunciamento daquela Corte de Contas quanto a existência de dispositivo legal para embasar um eventual retorno da aposentada à atividade.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

No que diz respeito à **SPO**, temos a informar:

Não foram exarados acórdãos do TCU para esta Unidade.

No que diz respeito à **SEGES**, temos a informar:

Não foram exarados acórdãos do TCU para esta Unidade.

No que diz respeito à SFAT, temos a informar:

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:			Código SIORG		
Secretaria de Fomento para Ações de Transportes			74710		
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação expedida
1/5	008.557/2009-0	2471/2009	9.3.1	Determinação	Ofício nº 433/2010 – TCU/SECEX - RJ
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG		
Ministério dos Transportes			002846		
Descrição da Deliberação					
Enviar esforços no sentido de dotar o setor de análise de projetos do Departamento do Fundo da Marinha Mercante DEFMM dos meios necessários para o exercício de suas funções, preconizadas na Portaria MT nº 90/2005, em especial com relação a elaboração dos relatórios técnicos, a fim de subsidiar as deliberações do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante - CDFMM					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação			Código SIORG		
Secretaria de Fomento para Ações de Transportes e Departamento do Fundo da Marinha Mercante			74710, 74723		
Síntese da providência adotada					
No ano de 2010, dez Analistas de Infraestrutura e um Especialista em Infraestrutura Sênior somaram-se aos quatro Analistas de Infraestrutura que já trabalhavam no Departamento do Fundo da Marinha Mercante; todos esses profissionais estão incumbidos de analisar projetos e acompanhar o andamento das respectivas obras. Além disso, o DEFMM desenvolveu um novo modelo de parecer a ser submetido ao Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante, envolvendo manifestações mais objetivas e detalhadas a respeito dos projetos que pleiteiam apoio financeiro com recursos do FMM; o DEFMM passou a solicitar dos pleiteantes a apresentação de memórias de cálculos utilizados nos orçamentos dos respectivos projetos, visando à criação de um banco de dados de modo a obter parâmetros de maior abrangência. Não obstante, foi formada uma equipe de técnicos naquele Departamento, e desenvolvido o termo de referência do Sistema de Informações sobre a Indústria Naval (SISNAVAL) – a ser contratado –, que tem por objetivo obter, de forma centralizada, indicadores de valores de referência para análise de projetos de construção naval visando à maior segurança e à celeridade nas avaliações de concessão de prioridades de projetos.					
Síntese dos resultados obtidos					
O DEFMM solicitou a todos os pleiteantes de apoio financeiro do FMM cujos projetos ainda não haviam sido encaminhados ao CDFMM a apresentação de memórias de cálculos dos orçamentos dos respectivos projetos, adotando o novo modelo de parecer a ser direcionado ao CDFMM.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação expedida
2/5	008.557/2009-0	2471/2009	9.3.2	Determinação	Ofício nº 433/2010 – TCU/SECEX - RJ
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG		
Ministério dos Transportes			002846		
Descrição da Deliberação					
Adotar medidas, no prazo de 120 dias, visando a constituição de sistema de controle unificado, em relação a gestão dos recursos do Fundo de Marinha Mercante, de modo a garantir a exatidão das informações, em especial as relativas a situação de todos os projetos, desde o momento da concessão das prioridades de financiamento até a efetiva liquidação da dívida, compreendendo o acompanhamento dos recursos aprovados, liberados, a liberar e recuperados.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação			Código SIORG		
Secretaria de Fomento para Ações de Transportes e Departamento do Fundo da Marinha Mercante			74710, 74723		
Síntese da providência adotada					
O Departamento do Fundo da Marinha Mercante elaborou o documento de visão do Sistema de Controle de Projetos, composto por cinco módulos.					
Síntese dos resultados obtidos					
O SERPRO foi contratado para o desenvolvimento do Sistema, e vem trabalhando nos seus módulos.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação expedida
3/5	008.557/2009-0	2471/2009	9.3.3	Determinação	Ofício nº 433/2010 – TCU/SECEX - RJ
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG		
Ministério dos Transportes			002846		
Descrição da Deliberação					
Dê cumprimento ao art. 3º do Decreto 5.269, de 10 de novembro de 2004, estabelecendo, no prazo de 120 dias, o plano plurianual de aplicação dos recursos e as metas a serem alcançadas nos programas de desenvolvimento da Marinha Mercante e da indústria de construção e reparação naval brasileiras, e passe a utilizar, efetivamente, tais instrumentos na análise de pedidos de prioridade para concessão dos recursos do FMM					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação			Código SIORG		
Secretaria de Fomento para Ações de Transportes e Departamento do Fundo da Marinha Mercante			74710, 74723		
Síntese da providência adotada					
O DEFMM constituiu Grupo de Trabalho, através da Portaria nº 058, de 15 de dezembro de 2009, para elaborar um plano de aplicação de recursos do FMM. O GT encaminhou uma estimativa da necessidade de recursos para construção de embarcações e estaleiros no período 2011-2014, uma vez que existe um Plano Plurianual em vigor, sem pendências.					
Síntese dos resultados obtidos					
O DEFMM está concentrando esforços no desenvolvimento de uma ferramenta de controle com as informações de todos os contratos que estão em eficácia, de todos os projetos que já têm prioridade concedida e ainda não foram contratados e das prováveis demandas dos diversos setores da construção naval. Tal ferramenta servirá como base para obtenção de informações para elaboração dos próximos planos plurianuais.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação expedida
4/5	008.557/2009-0	2471/2009	9.3.4	Determinação	Ofício nº 433/2010 – TCU/SECEX - RJ
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG		
Ministério dos Transportes			002846		
Descrição da Deliberação					
Cobrar o cumprimento pelos agentes financeiros do disposto no art. 7º da Portaria MT 90/2005, que determina que os mesmos informem ao Departamento do Fundo da Marinha Mercante sobre a existência de pendências financeiras que impossibilitem o proponente a receber financiamentos com recursos do Fundo da Marinha Mercante.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação			Código SIORG		
Secretaria de Fomento para Ações de Transportes e Departamento do Fundo da Marinha Mercante			74710, 74723		
Síntese da providência adotada					
A Portaria nº 90, de 05 de maio de 2005, foi revogada pela Portaria MT nº 253, de 03 de dezembro de 2009. A determinação feita pelo TCU não figurou na nova norma, visto que, havendo pendência financeira por parte do tomador, o agente financeiro não consegue obter financiamento, e que, no caso de financiamento já concedido, havendo pendência financeira, o agente não solicita repasse de novas parcelas ao Departamento do Fundo da Marinha Mercante.					
Síntese dos resultados obtidos					
Não se aplica.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação expedida
5/5	008.557/2009-0	2471/2009	9.3.5	Determinação	Ofício nº 433/2010 – TCU/SECEX - RJ
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG		
Ministério dos Transportes			002846		
Descrição da Deliberação					
Adotar providências visando a suprir a lacuna existente no art. 11 da Portaria 90/2005, que não consigna o número de meses para o agente financeiro assinar o respectivo contrato de financiamento com o postulante ou solicitar seu cancelamento.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação			Código SIORG		
Secretaria de Fomento para Ações de Transportes e Departamento do Fundo da Marinha Mercante			74710, 74723		
Síntese da providência adotada					
A Portaria nº 90, de 05 de maio de 2005, foi revogada pela Portaria MT nº 253, de 03 de dezembro de 2009, que em seu artigo 8º estabeleceu prazos para: apresentação de carta-consulta ao agente financeiro; enquadramento da operação pelo agente financeiro; e contratação do financiamento. Posteriormente, por meio da Portaria nº 273, de 04 de novembro de 2010, esse dispositivo foi alterado, estabelecendo 90 dias para o postulante apresentar carta-consulta ao agente financeiro, e 360 dias para o enquadramento da operação e contratação do financiamento.					
Síntese dos resultados obtidos					
Não se aplica.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

15.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

No que diz respeito à SE, temos a informar:

QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC-015.971/2007-5	486/2009 - Plenário	1.5	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Rede Ferroviária Federal S.A. – MT (extinta)					2846
Descrição da Deliberação:					
1.5. Determinar ao Ministério de Transportes que: 1.5.1. em parceria com a inventariança da extinta Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA e com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT adote as providências necessárias à apuração do débito e à cobrança administrativa ou judicial da dívida decorrente da depredação da Estação Ferroviária São Francisco, em Alagoinhas/BA, durante o período de arrendamento à Ferrovia Centro-Atlântica S/A, com fundamento no art. 4º da Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007 c/c inciso III, art. 3º do Decreto nº 6.018, de 22 de janeiro de 2007 c/c item 9.2 do Acórdão nº 541/2003-TCU - Primeira Câmara c/c itens 9.2.5 e 9.3.3 do Acórdão nº 1035/2004-TCU-Segunda Câmara; 1.5.2. sejam estabelecidos entendimentos com a Secretaria do Tesouro Nacional/MF, com vistas a transferir o crédito apurado, nos termos do art. 5º, II, b, do Decreto nº 6.018, de 22 de janeiro de 2007; 1.5.3. seja informado, nas contas anuais, o deslinde do processo de cobrança.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Inventariança da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. e Agência Nacional de Transportes Terrestres					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Em atendimento ao Acórdão 486/2009 – TCU - Plenário, que, por sua vez, determina a apuração do débito e cobrança da dívida decorrente da depredação da Estação Ferroviária São Francisco, em Alagoinhas/BA, o Ministério dos Transportes tem tomado providências, desde abril de 2009, para o cumprimento daquela determinação, providências essas constantes dos documentos listados a seguir: - Ofício nº 316/2009/SE/MT, de 27/04/2009; - Ofício nº 552/INV/RFFSA/2009, 05/06/2009; - Parecer ANTT/PRG/CAH/Nº 0267-3.3.5/2009, de 25/06/2009; - Ofício nº 433/DG/ANTT, de 29/06/2009; - Despacho nº 224/2009/AECI, de 03/07/2009; - Nota nº 65/2009-CGAS/CONJUR/MT, de 17/07/2009; - Despacho nº 233/2009/AECI-MT, de 23/07/2009; - Ofício nº 087/2009/AECI-MT, de 09/11/2009; - Ofício nº 1246/INV/RFFSA/2009, de 18/11/2009; - Ofício nº 006/2010/AECI-MT, de 12/01/2010; - Memorando nº 022/2010/AECI-MT, de 18/02/2010; - Ofício nº 124/2010/SE-MT, de 22/02/2010; - Ofício nº 635/DG/ANTT, de 08/03/2010; - Ofício nº 637/2010/GAB/ANTT, de 09/03/2010; - Parecer ANTT/PRG/CAH/Nº 0186-3.3.5/2010, de 29/03/2010;					

- Parecer 149/2010-CGAS/CONJUR/MT, de 10/02/2010; - Ofício nº 853/2010/GM/MT, de 07/06/2010; - Despacho nº 149/2010/GM/MT, de 04/06/2010; - Ofício nº 004/2011/AECI-MT, de 14/02/2011; - Ofício nº 12/AUDIT- ANTT, de 21/02/2011; - Memorando nº 017/2011/AECI-MT, de 24/02/2011; - Ofício nº 009/2011/AECI-MT, de 24/02/2011; - Ofício nº 276/INV/RFFSA/2011, de 14/03/2011; e - Memorando nº 087/SE/MT, de 22/03/2011. Quanto à posição atual do processo de cobrança, informamos que a Inventariança da RFFSA, por meio do Ofício nº 276/INV/RFFSA/2011, de 14 de março de 2011, relatou à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, mediante Ofício nº 177/INV/RFFSA/2011, de 21 de fevereiro de 2011, que a memória de cálculo sobre o bem em questão, para apuração do valor exato da dívida foi elaborada, no montante de R\$ 400.000,00, valor considerado em 01/03/2005, valor este ainda não ressarcido.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

No que diz respeito à **SAAD**, temos a informar:

Não há deliberação do TCU pendente de atendimento.

No que diz respeito à **CGRL**, temos a informar:

Não foram exarados acórdãos do TCU para esta Unidade.

No que diz respeito à **CGRH**, temos a informar:

QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos					13034
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 012.802/2007-9			DE	Ofício nº Sefip-D/931
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério dos Transportes					2846
Descrição da Deliberação:					
Encaminhar ao TCU esclarecimentos e/ou documentos relacionados no referido ofício.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas – COAP					14304
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Não havia sido cumprida em 2010, porém estava dentro do prazo estabelecido, qual seja 120 (cento e vinte) dias, a contar de 28/09/2010.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo					

gestor

No que diz respeito à **SPO**, temos a informar:

Não foram exarados acórdãos do TCU para esta Unidade.

No que diz respeito à **SEGES**, temos a informar:

Não foram exarados acórdãos do TCU para esta Unidade.

No que diz respeito à **SFAT**, temos a informar:

Não há deliberação do TCU pendente de atendimento.

15.3. Recomendações do OCI atendidas no Exercício

No que diz respeito à **SAAD**, temos a informar:

Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos			8956
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	243892/001	RE	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos			8956
Descrição da Recomendação:			
Solicitação de Informações a respeito do Processo nº 50000.031193/2008-89, referente a o projeto de Gestão Documental.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos			8956
Síntese da providência adotada:			
Acatada pela SAAD/MT, conforme Memo. do Assistente Nº 682/2010/SAAD/SE/MT, de 26/10/2010, encaminhado a SAAD.			
Síntese dos resultados obtidos			
Foi providenciado resposta a SE/MT, das providências adotadas pela SAAD, por meio do Memorando Nº 734/SAAD, de 11/11/2010.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

No que diz respeito à **CGRL**, temos a informar:

Não foram exaradas recomendações do OCI para esta Unidade.

No que diz respeito à **CGRH**, temos a informar:

QUADRO A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Ministério dos Transportes			2846
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	243601	2	29455
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério dos Transportes			2846
Descrição da Recomendação:			
Solicita providencias no sentido de apresentar à Equipe de Auditoria, os processos de aposentadoria e pensão, cujos atos estejam na situação “aguardando parecer” no Sisac, constantes da relação anexa à presente deliberação, bem como aqueles atos diligenciados em trabalhos anteriores desta Coordenação-Geral ou provenientes de Decisões/Acórdãos do TCU.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas – COAP			14304
Síntese da providência adotada:			
Os processos de pensão e aposentadoria, referidos na Comunicação acima descrita, foram apresentados à Equipe de Auditoria.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Ministério dos Transportes			2846
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	243601	2	14395
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério dos Transportes			2846
Descrição da Recomendação:			
Solicita especial atenção quanto à necessidade do cadastramento dos atos no Sistema SISAC, em cumprimento ao disposto na Instrução Normativa TCU nº 055/2007.			

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas – COAP	14304
Síntese da providência adotada:	
O cadastramento no Sistema Sisac está sendo feito constantemente, conforme a demanda.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Ministério dos Transportes			2846
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3			459/2009-DM
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério dos Transportes			2846
Descrição da Recomendação:			
Esclarecer o motivo pelo qual a servidora percebe cumulativamente aposentadoria pelo MT e pelo INSS.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas – COAP			14304
Síntese da providência adotada:			
Comunicado à Coordenadora da Equipe de Auditoria, por meio do Ofício 3193/2010-CGRH, de 24 de maio de 2010, que o servidor João Pinto desistiu da aposentadoria do INSS, e teve seu benefício cancelado.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Ministério dos Transportes			2846
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4			097/2010-MA
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério dos Transportes			2846
Descrição da Recomendação:			
Apresentar certidão original de tempo de serviço averbado pelo INSS.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas – COAP			14304
Síntese da providência adotada:			
Encaminhado Ofício nº 4559/2010 – CGRH/SAAD/SE/MT, de 14/07/2010, ao Sr. Coordenador da Equipe de Auditoria, informando que o processo de auditoria da servidora, Terezinha Mourão da Rocha com as devidas alterações recomendadas, foi encaminhado a esta Secretaria Federal de Controle, naquela data.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Ministério dos Transportes			2846
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	224291/003	6	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério dos Transportes			2846
Descrição da Recomendação:			
Justificar o fato dos pensionistas de matrículas citadas no referido item estarem recebendo dois benefícios.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas – COAP			14304
Síntese da providência adotada:			
Encaminhado o Ofício nº 7162/2010-CGRH/SAAD/SE/MT, de 13/10/2010, informando que a servidora é pensionista deste Ministério dos Transportes como companheira designada e no Ministério da Fazenda como beneficiária de Militar.			

Síntese dos resultados obtidos
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Ministério dos Transportes			2846
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6			Ofício nº 37665/DPPCE/DP/SFC/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério dos Transportes			2846
Descrição da Recomendação:			
Solicita o encaminhamento dos referidos processos àquela Secretaria Federal de Controle para emissão de parecer.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas – COAP			14304
Síntese da providência adotada:			
Encaminhado Ofício nº 8190/2010 – CGRH/SAAD/SE – MT, de 12/11/2010, informando que foi encaminhado novo ato concessório de aposentadoria do ex-servidor do extinto DNER, senhor Adalberto Paes da Silva.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Ministério dos Transportes			2846
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7			Ofício nº 16571/DPPCE/DP/SFC/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério dos Transportes			2846
Descrição da Recomendação:			

Solicita esclarecimento pelo não atendimento às determinações do TCU e a permanência do servidor João Martins Ribeiro, em folha de pagamento.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas – COAP	14304
Síntese da providência adotada:	
Encaminhado Ofício 3621/2010 – CGRH/SAAD/SE/-MT, de 08/06/2010, informando “.... <i>Quanto à questão do não atendimento as determinações do Tribunal de Contas da União e a permanência do servidor em folha de pagamento deste Ministério, esclareço que o fato ocorreu em virtude do aposentado em 12 de março de 2003 ter apresentado pedido de reexame da Decisão 622/2002 proferida pelo TCU e seu processo de aposentadoria (nº 20107.004032/1992-41) ter sido encaminhado a essa Secretaria Federal de Controle Interno em 25 de março de 2003 para análise do pedido, retornando a esta Coordenação Geral de Recursos Humanos em 28 de maio de 2010</i> ”.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Ministério dos Transportes			2846
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
08	224296	5.2.1.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério dos Transportes			2846
Descrição da Recomendação:			
Informação (013): A respeito desta execução (relatório 224296), a Unidade deve explicar, no Plano de Providências, o custo médio unitário apurado, considerando a relação entre o valor executado e o número de servidores efetivamente capacitados em 2008.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DITC – Divisão de Treinamento e Capacitação de Recursos Humanos			14300
Síntese da providência adotada:			
Informamos que foram capacitados 340 (trezentos e quarenta) servidores, a um custo médio de R\$575,86 (quinhentos e setenta e cinco reais e oitenta e seis centavos), no exercício de 2008.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Ministério dos Transportes			2846
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
09	224296	3.1.1.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério dos Transportes			2846
Descrição da Recomendação:			
Explicar, no Plano de Providências, o custo médio unitário apurado, considerando a relação entre o valor executado e o número de pessoas efetivamente beneficiadas em 2008.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Benefícios			14301
Síntese da providência adotada:			
No transcorrer do ano de 2008 foram beneficiados com Assistência à Saúde o total de 267.569 servidores ativos e inativos e seus dependentes e pensionistas, a um custo médio <i>per capita</i> de R\$ 95,56 (noventa e cinco reais e cinquenta e seis centavos), tendo sido executado no Exercício de 2008 o montante de R\$ 25.569.780,50 (vinte e cinco milhões quinhentos e sessenta e nove mil setecentos e oitenta reais e cinquenta centavos). A meta estipulada de 122.434 pessoas beneficiadas para esta Ação, teve com base cálculo o quantitativo de servidor ativo, inativo e de pensionista e a quantidade de 1,5 (um vírgula cinco) dependente por servidor ativo e aposentado, tendo em vista não ser possível precisar o número exato de adesões e cancelamentos que ocorrerão ao longo do exercício. Ressaltamos que estão contabilizados na despesa executada desta Ação, o valor de R\$ 27.193,12 (vinte e sete mil cento e noventa e três reais e doze centavos) referente à aquisição de medicamentos e pagamentos efetuados em favor da UNIMED Brasília – Cooperativa de Trabalho Médico, nos valores de R\$ 1.036.912,70 (um milhão trinta e seis mil novecentos e doze reais e setenta centavos) e R\$ 7.052.063,44 (sete milhões cinquenta e dois mil sessenta e três reais e quarenta e quatro centavos), referentes a despesas com serviços médicos prestados aos servidores deste Órgão, remanescentes do Contrato nº 017/2001-MT, constantes dos processos nºs 50000.041764/2008-99 e 50000.058166/2008-59.			
Síntese dos resultados obtidos			
Pleno atendimento aos servidores ativos e inativos e seus dependentes e aos pensionistas inscritos no Plano de Saúde.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Ministério dos Transportes			2846
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	224296	3.2.1.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério dos Transportes			2846
Descrição da Recomendação:			
Explicar no Plano de Providências a não execução no exercício, em face da meta estipulada de 74 crianças atendidas.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Benefícios			14301
Síntese da providência adotada:			
Durante ano de 2008 foram beneficiados mensalmente, em média, 68 servidores com filhos em idade pré-escolar, a um custo médio de R\$ 85,97 (oitenta e cinco reais e noventa e sete centavos), tendo sido executado no Exercício de 2008 o montante de R\$ 70.149,00 (setenta mil cento e quarenta e nove reais). A meta estipulada de 74 servidores beneficiados para esta Ação no ano de 2008 teve como base de cálculo o quantitativo de auxílio pré-escolar efetivamente concedido em 2007 e a previsão de futuras concessões, tendo em vista não ser possível precisar o número exato concessões e cancelamentos que serão efetivados durante o exercício de 2008. A diferença entre a meta de 74 e a concessão de 68 benefícios se deve ao fato de que a meta se baseia numa previsão, e de que a previsão não reflete a execução dos fatos, visto que é uma aproximação da realidade.			
Síntese dos resultados obtidos			
Concessão do benefício aos servidores que solicitaram			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Ministério dos Transportes			2846
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	224296	3.3.1.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério dos Transportes			2846
Descrição da Recomendação:			
Explicar no Plano de Providências a não execução no exercício, em face da meta estipulada de 1.004			

servidores beneficiados.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Divisão de Benefícios	14301
Síntese da providência adotada:	
Durante o ano de 2008 foram atendidos mensalmente, em média, 898 servidores cadastrados para o recebimento do Auxílio Transporte, a um custo médio mensal de passagem de R\$ 168,96 (cento e sessenta e oito reais e noventa e seis centavos), tendo sido executado no Exercício de 2008 o montante de R\$ 1.669.035,77 (um milhão seiscentos e sessenta e nove mil trinta e cinco reais e setenta e sete centavos). A meta estipulada de 1004 servidores beneficiados para esta Ação no ano de 2008 teve como base de cálculo o quantitativo de auxílio transporte efetivamente concedido em 2007 e a previsão de futuras concessões, tendo em vista não ser possível precisar o número exato de concessões e cancelamentos que serão efetivados durante o exercício de 2008. A diferença entre a meta de 1004 e a concessão de 898 benefícios se deve ao fato de que a meta se baseia numa previsão, e de que a previsão não reflete a execução dos fatos, visto que é uma aproximação da realidade.	
Síntese dos resultados obtidos	
Concessão do benefício aos servidores que utilizam transporte para seu deslocamento de casa-trabalho e vice-versa.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Ministério dos Transportes			2846
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	224296	3.4.1.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério dos Transportes			2846
Descrição da Recomendação:			
Explicar no Plano de Providências a não execução no exercício, em face da meta estipulada de 994 servidores beneficiados			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Benefícios			14301
Síntese da providência adotada:			
Durante o ano de 2008 foram atendidos mensalmente, em média, 929 servidores cadastrados para o recebimento do Auxílio Alimentação, a um custo médio mensal de R\$ 166,88 (cento e sessenta e seis reais e oitenta e oito centavos), tendo sido executado no Exercício de 2008 o montante de R\$ 1.669.035,77 (um milhão seiscentos e sessenta e nove mil trinta e cinco reais e setenta e sete centavos). A meta estipulada de 994 servidores beneficiados para esta Ação no ano de 2008 teve como base o			

quantitativo de auxílio alimentação efetivamente concedido em 2007 e a previsão de futuras concessões, não sendo possível precisar o número exato de concessões e cancelamentos que serão efetivados durante o exercício de 2008. A diferença entre a meta de 994 e a concessão de 929 benefícios se deve ao fato de que a meta se baseia numa previsão, e de que a previsão não reflete a execução dos fatos, visto que é uma aproximação da realidade.
Síntese dos resultados obtidos
Concessão do benefício aos servidores em efetivo exercício neste Órgão.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Pagamento de Auxílio Alimentação em Duplicidade

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Ministério dos Transportes			2846
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	224291	1.2.2.2	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério dos Transportes			2846
Descrição da Recomendação:			
Em consulta ao Sistema SIAPE/FPCOFICHAPE, maio/2009, verificou-se pagamento de Auxílio-Alimentação efetuado em duplicidade pela CGRH/MT, ao servidor matrícula nº 1608797.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Benefícios			14301
Síntese da providência adotada:			
Constatada a duplicidade de pagamento do benefício Auxílio Alimentação para o servidor matrícula SIAPE nº 1608797, no período de MARÇO/2008 a ABRIL/2009, a Divisão de Benefícios incluiu no Sistema a data de 30/04/2008 para término do recebimento automático do referido auxílio, providenciou também o levantamento dos valores recebidos indevidamente, que gerou um débito de R\$ 2.267,86 (dois mil duzentos e sessenta e sete reais e oitenta e seis centavos). Objetivando a restituição do valor pago indevidamente, implantou-se, primeiramente, na Folha de Pagamento do servidor a rubrica 00145 – Rep. Erário L8112/L10486/02, com prazo de 10 parcelas no valor de R\$ 211,57 (duzentos e onze reais e cinquenta e sete centavos). Verificando que o valor do parcelamento não condizia com o montante do débito, procedeu-se a revisão do parcelamento que, ajustado, passou para 09 nove parcelas de R\$ 228,44 (duzentos e vinte e oito reais e quarenta e quatro centavos). O ressarcimento foi concluído, conforme planejado, em fevereiro de 2010.			
Síntese dos resultados obtidos			
Devolução do valor recebido em duplicidade.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

No que diz respeito à **SPO**, temos a informar:

Não foram exaradas recomendações do OCI para esta Unidade.

No que diz respeito à **SEGES**, temos a informar:

QUADRO A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes - SEGES			74709
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	244857	1.1.1.1 Informação (026)	Ofício nº 24.900/ DITRA/DI/SFC/CGU, de 27/07/2010
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes - SEGES			74709
Descrição da Recomendação:			
Com base nas informações coletadas durante os anos de 2008 e 2009, bem como da própria experiência da Unidade na realização de suas atividades, estabelecer metas a serem atingidas em cada um dos 14 indicadores de avaliação de desempenho da Unidade.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes - SEGES			74709
Síntese da providência adotada:			
Para os índices 3, 6 e 8 serão fixadas as metas mínimas a serem atingidas: - Índice 3 (Percentual de obras monitoradas – PAM): ≥ 85% - Índice 6 (Percentual de obras em execução acompanhadas – PAAE): ≥ 65% - Índice 8 (Percentual de indicadores do PPA disponibilizados – PID): ≥ 90% Quanto aos 11 itens restantes, são dados que servem para medir os resultados da produção da Secretaria.			
Síntese dos resultados obtidos			
Os resultados obtidos estão apresentados no quadro “Evolução dos Indicadores de Desempenho – SEGES”, a seguir.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
As estatísticas apresentadas no quadro “Evolução dos Indicadores de Desempenho – SEGES”, a seguir, mostram a importância de combinar a medição quantitativa dos resultados com uma avaliação qualitativa, ou seja, o grau em que se alcançam os objetivos e se atendem às demandas dos cidadãos ou clientes. A atividade governamental não é uma ciência e é impossível isolar medidas que reflitam perfeitamente os seus resultados. O que se pode fazer é empregar a melhor representação disponível para tornar possível a comparação do desempenho ao longo do tempo. Os indicadores 1, 2, 4, 5, 7, 9, 10, 11, 12, 13 e 14 medem a produção do órgão, isto é: os resultados efetivos do trabalho. Essencialmente medem o volume da produção, ou seja, a eficiência com que os processos administrativos são executados. Os índices 3, 6 e 8 medem a qualidade dos resultados, isto é, o grau de atingimento do resultado desejado. É a medição do resultado efetivo do que é feito, ou seja, do impacto que tem aquela atividade no público que o órgão pretende atender.			

Evolução dos Indicadores de Desempenho - SEGES

Acompanhamento e Monitoramento do PAC					
		2008	2009	2010	Unidade
1	NMAM	132,3	167,5	158,8	Ações/ano
2	NMAT	8,1	7,6	5,7	Obras por técnico
3	PAM	100	100	93,8	%
4	NMAE	35,3	75	75,5	Obras
5	NAET	2,5	2,6	2,7	Obras por técnico
6	PAAE	61,3	58,4	66,8	%
7	TRP	6	6	8	Relatórios

Elaboração e Aperfeiçoamento de Indicadores do PPA					
		2008	2009	2010	Unidade
8	PID	0	0	50	%

Acompanhamento dos Programas de Trabalho da CIDE					
		2008	2009	2010	Unidade
9	TARD	1767	1739	1362	Ações
10	TARDT	196,3	193,2	170,2	Ações por técnico
11	TAEA	724	218	625	Ações
12	TAEAT	90,5	36,3	69,4	Ações por técnico
13	TAPT	445	432	381	Ações
14	TAPTT	49,4	54	42,3	Ações por técnico

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes - SEGES			74709
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	244857	2.1.1.2 Informação: (016)	Ofício nº 24.900/ DITRA/DI/SFC/CGU, de 27/07/2010
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes - SEGES			74709
Descrição da Recomendação:			
Que a SEGES avalie a possibilidade da realização de um seminário ministrado pela própria SEGES, tendo como público-alvo os gestores das entidades vinculadas ao MT, além dos gerentes de programa e coordenadores de ações dos programas/ações do MT, com o objetivo de apresentar a conclusão dos estudos elaborados pelo CEFTRU/UnB e os respectivos indicadores desenvolvidos para os programas do MT, assim como esclarecer o processo relativo à obtenção dos dados para carregamento dos indicadores, as responsabilidades de cada órgão, as formas de utilização destes indicadores, entre outros assuntos que forem pertinentes.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG

Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes - SEGES	74709
Síntese da providência adotada:	
Para apresentar a conclusão dos estudos elaborados pelo CEFTRU/UnB e os respectivos indicadores desenvolvidos para os programas do Plano Plurianual – PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, foi realizado o Seminário “Indica Transportes”, em 5 de dezembro de 2007. Participaram do seminário 77 técnicos sendo 30 do Ministério dos Transportes, 9 da Agência Nacional de Transportes Terrestres, 6 do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, um da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, 18 do CEFTRU/UnB, um do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dois do Ministério das Comunicações, cinco do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, dois da Universidade de Brasília e três do Tribunal de Contas da União. Após a conclusão da coleta de dados inicial será realizada uma oficina para apresentação dos resultados e elaboração de estratégia de procedimentos para continuidade dos trabalhos. Serão convidados técnicos dos órgãos envolvidos no processo e demais interessados.	
Síntese dos resultados obtidos	
O Seminário “Indica Transportes” foi realizado em 5 de dezembro de 2007. Sendo assim, a recomendação já foi atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A providência já foi adotada, não havendo portanto fatores positivos ou negativos a considerar.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes - SEGES			74709
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	244857	2.1.1.2 Informação: (016)	Ofício nº 24.900/ DITRA/DI/SFC/CGU, de 27/07/2010
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes - SEGES			74709
Descrição da Recomendação:			
Que a SEGES avalie a possibilidade de que tal sistema possa vir a ser utilizado pelos demais órgãos do Ministério dos Transportes, tendo em vista que muitas dessas Unidades estão desenvolvendo indicadores próprios.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes - SEGES			74709
Síntese da providência adotada:			
O sistema que está sendo desenvolvido pela SEGES destina-se exclusivamente à avaliação de desempenho dos programas de transportes do PPA no âmbito do Ministério dos Transportes, ou seja, servem para acompanhar a execução de um programa do PPA e avaliar o seu resultado em relação aos objetivos e metas fixados. Assim, esse sistema de indicadores não poderá ser utilizado para medição de desempenho operacional das Unidades deste Ministério na realização de suas competências.			
Síntese dos resultados obtidos			
Conforme explicitado na “Síntese da providência adotada”, a recomendação não se aplica à SEGES.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não se aplica.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes - SEGES			74709
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	244857	2.1.1.3 Informação: (020)	Ofício nº 24.900/ DITRA/DI/SFC/CGU, de 27/07/2010
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes - SEGES			74709
Descrição da Recomendação:			
Que a SEGES solicite à empresa Opinião a apresentação das planilhas de custo e formação de preço corrigidas, uma vez que existem diferenças entre os valores estimados no Edital e aqueles que constam na Proposta de Preço.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes - SEGES			74709
Síntese da providência adotada:			
A SEGES solicitou à empresa Opinião a documentação de compatibilização dos valores entre a proposta de preço e suas respectivas planilhas de custo e formação de preços apresentadas no momento da aceitação do lance vencedor do certame.			
Síntese dos resultados obtidos			
A empresa Opinião apresentou as planilhas objeto desta Recomendação e as mesmas estão incorporadas ao Processo nº 50.000.057850/2008-13. O Pregoeiro deste Ministério considerou, conforme Despacho nº 219/2010, de 09 de novembro de 2010, que as novas planilhas apresentadas atenderam às recomendações sugeridas no Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 244857.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
As providências adotadas permitiram a correção da planilha de custo e formação de preço sem alteração do valor global da proposta.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes - SEGES			74709
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	244857	5.3.1.1 Informação: (017)	Ofício nº 24.900/ DITRA/DI/SFC/CGU, de 27/07/2010
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes - SEGES			74709
Descrição da Recomendação:			
Que a SEGES solicite aos Estados/DF a Lei Orçamentária Estadual, em verificação ao cumprimento do Art. 1-A § 10 da Lei nº 10.336/2001.			
Providências Adotadas			

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes - SEGES	74709
Síntese da providência adotada:	
A SEGES solicitou aos estados e ao Distrito Federal o encaminhamento das Leis Orçamentárias das Unidades Federativas, identificando os itens referentes aos recursos da CIDE.	
Síntese dos resultados obtidos	
Todos os estados e o Distrito Federal encaminharam as Leis Orçamentárias de 2010, tendo sido as mesmas incorporadas aos respectivos processos da CIDE.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A providência foi adotada com o pronto atendimento por todas as Unidades da Federação	

No que diz respeito à **SFAT**, temos a informar:

QUADRO A.15.3 – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:		Código SIORG	
Secretaria de Fomento para Ações de Transportes		74710	
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação expedida
1/5	RA nº 245294	1.4.2.1	Ofício nº 29342/DITRA/DI/SFC/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG	
Secretaria de Fomento para Ações de Transportes		74710	
Descrição da Recomendação			
Reencaminhar arquivo contendo o Relatório de Gestão da SFAT 2009 para o Tribunal de Contas da União e para a Controladoria-Geral da União, com inclusão de trecho faltante			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação		Código SIORG	
Secretaria de Fomento para Ações de Transportes		74710	
Síntese da providência adotada			
O arquivo foi reenviado, com inclusão do trecho anteriormente faltante			
Síntese dos resultados obtidos			
A recomendação foi plenamente atendida			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:		Código SIORG	
Secretaria de Fomento para Ações de Transportes		74710	
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação expedida
2/5	RA nº 245294	1.1.2.1	Ofício nº 29342/DITRA/DI/SFC/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG	
Secretaria de Fomento para Ações de Transportes		74710, 74723	

e Departamento do Fundo da Marinha Mercante	
Descrição da Recomendação	
(Recomendações para a SFAT; aquelas para o DEFMM serão inseridas em relatório próprio daquele órgão) 01 – Fazer gestão junto à Coordenação-Geral de Modernização e Informática – CGMI – para que agregue ao SICAP as facilidades necessárias à gestão do Ressarcimento do AFRMM, minorando os riscos quanto ao descumprimento da ordem cronológica para concessão do benefício; 02 – Fazer gestões junto à SOF para revisão do posicionamento quanto à discricionariedade na dotação dos recursos destinados ao Ressarcimento do AFRMM determinado pela Lei nº 94.32/97	
Providências Adotadas	
Sector responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Fomento para Ações de Transportes	74710
Síntese da providência adotada	
01 – As tratativas junto à CGMI levaram à conclusão de que a providência mais correta seria a aceleração dos trabalhos relativos à inclusão do módulo de Ressarcimento de AFRMM no sistema eletrônico MERCANTE, por meio do DEFMM; assim, a SFAT trabalhou junto a esse Departamento para o estabelecimento de um modelo a ser desenvolvido pelo SERPRO 02 – Expedição do Memorando nº 233/2010-SFAT/SE/MT, de 11 de junho de 2010, destinado à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento deste Ministério, por meio do qual se solicitou crédito suplementar de R\$ 240 milhões para gastos com Ressarcimento de AFRMM – oferecendo-se como recursos compensatórios igual valor da Ação 0569 (Financiamento complementar de incentivo à produção naval e da marinha mercante) – e se reiterou a obrigatoriedade da concessão do benefício às empresas que a ele fazem jus	
Síntese dos resultados obtidos	
01 – O modelo de funcionalidade para o módulo de Ressarcimento de AFRMM no MERCANTE já foi enviado ao SERPRO, que já o estudou e apresentou proposta comercial, a qual está em análise pelo DEFMM no presente momento 02 – A SPO/MT encaminhou à SFAT o Memorando nº 234/2010/SPO/SE/MT, de 18 de junho de 2010, informando que enviou à Secretaria de Orçamento Federal pedido de crédito adicional no valor acima referido; tal pedido não foi atendido pela SOF.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A SOF fundamentou sua decisão argumentando que o pedido formulado pela SPO não atende ao artigo 10 da Portaria nº 5 da Secretária de Orçamento Federal, de 17 de fevereiro de 2010 – entendimento esse que não conta com a concordância da SFAT.	

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação expedida
3/5	RA nº 243893	1.2.2.1	Ofício nº 29342/DITRA/DI/SFC/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG	
Departamento do Fundo da Marinha Mercante		74723	
Descrição da Recomendação			
Implementar instrumentos adequados ao controle do fluxo e consolidação dos dados relativos aos projetos analisados pelo DEFMM			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação		Código SIORG	
Secretaria de Fomento para Ações de Transportes		74710	
Síntese da providência adotada			
Desenvolvimento, por parte do DEFMM, de novo modelo de parecer a ser emitido pela sua Coordenação-Geral de Projetos, com manifestações objetivas e detalhadas quanto aos projetos a serem encaminhados ao Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante, e incluindo, entre outros instrumentos, um banco de dados contendo as memórias de cálculo dos orçamentos dos projetos analisados. O DEFMM tentou a celebração de convênio com universidades visando ao desenvolvimento de um banco de dados com indicadores de preços de itens de projetos, o que não se concretizou. Assim, foi formada uma equipe de técnicos naquele Departamento, e desenvolvido o termo de referência do Sistema de Informações sobre a Indústria Naval (SISNAVAL) – a ser contratado –, que tem por objetivo obter, de forma centralizada, indicadores de valores de referência para			

análise de projetos de construção naval visando à maior segurança e à celeridade nas avaliações de concessão de prioridades de projetos.
Síntese dos resultados obtidos
O desenvolvimento da ferramenta, iniciado em 1º de dezembro de 2010, venceu as fases de estudos, construção de banco de dados e desenvolvimento de interface, e encontra-se atualmente em fase de testes e correções de eventuais problemas, estando prevista sua entrada em operação para junho de 2011.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
O tempo dedicado às tratativas com universidades para celebração de convênio acabou por tornar mais lenta a operacionalização da solução; porém, com o abandono dessa estratégia, tal problema não mais configura óbice ao saneamento do problema

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação expedida
4/5	RA nº 243893	1.2.3.1	Ofício nº 29342/DITRA/DI/SFC/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG	
Departamento do Fundo da Marinha Mercante		74723	
Descrição da Recomendação			
Desenvolver mecanismos de controle que traduzam a finalidade estabelecida na LOA, bem como sejam capazes de orientar a política de fomento à marinha mercante, melhorando o suporte às decisões do CDFMM, com a indicação dos reflexos da priorização de cada projeto submetido ao Conselho			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação		Código SIORG	
Secretaria de Fomento para Ações de Transportes		74710	
Síntese da providência adotada			
Com recursos do FMM e supervisão do DEFMM foi desenvolvido pela COPPE/UFRJ projeto intitulado “Criação de Indicadores de Desempenho para Avaliação Técnico-Científica de Projetos Financiados pelo Fundo da Marinha Mercante”. A contratação teve por objetivo a criação de um conjunto de indicadores para subsidiar as decisões dos Conselheiros do CDFMM quando da priorização de projetos e consequente alocação de recursos do FMM. A ideia que norteou a contratação do estudo foi a importância de se hierarquizar a distribuição de recursos em qualquer cenário justificando sua relevância. Os resultados do projeto contratado foram apresentados ao CDFMM na sua Reunião Ordinária realizada no dia 18 de dezembro de 2009. O projeto foi encaminhado para apreciação e manifestação do Assessor Especial de Controle Interno, deste Ministério.			
Síntese dos resultados obtidos			
A análise do Assessor Especial de Controle Interno foi feita por meio da Nota Técnica nº 011/2010/AECI/MT de 17/09/2010, que conclui que “a proposta apresentada está pronta para aplicação imediata dos seguintes critérios: capital alocado, situação da dívida, concentração do projeto, geração de emprego (operação), índice de nacionalização, aderência orçamentária e valor esperado de receita. Há providências de natureza operacional para implantação dos demais critérios, consideradas ainda as ressalvas feitas com relação a alguns deles”. Os indicadores já considerados aptos para aplicação imediata deverão constar da pauta da próxima reunião do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante, para apreciação e deliberação.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Alguns critérios da proposta não terão aplicação imediata em função da necessidade de providências de natureza operacional, o que pode atrasar em alguma medida a implantação integral daquela.			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação expedida
5/5	RA nº 245294	1.3.2.1	Ofício nº 29342/DITRA/DI/SFC/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG	
Secretaria de Fomento para Ações de Transportes e Departamento do Fundo da Marinha Mercante		74710, 74723	
Descrição da Recomendação			
Desenvolver ferramentas que permitam o controle da inscrição dos débitos em dívida ativa, bem assim o comportamento da inadimplência em cada SERARR, individualmente considerado e no DEFMM como um todo			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação		Código SIORG	
Secretaria de Fomento para Ações de Transportes		74710	
Síntese da providência adotada			
Notificação ao DEFMM, por meio do Memorando nº 243/2010-SFAT/SE/MT, de 22 de junho de 2010, a respeito da urgência em se efetivarem as novas funcionalidades previstas para o sistema eletrônico MERCANTE, relativas à inadimplência no recolhimento do AFRMM, para que aquele Departamento buscasse a redução do tempo de execução do trabalho por parte do SERPRO. Ademais, foi expedido ao Ministro de Estado da Fazenda o Aviso nº 097/2010/GM/MT, de 23 de julho de 2010, propondo a transferência da administração do AFRMM para a Receita Federal do Brasil.			
Síntese dos resultados obtidos			
Funcionalidade para o controle da inadimplência e a inscrição de débitos na dívida ativa da União já em desenvolvimento pelo SERPRO.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
O SERPRO desenvolve as demandas do Departamento de acordo com a equipe técnica que lhe é disponibilizada. Dado que esse órgão é responsável pela maioria dos sistemas institucionais do Governo Federal, ele enfrenta grande demanda de trabalho, e consequentes dificuldades para alocar pessoal na quantidade desejável, o que resulta em certa morosidade no atendimento a seus clientes.			

15.4. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

No que diz respeito à **CGRL**, temos a informar:

Não foram exaradas recomendações do OCI para esta Unidade.

No que diz respeito à **CGRH**, temos a informar:

Não há deliberação do OCI pendente de atendimento.

No que diz respeito à **SPO**, temos a informar:

Não foram exaradas recomendações do OCI para esta Unidade.

No que diz respeito à **SEGES**, temos a informar:

QUADRO A.15.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes - SEGES			74709
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	244857	2.1.1.1 Inf: (025) e 5.1.2.1 Inf: (019)	Ofício nº 24.900/ DITRA/DI/SFC/CGU, de 27/07/2010
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes - SEGES			74709
Descrição da Recomendação:			
Que a SEGES dê celeridade ao processo licitatório referente à contratação da empresa para desenvolver o sistema informatizado para tratamento, armazenamento de dados, visualização e análise da ação “Elaboração e Aperfeiçoamento de Indicadores.”			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação Geral de Modernização e Informática - CGMI			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Necessidade de promover a adequação do processo licitatório para atender aos preceitos de planejamento para contratação de soluções de tecnologia da informação exarados na Instrução Normativa nº 4/2010-MPOG/SLTI.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Realizada prova de conceito que permitiu identificar a existência de solução de mercado para atender as necessidades do projeto, resultando na alteração da modalidade de licitação de técnica e preço para pregão.			

No que diz respeito à **SFAT**, temos a informar:

Não há deliberação do OCI pendente de atendimento.

16. Informações sobre o Tratamento das Recomendações Realizadas pela Unidade de Controle Interno, Caso Exista na Estrutura do Órgão, Apresentando as Justificativas para os Casos de Não Acatamento

Não se aplica, tendo em vista que o Ministério dos Transportes não tem em sua estrutura regimental uma Unidade de Controle Interno.

17. Outras Informações Consideradas Relevantes pela Unidade

Todas as informações relevantes estão contidas no teor do Relatório de Gestão.

18. Declaração do Contador

Verificar anexo III deste Relatório de Gestão.

19. Informações sobre o Encerramento das Contas do Grupo Executivo do Extinto DNER



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD
Portaria/GM/MT nº 250/2010, publicada no DOU de 01.10.2010
SAUN Qd. 03 Lote. “A” Ed. Núcleo dos Transportes, 2º andar - 70040-902
Telefone: (61) 2029-7250 - 2029-8060 - Fax: (61) 2029-8047

1) Identificação de Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério dos Transportes/MT		Código SIORG:	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Grupo Executivo do Extinto DNER / Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD			
Denominação abreviada: SAAD – Portaria GM/MT nº 250			
Código SIORG:	Código LOA:	Código SIAFI: 29201	
Situação: em liquidação			
Natureza Jurídica: Administração Direta			
Principal Atividade: Regulamentação e fiscalização das questões econômicas nos transportes; Federal, Estadual e Municipal			Código CNAE: 8413-2/00
Telefones/Fax de contato:	(61) 2029-8062	(61) 2029-8060	(61) 2029-8054
E-mail: Livia.queiroz@transportes.gov.br			
Página na Internet: http://www.transportes.gov.br			
Endereço Postal: SAUN Quadra 03 Bloco A Sala 24.41, Asa Norte CEP: 70.040-902 – Brasília/DF			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 10.233 , de 05 de junho de 2001, dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transportes, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, e da outras providências.			
Portaria nº 250 , de 30 de setembro de 2010, publicada no DOU de 1 de outubro de 2010 – Atribui transitoriamente, a partir de 1/10/2010, aos órgãos deste Ministério as competências estabelecidas no Art. 4º do Decreto nº 4.803, de 2003, na forma disposta na referida portaria para assegurar a continuidade do processo de liquidação das obrigações do extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER.			

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada	
Decreto nº 4.803, de 8 de agosto de 2003 - Dispõe sobre o encerramento dos trabalhos da inventariança do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER e dá outras providências. Portaria GM/MT nº 971, de 19 de setembro de 2003, publicada em 25 de setembro de 2003 constituiu Grupo – Executivo para exercer as atribuições estabelecidas no Art. 4º do Decreto nº 4.803, de 08 de agosto de 2003. Portaria GM/MT nº 82, de 30 de março de 2010, estabelecendo o prazo de 180 dias para conclusão dos trabalhos do Grupo Executivo, constituído pela Portaria nº 971/2003, de 19 de setembro de 2003. Portaria SE/MT nº 91, de 15 de abril de 2010, cria Comissão objetivando acompanhar e efetivar as providências indispensáveis ao cumprimento da Portaria Ministerial nº 82/2010. Portaria nº 250, de 30 de setembro de 2010, publicada no DOU de 1 de outubro de 2010 – Atribui, transitoriamente, a partir de 1/10/2010, aos órgãos deste Ministério as competências estabelecidas no Art. 4º do Decreto nº 4.803, de 2003 na forma disposta na presente portaria para assegurar a continuidade do processo de liquidação das obrigações do extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER. Portaria nº 251, de 09 de novembro de 2010, publicada no DOU de 10 de novembro de 2010, delegando competências aos servidores para a praticarem atos de gestão Orçamentária e Financeira concernentes ao recursos a cargo da Unidade Gestora Executora 390056 Gestão 00001 – Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD.	
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada	
Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001; Decreto nº 4.803, de 8 de agosto de 2003; Portaria GM/MT nº 971, de 19 de setembro de 2003; Portaria GM/MT nº 82, de 30 de março de 2010; Portaria SE/MT nº 91, de 15 de abril de 2010; Portaria nº 250, de 30 de setembro de 2010 e Portaria nº 251, de 09 de novembro de 2010.	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
273087/27202	Departamento Nacional de Estradas de Rodagens – em Extinção (SEDE)
390056/00001	Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD/MT
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
390056/00001	Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD/MT
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
-	-

2. Informações sobre o Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira da Unidade

2.1. Responsabilidades Institucionais

Foi constituído o processo nº 50000.050054/2010-74, que trata da Tomada de Contas Extraordinária no período de 1 de janeiro a 30 de setembro de 2010, em atendimento a Portaria nº 82 de março de 2010, do Ministério dos Transportes, estabelecendo o prazo de 180 dias para conclusão dos trabalhos do Grupo Executivo, constituído pela Portaria nº 971/2003 de 19/09/2003. Para complementação das informações este Relatório de Gestão foi realizado com base nas movimentações financeiras da UG 273087/27202, ocorridas nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2010, e na UG 390056/00001, somente no mês de dezembro/2010, tendo em vista que a transferência do orçamento somente ocorreu em 30/11/2010.

Por intermédio da Portaria nº 250/2010/MT, que assegurou a continuidade do processo de liquidação das obrigações do extinto Departamento Nacional de Estrada de Rodagens – DNER, foram transferidos os saldos de dotação orçamentária remanescentes do Grupo Executivo UG 273087/27202 para a UG 390056/000091, em consonância com os parágrafos 1º e 2º da referida Portaria.

2.1.1. Objetivos Estratégicos

Esta Subsecretaria tem exercido o papel de extrema importância e alcançado seus objetivos na medida das condições disponibilizadas, haja vista que os credores do então DNER estão cientes de que as providências foram tomadas na sua grande maioria.

Ressaltamos, porém, que existem despesas a pagar que se encontram na SFCI/CGU; bem como para análise nesta Coordenação estando em fase de pesquisa de processos para apuração de correção monetária e outros pagamentos.

2.2. Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

O plano estratégico das metas estabelecidas e apresentado ao Senhor Ministro de Estado do Ministério dos Transportes, em março de 2010, que deu origem à Portaria nº 82/2010, estabeleceu o prazo de 180 dias para o encerramento das atividades do Grupo Executivo criado pela Portaria nº 971/2003, vem sendo desenvolvido de forma a contemplar a execução de todas as demandas atribuídas pela SAAD/SE/MT Portaria nº 250, de 1/10/2010.

Dos estoques de 321 processos de dívida de exercícios anteriores informados no Relatório de Contas Extraordinária em 30/09/2010, restaram ainda 303 processos, sendo 225 de Despesas de Exercícios Anteriores, 5 de Convênios e 73 de Correções Monetárias (sendo que 2 processos estão inclusos no somatório, mas estão prescritos), isto porque após a data de 30/09/2010, deram entrada vários processos de dívidas para análise da equipe, não permitindo maior baixa nesse estoque, os quais foram inseridos na lista cronológica.

De outubro a dezembro de 2010 a SFCI/CGU devolveu com análise prévia preceituada no Decreto nº 4.803/2003, 64 processos devidamente analisados, sendo que, em alguns, a equipe da auditoria da CGU solicitou a adoção de medidas para dirimir diversas dúvidas suscitadas nos referidos processos.

Resta esclarecer que a SAAD está aguardando, para análise, dois processos, relacionados aos convênios firmados entre o então DNER e a Prefeitura Municipal de Itaituba-PA e com a GEINFRA/MA. Na Corregedoria setorial da Controladoria Geral da União – CGU encontra-se um processo firmado entre o então DNER e o Consórcio RODOVIDA; e ainda na CONJUR/MT encontra-se o convênio firmado entre o DNER e o SETRAN/PA. O volume das despesas previstas e empenhada no valor principal atinge o montante de R\$ 105milhões, assim distribuídos: R\$ 55milhões inscritos em restos a pagar sujeito ao cancelamento em 30/04/2011, em virtude do Decreto nº 7.418/2010 e o valor de R\$ 50 milhões restantes inscritos em restos a pagar estão sendo analisados para liquidação da despesa até a data prevista estabelecida no Decreto mencionado.

2.3. Programas de Governo

2.3.1. Execução dos Programas de Governo

Programa 0225 – Gestão da Política de Transportes.

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA:		Denominação:				
Tipo do Programa: Gestão de Políticas Públicas						
Objetivo Geral: Coordenar o Planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de transportes.						
Objetivos Específicos: Não Consta						
Gerente: Marcelo Perrupato				Responsável: Livia Amorim Queiroz		
Público Alvo: Credores						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa 273087 / 27202 Referente aos meses de Outubro a Dezembro de 2010.						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
14.700.000,00	2.342.721,89	907.797,12	903.121,16	4.675,95	903.121,16	
390056 / 00001 – Referente aos meses de Outubro a Dezembro de 2010.						
2.342.721,89	491.133,88	2.097.701,27	2.097.701,27	0,00	2.097.701,27	
Informações sobre os resultados alcançados						
Orde m	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Texto	99/99/99	99,99	99,99	99,99	99,99
Fórmula de Cálculo do Índice: Despesas Empenhadas – Despesas Liquidada = Restos a Pagar não Processados						
Análise do Resultado Alcançado						
Orde m	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
N	Texto		99,99	100	100	99,97

Fonte: SIAFI Operacional

2.3.2. Execução Física das Ações Realizadas

Do estoque de 321 processos, 18 já foram liquidados, restando um quantitativo de 303 (sendo que, 2 processos estão inclusos no somatório, mas estão prescritos) processos que se encontram nesta unidade para análise e/ou aguardando pronunciamento da SFC/CGU ou estão sob ação judicial.

2.4. Desempenho Orçamentário /Financeiro

2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa

Com os recursos orçamentários aprovados na LOA nº 12.214, de 26/01/2010, no valor total de R\$ 17.687.700,00 (dezessete milhões, seiscentos e oitenta e sete mil e setecentos reais) que foram disponibilizados o valor R\$ 17.619.700,00 (dezessete milhões, seiscentos e dezenove mil e setecentos reais) os quais foram disponibilizados para a UG 273087/27202 o valor de R\$ 14.632.000,00 (quatorze milhões e seiscentos e trinta e dois mil reais) para o Grupo 3 e R\$ 2.987.700,00 (dois milhões novecentos e oitenta e sete mil e setecentos reais) para o Grupo 4.

QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério dos Transportes	39101	273087
Ministério dos Transportes	39101	390056

2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes

QUADRO A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes								
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes				
			Exercícios		Exercícios		Exercícios				
2009		2010		2009		2010		2009		2010	
LOA	Dotação proposta pela UO								47.340.000,00		44.734.299,00
	PLOA								14.700.000,00		14.700.000,00
	LOA								5.880.00,00		14.700.000,00
CRÉDITOS	Suplementares								11.548.000,00		
	Especiais	Abertos									
		Reabertos									
	Extraordinários	Abertos									
		Reabertos									
	Créditos Cancelados								(6.903,00)		
Outras Operações											
Total									17.421.097,00		14.700.000,00

Fonte: Siafi Operacional

2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital

QUADRO A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL

 Valores em R\$
1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		27.652.000,00	16.729.634,00				
	PLOA		9.700.000,00	2.987.000,00				
	LOA		7.760.000,00	2.987.000,00				
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações				*2.342.721,89				
Total			17.460.000,00	2.987.000,00				

Fonte: * Valor referente à migração da UG 273087/27202 para a UG 390056/00001.

2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas
Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas

 Valores em R\$
1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
							Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		47.340.000,00	44.734.299,00	27.652.000,00	16.729.634,00		
	PLOA		14.700.000,00	14.700.000,00	9.700.000,00	2.987.700,00		
	LOA		5.880.000,00	14.700.000,00	7.760.000,00	2.987.700,00		
CRÉDITOS	Suplementares		11.548.000,00					
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados		(6.903,00)					
Outras Operações						*2.342.721,89		
Total			17.421.097,00	14.700.000,00	17.460.000,00	2.987.700,00		

Fonte: SIAFI Operacional

Obs: *Dados migrados da UG 273087/27202 para a UG 390056 / 00001

2.4.2. Execução Orçamentária da Despesa

Do orçamento disponibilizado foram empenhadas as despesas com manutenção e exercícios anteriores no valor de R\$ 14.191.067,73 (quatorze milhões cento e noventa e um mil sessenta e sete reais e setenta e três centavos) até 30/09/2010. Com referência aos meses de outubro, novembro e dezembro/2010, foram empenhados R\$ 907.787,12, liquidando o valor de R\$ 903.121,16, ficando em “ Restos a Pagar” o valor de R\$ 4.675,95 na UG 273087/27202, e com relação a UG 390056/00001 foram empenhados R\$ 2.097.701,27 e pagos em sua totalidade.

Em 30/11/2010. a UG 390059/00001 apresenta um saldo orçamentário na conta 292110000 – Crédito Disponível R\$ 2.342.721,89 (dois milhões trezentos e quarenta e dois mil, setecentos e vinte e um reais e oitenta e nove centavos), sendo R\$ 147.051,89 (cento e quarenta e sete mil cinqüenta e um reais e oitenta e nove centavos) oriundos da Unidade Gestora 273087/2727202, e R\$ 2.127.670,00 (dois milhões cento e vinte e sete mil seiscentos e setenta reais) referentes ao remanejamento do Grupo de despesas 4 – Investimentos para o Grupo 3 – Outras Despesas Correntes e R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais), saldo da LOA nº 12.214/2010, disponibilizado pela SPO, portanto, até 31/12/2010 restando um saldo de R\$ 491.133,88 (quatrocentos e noventa e um mil cento e trinta e três reais e oitenta e oito centavos).

2.4.2.1. Execução Orçamentária de Créditos Originários

2.4.2.1.1. Despesas por Modalidade de Contratação

QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão				
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa				
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias (UG 273087)	1.298.584,42	160.638,43	1.298.584,42	160.638,43
Diárias (UG 390056)	0,00	57.312,86	0,00	57.312,86
Outros				

Fonte: SIAFI Operacional

2.4.2.1.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
273087 / 27202 – Referente aos meses de Outubro a Dezembro de 2010.								
33.90.45.00	12.089.812,18	956.323,06	2.848.994,46	956.323,06	9.240.817,72	0,00	2.848.994,46	956.323,06
33.90.39.00 – (33.90.92.00 – 2010)	2.703.979,44	41.200,56	2.468.979,44	41.200,56	235.000,00	0,00	2.468.979,44	41.200,56
33.90.92.00	879.862,71	17.925,95	181.797,21	17.925,95	698.065,50	0,00	181.797,21	17.925,95
Demais	442.958,83	160,64	442.958,83	160,64	0,00	0,00	442.958,83	160,64
390056 / 00001 – Referente aos meses de Outubro a Dezembro de 2010.								
33.90.45.00	0,00	2.039.686,13	0,00	2.039.686,13	0,00	0,00	0,00	2.039.686,13
33.90.92.00	0,00	702,28	0,00	702,28	0,00	0,00	0,00	702,28

2.4.2.1.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores
em R\$
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos								
44.90.92.00	896.011,10	0,00	43.658,17	0,00	852.352,93	0,00	43.658,17	0,00
44.90.91.00	241,31	0,00	241,31	0,00	0,00	0,00	241,31	0,00
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI Operacional

2.4.3. Indicadores Institucionais

O desempenho operacional da SAAD em (outubro, novembro e dezembro) de 2010 obteve indicadores positivos, embora dependentes de fatores externos, abaixo mencionados, o que não permitiram avanço com maior produtividade, haja vista que o planejamento demonstrado no Relatório de Tomada de Contas Extraordinária de 30/09/2010, no tocante às principais atribuições definidas na Portaria/MT nº 971/2003, posteriormente definidas pela Portaria Nº 250/2010. Demonstramos os fatores externos citados:

Localizar dados pessoais de credores foi fator essencialmente impeditivo de um índice maior da execução, pois abrangem processos de Correção Monetária, Devolução/Ressarcimento de multa de trânsito, Convênios e Despesas de Exercícios Anteriores relativos a 303 processos, que estão nesta Coordenação. Podemos citar que 84 estão em análise, 173 estão aguardando documentação e atendimento a exigências do SFC/CGU, 35 estão sob ação judicial e 11 aguardando pagamento para o Exercício 2011.

3. Informações sobre o Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

QUADRO A.3.1. - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
Razões e Justificativas:					
O orçamento destinado ao passivo do DNER, extinto pela Lei nº 10.233/2001, nos exercícios de 2003 e 2004 a 2006, não foi suficiente para atender as despesas levantadas pela Inventariança/DNER (Decreto nº 4.128/2002). Em 2007, foi destinado o montante de R\$ 176 milhões por meio da MP nº 405/2007, sendo empenhada naquele exercício R\$ 55.1 milhões de reais. Em 2008 foi reaberto o crédito de R\$ 122 milhões, dos quais foi empenhado o montante de R\$ 66.7 milhões de reais, sendo cancelado o restante do recurso em função do STF considerar a MP nº 405/2007 inconstitucional. Do montante empenhado em 2010, a UG 273087 apresentou o saldo de R\$ 105.758.598,60, sendo o mesmo migrado para a UG 390056/00001, criada pela Portaria/SAAD/SE/MT Nº 251/2010.					

4. Informações sobre a Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

4.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$
1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009				
2008				
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010	4.675,96	0,00	0,00	105.758.598,60
2009	11.026.236,15	0,00	2.790.427,13	8.235.809,02
2008	79.586.480,11	4.150.479,36	1.084.919,98	74.351.080,77
2007	43.812.147,41	2.989.786,94	11.263.736,35	29.558.624,12

Fonte: SIAFI Operacional

5. Informações sobre Recursos Humanos

Tendo em vista que a partir de outubro de 2010 foi extinto o Grupo Executivo, e suas atribuições foram absorvidas pelo Ministério dos Transportes, todas as informações relativas à área de Recursos Humanos estão contempladas no relatório consolidado pela Secretaria-Executiva.

6. Informações sobre as Transferências Mediante Convênio, Contrato de Repasse, Termo de Parceria, Termo de Cooperação, Termo de Compromisso ou Outros Acordos, Ajustes ou Instrumentos Congêneres

Não aplicável a natureza jurídica da UJ em razão de efetuarmos somente o passivo do extinto DNER.

7. Informações sobre o Funcionamento do Sistema de Controle Interno

Não se aplica em razão de ser uma unidade do extinto Departamento Nacional de Estradas e Rodagem – DNER.

8. Informações Quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens, Contratação de Serviços ou Obras, Tendo Como Referência o Decreto nº 5.940/2006 e a Instrução Normativa nº 1/2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Não se aplica em razão de ser uma unidade do extinto Departamento Nacional de Estradas e Rodagem – DNER.

9. Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário da UJ Classificado como “Bens de Uso Especial” de Propriedade da União ou Locado de Terceiros

Não se aplica em razão de ser uma unidade do extinto Departamento Nacional de Estradas e Rodagem – DNER.

10. Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Não se aplica em razão de ser uma unidade do extinto Departamento Nacional de Estradas e Rodagem – DNER.

11. Renúncias Tributárias

Não se aplica em razão de ser uma unidade do extinto Departamento Nacional de Estradas e Rodagem – DNER.

12. Informações Sobre as Providências Adotadas para atender às Deliberações Exaradas em Acórdãos do TCU ou em Relatórios de Auditoria do Órgão de Controle Interno

Não ocorreu no período compreendido entre outubro a dezembro de 2010.

13. Informações Sobre Processos Administrativos, Sindicâncias e Tomadas de Contas Especiais

COMISSÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E SINDICÂNCIAS

Tipo de atividade	Quantidade			
	outubro	novembro	dezembro	Total
Instaurações de PADs	1	1	-	2
Instaurações de Sindicâncias	-	-	-	18
Instaurações de Sindicâncias Investigativas.	-	1	-	14
PADs iniciados em 2009 com tramitação em 2010.	-	-	-	
<i>Sindicâncias iniciadas em 2009 com tramitação em 2010.</i>	-	-	-	
Sind. Investigativas iniciadas em 2009 com tramitação em 2010	-	-	-	
Em análise na CPAD	5	3	5	57
Documentos recebidos	136	66	42	742
Documentos expedidos	99	86	163	778
Processos Concluídos	11	4	3	49

PROCESSOS DISCIPLINARES TRAMITADOS DEZEMBRO/2010	
PROCESSOS QUE VIERAM DE 2009	23
PROCESSOS INSTAURADOS EM 2010	52
TOTAL DE PROCESSOS	75
· EM ANDAMENTO	28
· CONCLUÍDOS	47

TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS

No período de outubro a dezembro de 2010, nenhum processo de Tomadas de Contas Especiais foi instaurado, considerando que o estoque de pendências foi esgotado dentro do exercício financeiro.

ANEXOS

ANEXO I

Declaração Atestando Informações sobre Contratos e Convênios SIASG / SICONV

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
SERVIÇO DE ATOS E CONTRATOS

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que os contratos vigentes na Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD estão cadastrados no SIASG, exceto os abaixo listados:

Contrato	Empresa	Objeto	Vigência	Origem da Contratação
04/2010	GAP - COMÉRCIO REPRESENTAÇÃO E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL LTDA	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de adequação da sala de Reuniões do Gabinete da Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes.	10/02/2010 a 09/04/2013	ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 07/2009 DA MARINHA DO BRASIL DECORRENTE DO PREGÃO N° 14/2009
12/2010	SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS S.A	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de impressão, cópia e digitalização, com fornecimento de equipamentos multifuncionais e impressoras e todos os suprimentos (exceto papel).	12/04/2010 A 11/04/2011	ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DA SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS DECORRENTE DO PREGÃO N° 01/2009
52/2010	VIVO S.A	Prestação de serviço de telecomunicações móveis, através de Serviço Móvel Pessoal – SMP, para tráfego exclusivamente de dados, com utilização de tecnologia celular de 3G (terceira geração)	30/11/2010 A 29/11/2011	ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO IBGE N° 18/2010, DECORRENTE DO PREGÃO N° 18/2010
55/2010	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF	Cessão de uso gratuito de espaço físico, com aproximadamente 10 m² no 3.º andar do Edifício Anexo, à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF,	08/12/2010 A 07/12/2015	Inexigibilidade n° 10/2010

Os contratos 04, 12 e 52 de 2010, por serem oriundos de adesão a Adesão a Ata de Registro de Preços, não foram cadastrados em função dos valores das contratações serem diferentes dos homologados nos órgãos gerenciadores das Atas. Quanto ao Contrato nº 55/2010, não envolve recurso financeiro.

Brasília, 24 de março de 2011.


PENIEL GOMES DE SOUSA
 Chefe de Divisão

ANEXO II

Informações sobre a Entrega e ao Tratamento das Declarações de Bens e Rendas



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS**

DECLARAÇÃO

O COORDENADOR-GERAL DE RECURSOS HUMANOS, DA SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DA SECRETARIA EXECUTIVA, DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, à vista dos registros funcionais e de documentos existentes na Divisão de Cadastro, da Coordenação de Administração do Pessoal Ativo desta Coordenação-Geral, DECLARA, para fins de comprovação junto ao Relatório de Gestão da Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Assuntos Administrativos da Secretaria Executiva deste Ministério, ano 2010, que os servidores MAURO BARBOSA DA SILVA, PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS, MIGUEL MÁRIO BIANCO MASELLA, ESTEVAM PEDROSA, MOACYR ROBERTO DE LIMA, JOÃO JOSÉ TEIXEIRA VASCONCELOS, ROBSON DE SOUZA ANDRADE, LÚCIA MARIA DE OLIVEIRA, MOACIR LUIZ FERREIRA, TÂNIA MARA ROZENDO PINTO MARANHÃO, VERA CRUZ DE CARVALHO MELO, IVANA MARIA BOTELHO TAVEIRA e LEUDA MARIA DE JESUS, estão em dia com a exigência de apresentação de Declaração de Bens e Rendias, de que trata o inciso III do artigo 13, da Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União n.º 57/2008.

Brasília, 29 de março de 2011.

ROBSON DE SOUZA ANDRADE
Coordenador-Geral de Recursos Humanos

37.115.342/0032-63

Ministério dos Transportes
Coordenação-Geral de Recursos Humanos

Esplanada dos Ministérios-Bloco "R"
Ed. Anexo - 1º Andar - Ala Leste - Sala 101
CEP: 70.044-900 Brasília - DF

ANEXO III

Declaração do Contador



Ministério dos Transportes
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
Coordenação-Geral de Finanças e Contabilidade
Coordenação de Contabilidade

DECLARAÇÃO

Declaro que o demonstrativo contábil constante do Sistema SIAFI Gerencial, da Unidade Jurisdicionada 390032 - Secretaria Executiva, reflete a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta contas.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 10 de março de 2011


Ivana Maria Botelho Taveira Oliveira
CRC-DF nº 8.435/0-3



Ministério dos Transportes
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
Coordenação-Geral de Finanças e Contabilidade
Coordenação de Contabilidade

DECLARAÇÃO - Plena

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), da Unidade Gestora 390004 - Coordenação-Geral de Recursos Logísticos refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta contas.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 10 de março de 2011


Ivana Maria Botelho Taveira Oliveira
CRC-DF nº 8.435/0-3



Ministério dos Transportes
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
Coordenação-Geral de Finanças e Contabilidade
Coordenação de Contabilidade

DECLARAÇÃO - Plena

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), da Unidade Gestora 390007 - Coordenação-Geral de Recursos Humanos refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta contas.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 10 de março de 2011


Ivana Maria Botelho Taveira Oliveira
CRC-DF nº 8.435/0-3



Ministério dos Transportes
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
Coordenação-Geral de Finanças e Contabilidade
Coordenação de Contabilidade

DECLARAÇÃO

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), da Unidade Gestora 390002 – Subsecretaria de Planejamento e Orçamento/Setorial refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta contas.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 10 de março de 2011

Ivana Maria Botelho Taveira Oliveira
CRC-DF nº 8.435/0-3



Ministério dos Transportes
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
Coordenação-Geral de Finanças e Contabilidade
Coordenação de Contabilidade

DECLARAÇÃO - Plena

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), da Unidade Gestora 390020 - Pace refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta contas.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 40 de março de 2011


Ivana Maria Botelho Taveira Oliveira
CRC-DF nº 8.435/0-3



Ministério dos Transportes
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
Coordenação-Geral de Finanças e Contabilidade
Coordenação de Contabilidade

DECLARAÇÃO

Declaro que o demonstrativo contábil constante do Sistema SIAFI Gerencial, da Unidade Jurisdicionada 390041 - Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes reflete a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta contas.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 30 de março de 2011


Ivana Maria Botelho Taveira Oliveira
CRC-DF nº 8.435/0-3



Ministério dos Transportes
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
Coordenação-Geral de Finanças e Contabilidade
Coordenação de Contabilidade

DECLARAÇÃO

Declaro que o demonstrativo contábil constante do Sistema SIAFI Gerencial, da Unidade Jurisdicionada 390042 - Secretaria de Fomento Para Ações de Transportes reflete a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta contas.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 30 de março de 2011


Ivana Maria Botelho Taveira Oliveira
CRC-DF nº 8.435/0-3